



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 2/2026

(Mandato 2025/2029)

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis, realizada no auditório do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.

Presidente – *Maria José Vieira Teodoro Moreno*

Primeiro Secretário – João Nuno Ferreira Pires (em substituição de Edgar Manuel Rodrigues Fragoso)

Segundo Secretário – *Margarida Rosa Fortuna Parra Pires*

Eram catorze horas e trinta minutos quando, nos termos do n.º 1 alínea c) do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Sr. Presidente da Assembleia Municipal, verificada a existência de quórum, declarou aberta a sessão e deu conhecimento à Assembleia Municipal do pedido de substituição do Deputado Municipal Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Sandra Baptista Matos, Jorge Orlando Pires Asseiro, Valdemar Salselas, Cristina Carvalho Neto *que foram substituídos respetivamente, por Maria de Lurdes Rodrigues, José Joaquim dos Santos, Luís Carlos Veigas Lino, Paula Cristina Martins e Belisa Ferreira.*

Por impossibilidade de estar presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Olmos, *Abel Francisco Paulos Rocha*, fez-se substituir pela Tesoureira da Junta de Freguesia, *Cláudia Maria Trinchete Peludo*. -----

Por impossibilidade de estar presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Talhas, *José Casimiro Vilar*, fez-se substituir pela Tesoureira da Junta de Freguesia, *Teresa Assunção Pereira*. -----

Estiveram também presentes o Presidente da Câmara Municipal, Sérgio David Ramos Borges e os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, Clementina Augusta Marçal Gemelgo, Cristina Paula Pinto Ribeiro Pires e Leonardo do Nascimento Morais Vila Franca e os Vereadores em regime de não permanência



Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues, Paulo José Castro Rogão e Susana Alexandra Esteves Viana. -----

Verificada a lista de presenças, dela constavam 61 Deputados Municipais: Maria José Vieira Teodoro Moreno, Margarida Rosa Fortuna Parra Pires, Cláudio Miguel Bento Trovisco, Elisabete Vilares Alves, David da Silva Martins, Maria da Assunção Gemelgo Correia, Luís Pedro Morais Dias, Diana Isabel Barreira Alves, Beatriz Isabel Mata Pires, Daniela Filipa Lopes Artilheiro, Sérgio Ricardo Dias Lameiras, Paula Cristina Ferreira Martins, Maria de Lurdes Rodrigues, João Manuel Rodrigues Alves, Rui Alexandre Serapicos Vilarinho, Celina da Conceição de Sá Martins, Alfredo Carlos Preto Fernandes, Isabel Maria Faustino Carvalho, Manuel António de Sá Mico, Camilo António Morais, Eurico José Gonçalves Afonso, Maria da Conceição Caseiro Xavier Fernandes, Luís Miguel Pereira Vaz, Luís Miguel Oliveira Pires Cabral, Elisabete de Jesus Martinho Fernandes Choupina, Daniela de Almeida Rebelo, Luís Carlos Veigas Lino, José Joaquim dos Santos, Belisa Ferreira, Victor Manuel de Almeida Nunes dos Santos, Francisco Inácio Alves Oliveira, Mickael Martins Silva, Carlos Manuel Pinheiro Martins, Andreia Isabel Morais Eugénio, José Miguel Príncipe Faria Mascarenhas, Miguel Afonso Gomes Reis, António Luís Gomes, Acácio Alberto Correia Morais, Nuno José Nunes Trindade, Betina Maria de Sá Gonçalves, Diogo André Pires Ruivo, Miguel Ângelo Caseiro, José David Veiga Vaz, Ramiro Borges Valadar, Cláudia Maria Trinchete Peludo, Ivan Luís Sequeira Ramalho, Emanuel de Jesus Pinto Nascimento, Jorge Luís Pinto, Teresa Assunção Pereira, António Benedito Falcão Lopes, Carla Alexandra Dias Miranda, Ulisses Jaime Sá dos Santos, Patrick Alexandre da Silva Machado, Andreia Susana Amaro Baptista, João Luís Diogo Salsas, Júlio Manuel Curopos Quintela, Carlos Alberto Maceda, Natália da Graça da Costa Carrazedo, Rufino Xavier Lopes e Maria Cristina Moura Regente. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia Municipal** informou que a correspondência recebida pela Assembleia Municipal se encontrava disponível, na mesa de apoio à sessão para consulta. -----

PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----



LUÍS MIGUEL OLIVEIRA PIRES CABRAL (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: "Começaria, Senhor Presidente, por lhe dar os parabéns pelas festividades do 25 de Abril, enquanto fervoroso fã do 25 de Abril e de tudo aquilo que ele significa. Penso que a Câmara fez jus ao significado da data e esteve muito bem nas festividades com que nos presenteou. Depois, dizer-lhe: relativamente à Feira da Agricultura, a que o Senhor Presidente deu um nome novo "AgriNordeste" e é a primeira que se faz. Mas façamos justiça e tenho de falar no Presidente Duarte Moreno, que em 2016 foi ele quem começou com as Feiras da Agricultura e depois em 2017 e posteriormente o nosso Executivo do Partido Socialista também replicou três dessas Feiras da Agricultura. Portanto, seria bom, quando nós fazemos a apresentação de determinadas coisas, as palavras têm força e têm significado e, portanto, ao Presidente Duarte Moreno, a quem, de direito, sim, é que é atribuída a primeira Feira da Agricultura. Depois, dizer-lhe que se calhar a Feira da Agricultura precisava ter aqui outro vigor, pois ainda hoje pedi no grupo da Assembleia Municipal, porque não conheço, o cartaz e não está nas redes sociais, com a descrição do que vai acontecer e acho que era importante fazerem a divulgação com um carro a percorrer o concelho a publicitar este evento. Portanto, todos nós e também, na nossa bancada, desejamos que esta Feira seja uma alegria e que tenha um bom resultado. Depois, eu gostaria também, já agora, de dar uma pequena achega, porque me meti com o Sr. Presidente da Câmara nas Comemorações 25 de Abril, relativamente à realização da Feira de São Pedro, porque quando nós estamos a falar em investimentos na ordem de quase meio milhão de euros, e estarmos a menos de dois meses da Feira, e a Câmara ainda não ter ainda publicitado nada, e sendo um investimento avultado, se conseguirem fazer a publicidade dos artistas que já estarão fechados os respetivos contratos era bom que se soubesse qual é o cartaz e com quem é que podemos contar. Então, para terminar, esta primeira intervenção diria, Sr. Presidente, relativamente ao São Pedro, e já que estamos a fazer a Feira da Agricultura e muito bem, se calhar o São Pedro precisa de ter e com a sua chancela, pense em fazer aqui uma remodelagem da forma como ela se organiza. Se calhar em vez de termos, e eu não sou nada contra os tratores, antes pelo contrário, acho que é o principal motor da nossa economia, aqui no concelho não tenho qualquer dúvida. Mas se temos a Feira da Agricultura poderíamos começar a pensar em apostar também numa Feira de Turismo e termos aqui a enologia, a restauração, enfim uma festa onde podemos ter confraternização com Tasquinhas, Espetáculos, mas mais virado para o Turismo, e convidarmos os produtores turísticos, e toda a gente que trabalha nessa indústria, aqui à volta e que nos venha visitar então na Feira de São



Pedro.” -----

DANIELA DE ALMEIDA REBELO (CDS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “O CDS quer partilhar a sua preocupação e afirmar-se na linha da frente na sensibilização das famílias para os riscos reais associados às redes sociais, promovendo uma abordagem abrangente e integrada que privilegie a prevenção da criminalidade juvenil. A criminalidade juvenil em Portugal não é dominante em termos estatísticos, mas não precisam ser muitos em quantidade para serem muito graves e com padrões muito preocupantes, sobretudo quando ligados ao ambiente digital e a fenómenos de grupo. Quem ainda não ouviu casos de cyberbullying, casos em que jovens são alvo de humilhação sistemática nas redes sociais com divulgação de imagens íntimas e até a criação de perfis falsos para difamação. Não são raros os que resultam em comportamentos auto lesivos, depressão ou abandono escolar. Ou o grooming, aliciamento sexual de menores por parte de adultos que se fazem passar por jovens em plataformas como Instagram, TikTok ou jogos online. Esta abordagem começa comumente com ganho de confiança, depois pedidos de imagens íntimas e, por fim, chantagem sexual. Ou ainda o epislapping, que é uma modalidade que tem tido particular frequência na nossa comunidade escolar e consiste em violência filmada com o objetivo de alcançar notoriedade digital à custa da humilhação pública da vítima e através da disseminação do conteúdo nas redes sociais. Entre muitos outros, gostaria ainda de lembrar a radicalização e os crimes de ódio online. E esses sim em franca expansão estatística, que passa pela exposição dos nossos jovens a conteúdos extremistas e a discursos de ódio, suscitando uma escala descontrolada de ameaças e atos violentos e isolados. Como Sociedade, como Comunidade, não podemos continuar a virar a cara para o lado enquanto não afetam um dos nossos. Não vamos agir até que um filho, um vizinho, um amigo seja vítima ou agressor? Desengane-se quem pensa que estes jovens têm escrito na testa que são criminosos. São mais às vezes que são jovens discretos, bem integrados e com boas notas, aliás, é muito comum que sejam jovens inteligentes e camuflados. Por tudo isto, o CDS considera fundamental capacitar pais e encarregados de educação com ferramentas e conhecimento que lhes permitam acompanhar, orientar e proteger os jovens no ambiente digital. Reforçamos a importância de ações educativas que nos alertem para os perigos digitais, defendemos a criação de mecanismos de apoio e acompanhamento às famílias, e ainda apelamos à articulação com a instituição escola e com as associações de e com jovens. E porque o CDS não se caracteriza apenas



por retórica, apresentamos algumas propostas concretas: Formação estruturada para pais encarregados de educação que consistiriam em workshops regulares nas escolas presenciais e online, com apoio de psicólogos, forças de segurança e especialistas digitais que promovessem, por exemplo, a identificação de sinais de risco, alterações de comportamento e contatos suspeitos, bem como o uso de controlos e firewalls digitais mais eficazes e menos conhecidos pelo público em geral. Programas de literacia digital obrigatórios, campanhas públicas de sensibilização, apoio e resposta rápida com a criação e reforço de um mecanismo de apoio aos pais, bem como aos jovens. E, por último, não menos importante, propomos o envolvimento da Comunidade, com o estreitar de parcerias entre valiosos recursos que já dispomos, como as Associações de Pais, Associações e Organizações dedicadas a Jovens e, obviamente, o Município. Articular com maior proximidade o potencial e objetivos de cada uma, esta é uma responsabilidade partilhada que exige o envolvimento ativo de toda a Comunidade, reafirmando que a proteção das novas gerações é fundamental para a construção de um futuro mais seguro, consciente e justo.” -----

DIANA ISABEL BARREIRA ALVES (PSD) - Fez a seguinte intervenção: “No passado dia 25 de Abril realizou-se a última Sessão da Assembleia Municipal Jovem deste ciclo, uma coincidência carregada de simbolismo que nos convida à reflexão sobre o caminho percorrido. A Assembleia Municipal Jovem tem sido ao longo dos últimos anos muito mais do que um exercício pedagógico. Tem sido um espaço de participação cívica, onde os mais jovens puderam conhecer, experimentar e valorizar o funcionamento das Instituições Democráticas. Ao dar voz às novas gerações, este projeto contribuiu para aproximar a política da juventude, tornando-a mais acessível, mais compreensível e, sobretudo, mais participada. Ao longo deste ciclo assistimos a intervenções relevantes, que revelam sentido crítico, responsabilidade e uma genuína preocupação com o futuro do nosso concelho. Estes jovens demonstraram que a cidadania não tem idade e que, quando lhes damos espaço, respondem com maturidade e compromisso. Importa também reconhecer o papel das Escolas, dos Professores e todos os que colaboraram na dinamização desta iniciativa. Sem esse envolvimento coletivo, não seria possível garantir a continuidade e a qualidade deste projeto, fazer esta retrospectiva é também assumir um compromisso com o futuro. A Assembleia Municipal Jovem não deve ser vista como um projeto pontual, mas como um investimento contínuo na formação cívica e democrática das novas gerações. Cabe-nos, enquanto Comunidade, assegurar que este espaço continua a crescer e a adaptar-se aos desafios do presente. Num tempo em que tantas vezes se fala de



afastamento dos jovens da política, iniciativas como esta provam precisamente o contrário. Quando são chamados a participar, os jovens respondem e respondem bem. Termina, por isso, com uma nota de reconhecimento a todos os jovens que participaram neste ciclo da Assembleia Municipal Jovem. O vosso contributo é valioso e deixa uma marca positiva no nosso concelho. Que esta experiência seja apenas o início de um percurso ativo e consciente na vida cívica.” -----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente queria fazer-lhe uma pergunta que já a fiz na primeira Assembleia. Queria perguntar-lhe se já tem uma decisão sobre o Edifício onde funcionava o Call Center? Relativamente ao Ensino Superior dizer que o anterior Executivo deixou algumas turmas e algumas coisas, e pretendia saber da parte deste Executivo, o que é que tem feito ou o que é que estão a pensar fazer. Sei que há uns Cursos de Mestrado que correu muito bem, acho que teve muita gente, mas queria saber qual era a proposta que tem, porque vai-se iniciar um novo ano letivo, para nós sabermos. E agora, é uma sugestão e é também uma pergunta: Este executivo, à data da campanha eleitoral, e bem, a bandeira era a agricultura, até foi criada uma Divisão para esse efeito, muito bem, e sei que na alteração ao orçamento, há verbas destinadas ao investimento e tudo mais. A minha pergunta é se o Município vai apoiar os agricultores na compra de gasóleo e adubos, como já há Municípios que estão a fazer pelo o país fora. Porque eu há bocado ouvia dizer que há meio milhão de euros para a Feira de São Pedro, a ser verdade aproveito para dizer que podiam tirar 100 mil e dar aos agricultores.” -----

PAULA CRISTINA FERREIRA MARTINS (PSD) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Trago aqui a esta Assembleia um tema que não é novo, é algo que se estende há vários anos no nosso concelho, mas cada vez se torna mais preocupante, preocupação essa partilhada por muitos e que não pode ser ignorada, que é a situação do comércio tradicional em Macedo Cavaleiros. Falo regularmente com comerciantes, conheço as suas dificuldades e a mensagem que me transmitem é clara, há cada vez menos pessoas a comprar na cidade. Os nossos comerciantes sentem que os clientes estão a sair do concelho para consumir noutros locais e isso fragiliza o tecido económico local de forma preocupante. Não estamos apenas a falar de vendas, estamos a falar de sobrevivência de negócios familiares, da vitalidade das nossas ruas e da identidade da nossa cidade. É justo reconhecer que tem existido



Ass. José L. V. aja

iniciativas por parte dos executivos, mas também é preciso ser dito com clareza que a realidade no terreno mostra que ainda não estamos a conseguir inverter esta tendência e por isso, mais do que diagnósticos, precisamos de ação. E seria importante, na minha ótica de há bastante tempo, a criação de campanhas de incentivo ao consumo local, mas campanhas a sério, visíveis, contínuas, que envolvam mesmo a população e diretamente os comerciantes. Precisávamos de mais dinâmica no centro da cidade e eventos e atividades que tragam pessoas à rua com regularidade e não pontualmente, e acima de tudo, é essencial ouvir mais os comerciantes. Por outro lado, é fundamental melhorar a comunicação. Muitas vezes as iniciativas que existem não chegam às pessoas, nem toda a gente tem redes sociais e quando não chega, não produz efeito. Não podemos aceitar, como normal, que o comércio local vá perdendo espaço na nossa cidade. Temos de criar condições para que as pessoas escolham ficar, escolham comprar cá e escolham valorizar o que é nosso, porque o que é nosso é de boa qualidade. Se as pessoas saem para consumir, então temos de perguntar o que está a faltar cá dentro. Defender o comércio tradicional é defender Macedo de Cavaleiros. E nós não podemos deixar que a nossa terra perca vida, e esse tem de ser um compromisso de todos nós, comerciantes, compradores e executivo. Quem é comerciante tem de ter iniciativa, mostrar os seus produtos, querer vender, não fazer horários das nove às dezassete e fechar aos domingos. E o Executivo tem de apoiar os comerciantes. Sr. Presidente, a minha pergunta perante esta realidade é se o Executivo em função tem alguma resposta concreta para inverter esta tendência quanto ao comércio local?" -----

RAMIRO BORGES VALADAR (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: "Dizer que vou ser muito rápido na minha intervenção por isso o Sr. Presidente pode deixar de lado o seu "Magalhães". Dito isto, em primeiro lugar, quero agradecer ao Gabinete do Sr. Presidente da Câmara, principalmente ao João Chumbo, porque tive um problema Morais com a rede de águas que são da Junta e foi tratado o assunto muito rápido, tenho a agradecer-lhe porque foi uma preocupação dele e, de facto, tenho esse agradecimento a fazer. Em segundo lugar, quero agradecer à Sra. Vice-Presidente também porque na outra Assembleia foquei aqui um assunto que me preocupava, que eram as crianças da Zona Nascente que estavam a ser aliciadas para ir para a Izeda e ela veio a comprovar isso, que é verdade, e fez uma reunião na Escola de Morais, onde estivemos presentes nós os dois, o Agrupamento e os pais e acho que o problema está meio calmo. A Sra. Vice-Presidente ficou também de tentar arranjar melhores condições para os alunos, melhores transportes e acho que está um



Pres. aut. mjm

pouco resolvido. Para o Sr. Presidente não posso dizer o mesmo porque os factos são os que valem. No dia 26 de Março, na reunião de Câmara estive atento e nessa reunião disse que já tinham resolvido 120 pendentes. Lamento que nesses 120 pendentes não tenha entrado nenhum da Freguesia de Morais que já fez um pedido em Novembro. Pergunto: então esses 120 pendentes já estavam atrasados? Não. Eu sei que não, porque já houve outros a seguir e já foram feitos, por isso não digam que o meu entrou depois, porque já houve outros que foram pedidos depois e foram feitos, portanto peço-lhe que veja a situação o quanto antes porque estou a fornecer águas e vocês estão a cobrar as águas e estamos a falar aqui de uns dois metros, vejam lá a ver. Depois outra situação, tem a ver com a estrada da Paradinha. Eu não sei se o Sr. Presidente já passou lá mais alguma vez desde as eleições, porque o Sr. Presidente disse na altura que as aldeias eram tão válidas com 10 habitantes como com 5, mas estou a ver que não é assim, porque você foi alertado no dia 3 de Fevereiro e nada fizeram, e só depois de a Junta de Freguesia fazer uma publicação é que na semana a seguir já estavam no terreno, coisa mal feita, a meu ver, porque o Sr. Presidente se lá passar agora ainda está pior do que o que estava, ainda está pior do que estava antes da intervenção e foram alertados para isso. Ainda não passaram 3 meses e acho que o melhor é retificarem. Depois já que se falou aqui na Feira de São Pedro, quero-lhe deixar já um alerta: a Feira de São Pedro abre no dia 27, (e isto é um segredo tão grande), com Rui Veloso na abertura são logo 35 mil euros temos que ter muita atenção, porquê? No dia 27 joga a Seleção Nacional à meia-noite e meia, eu sei que vocês devem estar atentos a isso tudo, vejam bem, porque se vamos gastar 35 mil euros no Rui Veloso para abrir e depois as pessoas fugirem de lá, temos que ter alguma atenção. Os outros que vêm a seguir, o Kevinho, o Dama, o Diogo Pissarra, isso é tudo, é tudo boa gente, por isso, o que me custa mais é o primeiro dia, e se calhar no primeiro dia podíamos apostar mais nas pessoas da terra, porque a Seleção vai tirar muita gente à Feira.” -----

SÉRGIO RICARDO DIAS LAMEIRAS (PSD) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Trago hoje a esta Assembleia uma preocupação que é de todos os municípios. O estado dos espaços públicos e a segurança na cidade. ----- Durante anos assistimos à degradação das ruas, passeios, equipamentos urbanos, zonas públicas e manutenção de fontes e tanques. Isso não aconteceu por acaso, foi consequência de falta de investimento, ausência de planeamento e decisões erradas do anterior Executivo. Adiaram problemas em vez de os resolver e hoje pagamos



Handwritten signature and initials.

todos, essa fatura, mais custos, mais atraso e mais dificuldades. Também ao nível dos recursos humanos foram cometidos erros graves: reduziram-se trabalhadores afetos à limpeza urbana, manutenção e conservação do espaço público, reforçando áreas administrativas. Tiraram meios do terreno, lugar onde eram mais necessários. Quando falta organização e liderança, o serviço degrada-se. E degrada-se também a imagem do concelho. Importa reconhecer que começam a surgir sinais positivos ao nível da limpeza e manutenção urbana, essa mudança deve ser assinalada. Significa que existe uma nova atitude e uma maior atenção a problemas que foram ignorados durante demasiado tempo. Mas há uma área onde continua a faltar resposta. A segurança no espaço público. A segurança sente-se com presença no terreno, não basta circular de viatura ou fiscalizar o trânsito, é essencial reforçar o patrulhamento apoiado da GNR. Sobretudo no centro da cidade, zonas comerciais e locais de maior movimento como a Feira Municipal. Recentemente, uma tentativa de assalto a uma cidadã na Feira Municipal que só não teve consequências mais graves graças à intervenção de populares e feirantes. Este caso mostra que a prevenção continua a falhar onde devia estar garantida. É justo também saudar a implementação do sistema de videovigilância na cidade, foi prometido durante anos, anunciado várias vezes e nunca concretizado pelo anterior Executivo. Hoje, começa finalmente a ser realidade, é uma medida positiva embora tardia, porque anunciar não basta, é preciso executar. Senhor Presidente, deixo por isso algumas questões objetivas. Existe um plano integrado para a requalificação e manutenção do espaço público articulado com a limpeza urbana? Esse plano inclui fontes, tanques e equipamentos urbanos? Estão a ser reforçados os meios humanos e operacionais afetos à limpeza e manutenção? Está prevista a reposição das equipas perdidas nos últimos anos? Que articulação existe com a Força de Segurança para reforçar o patrulhamento apoiado? -----
Permita-me ainda uma última questão sobre o Parque da Cidade, foi inaugurado pelo interior Executivo, com toda a pompa e circunstância, num exercício de vaidade política e propaganda pública, mas passada a cerimónia, ficou a realidade. O estado atual do que deveria ser um lago é preocupante, A água apresenta sinais evidentes de degradação, a imagem transmitida é de abandono e as condições ambientais e sanitárias levantam sérias reservas. A isto junta-se o estado do ribeiro que atravessa o Parque, que em vários períodos apresenta condições incompatíveis com a função daquele espaço. Pergunto que intervenção está prevista para recuperar o dito lago e requalificar o ribeiro? Existem prazos, objetivos e plano definido? Os munícipes esperam respostas concretas para problemas reais, o que está em causa é simples limpeza, manutenção, segurança e respeito pelo espaço público.” -----



*Pres
José
Mário
Branco*

CELINA DA CONCEIÇÃO DA SÁ MARTINS (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Volvidos 52 anos e 3 dias das celebrações do 25 de abril de 1974, uma data maior da nossa história que devolveu ao povo português o que nunca lhe deveria ser retirado, a Liberdade. Abril não é apenas memória, abril é compromisso, é a certeza que o povo é quem mais ordena, como cantou Zeca Afonso, uma frase que não é apenas poesia, mas um princípio fundamental da Democracia que hoje aqui exercemos. Também José Mário Branco nos recordava que a cantiga é uma arma e, hoje, essa arma deve ser a nossa palavra, o nosso sentido de responsabilidade, a nossa capacidade de construir consensos e de servir o bem comum. Foi nesse dia que se abriram portas, que se quebraram silêncios e que se fez ouvir a voz coletiva. E é essa a essência da Democracia, dar voz às pessoas, aqui e em todos os espaços de participação cívica, incluindo aqueles que hoje fazem parte do nosso tempo, as redes sociais. Abril ensinou-nos a não ter medo da palavra, a não aceitar o silêncio, a não confundir crítica com desrespeito. Minhas senhoras e meus senhores, a melhor forma de honrar abril não é limitar a voz, é escutá-la, não é temer a participação, é incentivá-la, porque a Democracia não se fragiliza com mais intervenção cívica, fortalece-se. Façamos cumprir abril todos os dias.” -----

IVAN LUÍS SEQUEIRA RAMALHO (PSD) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Intervenho hoje para dar voz a uma preocupação latente e justa da população que represento na Freguesia de Peredo. Como é do conhecimento a todos, somos uma das Comunidades diretamente impactadas pela Barragem do Baixo Sabor, partilhamos o mesmo projeto para este concelho e sabemos o esforço que tem sido feito. No entanto, na qualidade de Presidente Junta, sou o primeiro a ser interpelado pelos Fregueses sobre o desenvolvimento dos processos de indemnização e as medidas de compensação que tardam em chegar ao terreno de forma visível. As gentes das nossas aldeias sentem que o território deu muito para o país em termos energéticos, mas o retorno justo e em investimento e apoio direto ainda não é o esperado, assim, e para que possamos transmitir confiança e transparência aos nossos munícipes. Pergunto ao Sr. Presidente, qual é o ponto de situação atual das negociações com a EDP e a APA relativamente às verbas de compensação destinadas às aldeias afetadas de Macedo Cavaleiros?” -----



ISABEL MARIA FAUSTINO CARVALHO (PS) - Fez a seguinte intervenção: “No período antes da ordem do dia, gostaria de deixar algumas questões e preocupações muito concretas relacionadas com o dia-a-dia dos nossos munícipes. -----

Em primeiro lugar, o parque infantil junto à estação de camionagem - o estado do piso encontra-se visivelmente degradado, o que compromete a segurança das crianças. Recordo que estes espaços estão sujeitos a normas legais e específicas de segurança, nomeadamente no que respeita aos pavimentos amortecedores. Pergunto, Sr. Presidente, está prevista alguma intervenção urgente? -----

Queria também alertar para outra situação que considero grave - as estruturas de Outdoors Políticos, neste caso são do Partido Chega, ambos, em particular o que se encontra junto à Rotunda dos Bombeiros apresentam ambos sinais de degradação e risco iminente de queda. Se essa estrutura colapsar, vai atingir o passeio, colocando em risco e segurança quem ali circula. Pergunto ao Executivo se já foi feita alguma avaliação e que medidas vão ser tomadas? -----

Relativamente à mobilidade e segurança rodoviária há também problemas evidentes nas lombas redutoras de velocidade, nomeadamente na Rua Damião de Góis, Rua Comendador António Joaquim Ferreira e na zona do Bairro da Alegria. Estas encontram-se bastante degradadas e necessitam de intervenção emergente. -----

Deixo ainda uma sugestão relativamente à Ciclovía - a colocação de sinalização que proíba a circularização de animais de estimação, ou pelo menos que reforce as regras de utilização, uma vez que a presença constante de dejetos torna desagradável e pouco segura a utilização daquele espaço. Ainda na mesma zona, importa referir que o bebedouro da Estação não se encontra em funcionamento. Tratando-se de um espaço muito utilizado, inclusive por quem frequenta a ciclovía, esta situação deve ser corrigida tão breve quanto possível. -----

Por fim, uma questão recorrente e que continua sem resposta visível - a proliferação de viaturas aparentemente abandonadas na via pública, nomeadamente na Zona da Estação, Estacionamento Junto ao Mercado, Rua das Piscinas, pergunto ao Sr. Presidente, já foram identificadas estas situações? Estão a ser tomadas medidas no âmbito da legislação aplicável?” -----

JOÃO LUÍS DIOGO SALSAS (PSD) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Como toda a gente sabe, pois acho que é do conhecimento de todos, desde que foram retirados os cantoneiros das estradas, penso que nunca mais foram feitas nem valetas, nem nada disso, portanto, a pergunta que eu faço ao Sr. Presidente é se estão a ser tomadas algumas providências, porque a manutenção das vias é muito



importante. E se for feita uma boa manutenção, penso que o asfalto e a segurança é muito melhor e o asfalto dura muito mais tempo, mas sobretudo a segurança. Eu recorde que, por exemplo, naquela estrada que vai de Sezulfe para Ala, quando chove há poças de água que tornam perigosa a condução, portanto deve ser feita uma intervenção o mais rápido possível. A pergunta é se estão a pensar o mais breve possível começar a fazer essa manutenção. Também foi já falado aqui, principalmente na outra Assembleia, sobre o transporte de estudantes, mas eu acho que também se devia falar do transporte de pessoas para a cidade. Também já foi falado aqui também que o comércio tradicional está sem gente, e é verdade. Eu recorde que a Freguesia Ala, Corujas e Lamas já está a fazer isso, a trazer gente para a cidade, temos um autocarro gratuito, por enquanto é só duas vezes por mês, em que trazemos as pessoas para a Feira. Constata-se que a Feira está deserta, não há ninguém, e portanto se em 30 freguesias se conseguirmos, e eu penso sendo bem articulado, que poderíamos trazer mais, mas estou a falar em 5 pessoas cada freguesia, serão 150 pessoas para a Feira. E nós estamos a fazer já isso e deixo aqui o desafio a todos os Presidentes Junta e ao Executivo Municipal, porque se for feito por todos, incluindo como já referi o Município, penso que poderíamos conseguir fazer um serviço mais barato e de melhor qualidade e certamente que o comércio local iria agradecer e as feirantes também. E por falar em Feiras, recorde que quando a Feira calha ao sábado, é feita ao sábado, eu penso que está errado, porque eu noto agora no autocarro que veem se calhar 2 ou 3 pessoas, quanto aos outros dias, vem muito mais gente. Porque as pessoas hoje já não vêm só à Feira, vêm fazer outras coisas, portanto, a Feira ao sábado parece-me desajustada. Portanto sugiro ao Executivo para rever essa situação e quando é ao sábado ou ao domingo passe para segunda-feira e está o problema resolvido, portanto, acho que o sábado não se justifica. Também, no que respeita à Feira de São Pedro, o que está aqui em causa no meu entender, nem é que sejam 400 mil euros, 200 mil euros, ou aquilo que for. O que me parece é que a Feira de São Pedro precisa ser repensada porque aquilo que eu noto é que comerciantes e empresas da zona e do concelho, são muito poucas, e eu sugeria ao Executivo que tentasse perceber junto das empresas e dos comerciantes, porque é que não vão expor os seus produtos na Feira de São Pedro, pois deve haver algum motivo, ou porque é caro, ou porque não dá interesse, portanto, acho que o investimento pode ser justificado, mas é se for bem direcionado, portanto, e no meu entender, estamos aqui a fazer uma Feira que temos produtos que vêm de fora. Não estamos a mostrar os nossos produtos. Portanto, deixo esta sugestão a sobre a questão dos transportes



Pres. Mesa.
ajg

e das feiras mensais." -----

ELISABETE DE JESUS MARTINHO FERNANDES CHOUPINA (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: "O que me traz aqui hoje prende-se com a aquisição de serviços pelo Município registada no Portal Base através do Ajuste Direto, Regime Geral. Verificamos que foram publicadas (7) sete aquisições de serviços de limpeza, acompanhamento e vigilância de alunos no Agrupamento de Escolas de Macedo Cavaleiros, bem como uma aquisição para serviços de limpeza dos edifícios SidUp no Piaget, e do Centro de Meios Aéreos. Como fundamentação legal é invocado o artigo 20.º número 1, alínea d), do Código dos Contratos Públicos, e o artigo 4º, n.º 1, do Decreto-Lei Regulamentar n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto. Enquadrando ainda o procedimento no Regime do Código dos Contratos Públicos, Decreto-lei n.º 111-B/2017, na Lei de n.º 30/ 2021, de 21 de Maio, e no Decreto-Lei Regulamentar n.º 34/2008/M. Ora, importa-se sublinhar um ponto essencial. O regime jurídico invocado aplica-se exclusivamente à região autónoma da Madeira. Assim, a utilização desta fundamentação por um Município do Território Continental levanta sérias dúvidas quanto à legalidade e rigor do procedimento adotado. Impõe-se, por isso, um esclarecimento claro e inequívoco sobre esta escolha e sobre o enquadramento jurídico efetivamente aplicável. Acresce-se que, tendo em conta o que foi afirmado na reunião de 26 de Fevereiro sobre esta matéria, a opção agora seguida pelo Executivo revela uma preocupante incoerência política e administrativa. Recorde-se o que foi então afirmado pela Sr.ª Vereadora Cristina, e bem, relativamente a estes trabalhadores, e passo a citar. *"Tal situação não contribui para a estabilidade laboral, consequentemente, as famílias ficam privadas da necessária estabilidade pessoal e financeira, uma vez que se mantém um vínculo profissional descontínuo e incerto."* Mais referiu, *"as pessoas que vêm através dos programas ocupacionais não são sujeitas à avaliação psicológica prévia específica para trabalhar com crianças, como acontece nos procedimentos concursais para a integração no quadro."* Acrescentou ainda, *"não podemos continuar a suprir necessidades permanentes com soluções temporárias. Não podemos manter os mesmos trabalhadores durante 10 ou 15 anos numa situação de precariedade encapotada. Se a função é permanente, o posto de trabalho deve ser permanente. Este Executivo quer estabilidade nos serviços, quer equipas consistentes e quer profissionais integrados, avaliados, responsabilizados e valorizados."* Fim de citação. -----

É precisamente por estas razões que a opção agora tomada causa estranheza e, mais do que isso, preocupação. Em vez de corrigir situações de precariedade, o Executivo



Handwritten signature

opta por aprofundá-las. Ao recorrer à aquisição de serviços, substitui-se uma realidade já frágil por um modelo ainda mais desprotegido, o trabalho a recibos verdes. Esta opção não resolve o problema, agrava-o. Transforma necessidades permanentes em prestações de serviços artificiais, desresponsabilizando a Entidade Pública e transferindo todos os riscos para os trabalhadores. Estamos na prática perante profissionais que desempenham funções estruturais e contínuas, mas que são colocados numa situação de total incerteza, sem vínculo estável, sem proteção adequada e com direitos significativamente limitados. Importa, aliás, esclarecer o que está em causa para estes trabalhadores. Exercem atividade como independentes, sem contrato de trabalho e, em teoria, sem subordinação hierárquica ou horário fixo, tem de abrir atividade nas finanças e emitir recibos verdes, estão sujeitos a obrigações fiscais e contributivas, IRS, eventual IVA, contribuições para a Segurança Social, não têm direito a férias pagas, subsídios de férias ou de Natal, não beneficiam de proteção equiparável em caso de doença ou interrupção de atividade. Mais grave ainda, quando existe na prática subordinação hierárquica, cumprimento de horários e integração em equipas organizadas pelo Município, que é aquilo que vocês querem fazer, estamos perante situações que podem configurar falsos recibos verdes. Uma prática ilegal. Perante este cenário, a questão deixa de ser apenas técnica ou procedimental, passa a ser uma questão de coerência, responsabilidade e respeito pelos trabalhadores. Assim, impõe-se perguntar, é esta a melhor solução para os trabalhadores? É esta a melhor solução para a qualidade e estabilidade dos serviços? É esta a coerência esperada de quem afirma defender vínculos estáveis, equipas consistentes e valorização profissional? Porque na prática o que se verifica é exatamente o contrário. Uma opção que fragiliza ainda mais quem já se encontrava numa situação precária e compromete a própria sustentabilidade e qualidade dos serviços prestados.” -----

NATÁLIA DA GRAÇA DA COSTA CARRAZEDO (PSD) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Falo hoje em nome da minha Freguesia, a União de Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murcós e Soutelo Mourisco, para abordar uma questão que se arrasta há demasiado tempo e continua por resolver. O estado dos nossos caminhos rurais, e o mais preocupante é que isto não é recente, é o resultado de oito anos de falta de investimento e de meios claramente insuficientes. Os meios disponibilizados para a sua manutenção estiveram muito aquém das necessidades. Poucas máquinas e as poucas que existiam em condições claramente insuficientes. Falamos de equipamentos envelhecidos, constantemente avariados, mais tempo



parados em oficinas do que no terreno, isto não é uma perceção, é uma realidade que enfrentamos diariamente. A situação é sem rodeios grave, em várias zonas do Município os caminhos estão degradados ao ponto de comprometer a circulação, o trabalho agrícola e a vida diária das populações. Isto não foi uma fatalidade, foi sim uma opção de gestão. E quem pagou essa opção de gestão foram os nossos agricultores, os nossos trabalhadores e todas as pessoas que dependeram destes acessos no seu dia-a-dia. Não podemos continuar a aceitar esta realidade como normal, pois não estamos a falar de luxo, estamos a falar de condições básicas de mobilidade e apoio ao mundo rural. Não estamos a pedir favores, estamos a pedir o que é essencial para o funcionamento do nosso Território. O concelho não pode continuar a andar para trás nesta matéria. Para terminar, dirigindo-me diretamente ao Excelentíssimo Sr. Presidente, faço a seguinte pergunta. Que avaliação faz deste cenário que encontrou no terreno? E mais importante, que medidas concretas pretende assumir para inverter uma situação que se arrasta há anos sem fim e sem resposta eficaz?” -----

ALFREDO CARLOS PRETO FERNANDES (PS) - Que no uso da palavra fez referiu: “A minha intervenção vai ser breve, é apenas uma preocupação. Trago a esta Assembleia a preocupação que considero de relevância para o nosso concelho e para toda a região. Tem surgido informação sobre a possível reestruturação do INEM, que poderá levar à retirada do helicóptero de emergência médica sediado em Macedo de Cavaleiros e a outros, mas a que nos preocupa é este, a confirmar se estaríamos perante uma decisão de consequências graves na capacidade de resposta a situações críticas, colocando em risco a rapidez e a eficácia do socorro às nossas populações. Macedo de Cavaleiros não é um território periférico, é pelo contrário um ponto central no dispositivo de proteção civil, isso mesmo é comprovado pelo investimento realizado ao longo dos últimos anos no nosso concelho, desde a localização de meios aéreos de combate a incêndios, através da instalação da Base da Proteção Civil aqui e também da Base de Apoio Logístico. Retirar este meio seria um retrocesso incompreensível e uma contradição face ao caminho que tem vindo a ser seguido. Por isso o meu apelo a este Executivo para que esteja atento, que vá percebendo estas movimentações e dizer que todos nós estaremos disponíveis certamente para ajudar a que isso não aconteça.” -----

LUÍS MIGUEL PEREIRA VAZ (PS) - Fez a seguinte intervenção: “Basicamente, vou falar sobre o 25 de abril e sobre as comemorações, e parabenizar o Município



particularmente a Divisão da Cultura, porque realmente esteve bem, houve alguns lapsos de protocolo, mas nada de grave. Ainda ninguém o disse aqui, mas, parabenizar a Presidente da Assembleia Municipal, a Dra. Maria José, pelo discurso que fez, com o qual realmente honrou o 25 de abril. Dizer que fiquei um pouco curioso com o discurso do Sr. Presidente da Câmara, porque, na minha ideia, ter-se-ia enganado no discurso e leu lá, o discurso da Assembleia, e não do 25 de abril. Como já disse a Deputada Celina, não podemos honrar abril quando criticamos a crítica, e pronto, a mim caiu-me um pouco mal, mas é a minha opinião, nem sequer vou entrar nesse ponto, vou explicar a crítica. E principalmente a crítica que é feita através das redes sociais do Partido Socialista de Macedo, onde eu sou um dos gestores, aquilo não é mais do que dar voz às atas das reuniões de Câmara, ou seja, tudo o que está ali escrito passou-se em reunião de Câmara e está em Ata. Acho que é importante para as pessoas que estão a assistir à Assembleia, que gostariam, se calhar, de assistir a todas as reuniões de Câmara, e é importante que se fale disso, e que se traga os assuntos, se queremos que as pessoas se envolvam na política, acho que é importante dar-lhe a informação para que elas se possam envolver.” -----

CARLA ALEXANDRA DIAS MIRANDA (PSD) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Venho aqui colocar uma questão que eu acho pertinente e que todos nós, Presidente Junta, já nos devemos estar a questionar, porque estamos a falar de dinheiro e dinheiro é sempre bem-vindo para todas as Juntas de Freguesia, pois suponho que faz falta a todos nós. Foi-nos dito que seria nesta Assembleia, em abril, que se iria falar sobre a transferência de competências, uma vez que houve a trapalhada do ano passado, de não conseguirmos andar com o “comboio para a frente e ficou estagnado”, gostaria que o Sr. Presidente nos dissesse em que ponto de situação está essa transferência de competências para as Freguesias.” -----

CAMILO ANTÓNIO MORAIS (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “O que me traz aqui hoje é a visita de estudo realizada entre os dias 16 e 18 de abril de 2026 a Évora da Assembleia Municipal Jovem. E eu queria felicitar a Sr.ª Presidente pela escolha da Cidade de Évora, uma Cidade multicultural, com uma história fantástica, muito turística, tomáramos nós ter a dimensão que aquele Município tem. Dizer também que os Srs. Deputados Jovens se portaram muito bem, fomos recebidos ao mais alto nível, pelo Presidente da Câmara, Vereadores, Presidente da Assembleia, Funcionários, foi uma receção fantástica. Depois houve algum



Pires
est.
mjm

desconforto, porque a nossa Câmara não se fez representar, claro que a gente entende que pode haver outros assuntos demasiado importantes que não possibilitam que haja uma divisão, digamos, dos Vereadores e do Sr. Presidente para que isso acontecesse. Portanto, fica o registo, não é crítica, é um alerta, porque foi uma menos valia, a visita com certeza teria outro significado, e o nosso Município teria sido mais bem representado, portanto Sr. Presidente, espero que para a próxima tenha isto em conta, porque o nosso Município merece quando for representado, que seja representado pelos dois os órgãos que fazem parte dele, Câmara Municipal e Assembleia Municipal.” -----

CLAÚDIO MIGUEL BENTO TROVISCO (PSD) - Fez a seguinte intervenção: “Perante algumas publicações que vêm sendo feitas pelo Partido Socialista, só consigo depreender que, seis meses após um momento eleitoral em que o Partido Socialista saiu derrotado, os seus dirigentes ainda não perceberam porque o perderam de forma tão clara e inequívoca. -----

De facto é inegável a vasta experiência de alguns dos intervenientes políticos da oposição. Afinal, passar por tantos locais e funções terá que ter tido alguma mais-valia. Se bem que toda essa experiência não impediu que se aprovasse um orçamento ilegal ou que se autorizasse um pagamento de 350 mil euros, antes do visto obrigatório do Tribunal de Contas, situações que culminaram no pagamento de milhares de euros em coimas, tal como não impediu o encerramento do Call Center ou que se pagassem 70 mil euros pelo Estudo Prévio de um Pavilhão Multiusos que afinal se viria a perceber demasiado ambicioso, ou que se conseguisse converter o Mercado Municipal numa instalação para albergar alguns serviços do Município, incorrendo numa ilegalidade sem comparação, já que apresentaram uma Candidatura para o Mercado Municipal e o que se deixaram foram escritórios e lojas comerciais. E ainda, que se implementasse um pórtico de cobrança sabe-se lá do quê no Azibo, resultando em constrangimentos e prejuízos óbvios para o Concelho e para a Região. Houve coisas boas durante oito anos, claro que sim, sou politicamente honesto o suficiente para o admitir, mas convenhamos que não foi apenas isso que houve. Foram oito anos de muitas promessas e muita propaganda, desde a vinda de um Pelotão de Intervenção Rápida da GNR, que afinal foi parar a Bragança, à famigerada Ligação Ecológica Macedo/Azibo, à Reabilitação da Residência de Estudantes, anunciada em fevereiro de 2019, após a visita do então Ministro das Infraestruturas, e mais tarde Candidato às Legislativas derrotado - Pedro Nuno Santos, ao Parque Logístico da Zona Industrial, ao Centro de Gabinetes Empresariais, anunciado em julho de 2020, à



Unidade de Produção de Hidrogénio Verde e à Empresa de Transformação de Pescado, ambas anunciadas em 2023, ao Seguro de Saúde para todos os Cidadãos do Concelho, aos Centros de Dia para Idosos em Freguesias do Concelho, à enorme aposta na BLC3, Incubadora de Empresas, que não só não resultou, como ainda acabou com os Macedenses em Tribunal, a exigir o pagamento das bolsas que a BLC3 lhes devia e se recusava a pagar, e ainda o projeto SideUp, cujo os resultados ainda hoje desconhecem, deixando-nos com o investimento de 1,3 milhões de euros no edifício do Piaget, cuja fatura mensal de manutenção é abismal, e onde estavam, até há bem pouco tempo, uma mão cheia de trabalhadores. Foram oito anos de um ambiente pesado, que se sentia nas ruas, nos serviços e nos macedenses, e que desvaneceu no momento em que perderam as eleições. Se há capacidade que caracteriza o ser humano, é a de aprender. E o Sérgio Borges e aqueles que o acompanham com certeza aprenderão muito no decorrer do voto de confiança que lhes foi entregue. É que, de facto, todos, sem exceção, temos essa capacidade. Mas nem todos temos a humilde capacidade de mudar atitudes e personalidades. Essas, pelos vistos, mantêm-se. E é isso mesmo que me faz acreditar que não regressarão ao poder tão cedo.” -----

RUI ALEXANDRE SERAPICOS VILARINHO (PS) - Fez a seguinte intervenção: “O que me traz aqui hoje é tentar ajudar a esclarecer, uma conversa que ocorreu na última reunião de Câmara em relação à criação do Centro de Estágio da Associação de Futebol de Bragança. Eu vou tentar ser sucinto, esclarecedor e objetivo. Eu vou falar de montante para jusante de forma tranquila, para que todos possam perceber o que se passou e o que se passa na realidade e com verdade. -----

Sr. Presidente em 2018 o Sr. Presidente da Associação de Futebol de Bragança manifestou interesse em criar um Centro de Estágio para o distrito, e na altura nós manifestávamos logo interesse em albergar esse Centro de Estágio por vários motivos, mas o principal seria pela nossa centralidade, pela posição geográfica de Macedo de Cavaleiros, o que facilitaria garantidamente a todos os atletas do Distrito maior rapidez na chegada ao Centro de Estágio. Iniciámos o processo com energia positiva, tanto da parte da Associação de Futebol como da nossa. Nós, na altura, vimos ali uma oportunidade para podermos requalificar alguns espaços em aldeias aqui envolventes à cidade, onde entrou, sim, o campo de futebol de Lamas e de Bornes. Sei que fomos visitar mais dois ou três, para termos a oportunidade no nosso entender de podermos requalificar um espaço que estava devoluto e iríamos usufruir



Pires
ajm

todos dele. Passado pouco tempo, foi-nos dada nota pela Associação que a Federação não queria investir em locais fora do Centro Urbano, e gorou-se logo a hipótese de podermos requalificar esses espaços. E nós deitamos mãos à obra, novamente, e desenhámos, e deve estar no espaço onde eu exercia funções no gabinete, garantidamente, porque eu deixei lá absolutamente tudo que concerne ao trabalho, porque eu não tirei lá documento nenhum, um desenho, com dois campos de futebol sintético de forma perpendicular ao campo de futebol relvado. Então, um seria pago para Autarquia, para usufruto dos macedenses, e o outro seria, então, para a Associação de Futebol de Bragança, para usufruto da Associação, e quando não estivesse a ser utilizado, permitiriam que os macedenses também o pudessem utilizar. Pronto, fizemos esse pré-projecto, esse desenho e o Sr. Presidente da Associação de Futebol de Bragança, na altura, ainda não tinha em carteira o montante que poderia ter disponível da Federação Portuguesa de Futebol para cobrir essa obra, e nós tínhamos alguma pressa, mesmo tendo alguma dificuldade financeira naquele início de 2018 e 2019, mas também tínhamos a necessidade de construir um campo sintético para os nossos jovens e para os adultos, porque foi, garantidamente, uma das necessidades que todos identificamos na altura. O tempo foi passando, e o Sr. Presidente da Associação de Futebol não nos deu garantias do valor que teria para começar a obra. Então, nós decidimos, porque o tempo passava, e as pessoas, normalmente, e com toda a legitimidade, apontavam-nos essa lacuna, e nós começámos as obras com um campo de futebol paralelo ao campo de futebol que é o que está lá atual. Entretanto, depois de muitos esforços incitados pelo Presidente da Associação, que eu sei disso, conseguiu, depois de uma visita aqui do Presidente à altura, o Dr. Fernando Gomes, conseguiu garantir um envelope financeiro de cerca de 200 ou 250 mil euros, e nós já sabíamos que os custos de um campo sintético, com o terreno terraplanado como tínhamos nós, com todas as situações resolvidas, ia ficar em 500 mil euros foi aquilo que custou o campo sintético que está hoje em Macedo de Cavaleiros, na altura decidimos fazer o campo sintético e então a Associação de Futebol de Bragança tinha disponível 250 mil euros. Nós não tínhamos capacidade na altura para podermos contribuir com o remanescente que faltava para a obra, porque faltariam muito mais do que os 250 mil euros, porque iria necessitar de outras infraestruturas, e fomos andando e tentando perceber onde é que podíamos localizar esse tal campo sintético que seria a fase inicial deste projeto. Fizemos avaliações dos terrenos ali na zona envolvente e legitimamente, os proprietários, porque há terrenos ali que são urbanizáveis, é normal, o terreno é deles, querem o dinheiro, o valor normal do terreno e é substancialmente mais alto do que aquilo que nós podíamos



pagar. Entretanto, a situação foi andando e o Sr. Presidente da Associação Comercial disse na altura que achava que conseguia um montante mais elevado para fazermos o Centro de Estádio. Mas entretanto não tinha a garantia que teria esse dinheiro. E nós também não tínhamos a garantia que à data tivéssemos dinheiro para comprar os terrenos e para colocar em cima da mesa o restante dinheiro que faltava para iniciar essas obras, que era muito dinheiro e todos sabem que nós no início de 2018, 2019 e 2020 tivemos bastantes dificuldades financeiras porque, mas tínhamos ali um grande deficit. Continuando, entrou a altura pandémica, ficou tudo um pouco estagnado, toda a gente, a sociedade toda em geral e entrámos no novo período autárquico e começámos novamente a agilizar esforços para que conseguíssemos efetivar essa obra. Houve dentro da Federação algumas incongruências e foi mesmo arrastado até quase ao fim do mandato. Perto do fim do mandato o Presidente da Associação Comercial, é verdade, disse-me olha, tenho a garantia que consigo 600 mil euros para conseguir esta obra. Na altura, estávamos próximo do fim do mandato, já em época pré-eleitoral nós não tínhamos, naquela altura, capacidade para comprar os terrenos atempadamente para fazer qualquer tipo de obra. E a coisa correu. Agora, há pouco tempo, já depois das eleições autárquicas, é provável que houvesse uma conversação entre a Presidente de Câmara de Bragança e o atual Presidente da Associação de Futebol. Eventualmente poderia haver. Sei que o Sr. Presidente Sérgio Borges também reuniu com o Presidente da Associação e manifestou o seu interesse em dar continuidade a este pré-projecto, a esta intenção e bem, e a partir daí eu desconheço qual foi o fim da “novela”. O que é certo, é que, vou-lhe dizer Sr. Presidente, este campo sintético já está contratualizado com Bragança é só o início de um futuro empreendimento desportivo, ainda está neste momento nas suas mãos e agora que tem mais capacidade financeira pode ainda reunir com eles, pode ainda manifestar o seu interesse e um campo sintético resolve-se com mais facilidade do que uma estrutura hoteleira com vários campos de apoio. E vou-lhe dizer mais Sr. Presidente, se precisar do meu apoio e da minha ajuda, estarei cá disponível para colaborar e para ajudar.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados Municipais: “Em relação ao Deputado Miguel Cabral que deu os parabéns pela forma como decorreram as Comemorações do 25 de abril só tenho a dizer, ainda bem que estivemos à altura dessas comemorações que são 52 anos, que obviamente gostamos



*P. rez
ust
on*

de comemorar e para quem está deste lado a organizar, estar à altura dessas Comemorações. -----

Em relação à Feira da Agricultura - AgriNordeste, dizer que saiu hoje o cartaz nas redes sociais. Dizer também que a Feira da Agricultura realmente não é nova, a denominação AgriNordeste é que é nova. E há uma diferença clara entre projetar um crescimento estratégico e assumir investimentos que não apresentam uma visibilidade económica nem garantia de retornos, mas no que concerne ao sucesso de uma Feira e da organização de uma Feira, neste caso da AgriNordeste, que queremos que não seja só uma Feira de Agricultura, mas que seja um pouco mais e tem potencial para crescer e que represente não só o Nordeste Transmontano, mas a Zona Norte em relação à agricultura. Obviamente que é uma ambição e ninguém nos tira essa ambição, e obviamente queremos chegar lá, obviamente que o que difere das outras, e para quem esteve atento e viu a apresentação, e foi-me colocada bastante essa questão por parte dos jornalistas. Obviamente não se trata só de um Certame onde vamos e vemos a máquina, vamos lá e vamos experimentar, vamos partilhar com experiências e também ter Associações Agrícolas que possam informar todos os agricultores e os jovens agricultores. De salientar, falando aqui nos jovens agricultores, que temos 69 projetos de jovens agricultores a nível do nosso concelho e estamos a falar de cerca de 16 milhões investidos nestes projetos agrícolas, por isso mais uma razão ainda para queremos e ambicionarmos termos uma AgriNordeste que tenha bastante sucesso a nível não só do Nordeste, mas do Norte. -----

Em relação à Feira de São Pedro não será meio milhão de euros, ficará bem abaixo desse valor, mas fica o registro da sugestão. Em relação à Feira do Turismo, lembro que já temos a Feira da Caça e do Turismo, mas eu entendo essa sugestão e aceito, obviamente, e serão tomadas em conta, pois todas as sugestões são válidas e são consideradas. -----

Em relação à Deputada Daniela Rebelo dizer que agradeço a preocupação e por ter falado neste assunto, cuja prevenção é mais que necessária e mais do que nunca, e eu convidava-a a sentarmos à mesa, também com possibilidade do Agrupamento e da Associação de Pais, com vista a discutirmos uma proposta conjunta e que seja válida. E esta é uma preocupação na ordem do dia e penso que deverá ser uma preocupação na ordem do dia de todos nós, no que nos diz respeito, por isso, aceitamos obviamente a sua sugestão e lançamos esse desafio. -----

Em relação à Deputada Diana Alves, agradecer a sua intervenção e no âmbito da Assembleia Municipal Jovem e no âmbito da celebração do 25 de Abril, quero deixar uma palavra também de sincero elogio aos jovens que participaram na Assembleia



Pres. Cel. mjm

Municipal Jovem, realizada neste passado sábado dia 25 de abril. As suas intervenções revelaram um nível notável de conteúdo, de assertividade e, acima de tudo, um sentido de responsabilidade, merecendo plenamente a minha admiração e todo o reconhecimento. Aliás, foi em vários momentos verdadeiramente emocionante para quem estava, para quem viu e para quem testemunhou, a forma como estes jovens se expressaram e defenderam as suas ideias com maturidade e consciência cívica, e fica a clara sensação de que esta geração está altamente preparada e poderá vir a ser uma das mais bem capacitadas para enfrentar os desafios do futuro, dando continuidade aos valores da liberdade e à participação que, o 25 de Abril tanto simboliza. -----

Em relação ao Deputado Manuel Mico, referiu-se Callcenter, questionando se haveria alguma novidade, e permita-me dizer que não deixa de ser um bocado irónico que a bancada parlamentar do Partido Socialista e os Vereadores do Partido Socialista só agora, com a mudança de Executivo, passem a demonstrar uma preocupação quanto ao destino a dar ao Callcenter quando foram os próprios que chegaram a deixar chegar o edifício ao estado de degradação em que nós o encontramos. O edifício foi requalificado no mandato do Dr. Duarte Moreno e chegou a acolher mais de 50 trabalhadores da Intelcia, sem que o anterior Executivo tenha feito o que quer que fosse para manter estes postos de trabalho ou arranjar alternativas viáveis para este espaço. Durante oito anos não o conseguiram fazer, mas exigem que este Executivo faça em pouco mais de cinco, seis meses. Apresentaram propostas que nunca implementaram ou sequer tentaram implementar. O atual Executivo, após visita às instalações em que foi preciso proceder ao arrombamento da porta, porque as chaves já nem apareciam e nem apareceram, tal o estado de abandono, já dotou as instalações com fibra de aquecimento e irá proceder à operação de limpeza para poder mostrar o espaço a potenciais interessados, verificando-se já a manifestação de interesse por parte de algumas empresas, duas particularmente, cujas condições contratuais cumpre, obviamente, apreciar e verificar se são ou não benéficas para o Município e para o Concelho. Em relação à pós-graduação que estava há bocado a perguntar, trata-se de uma pós-graduação em Gestão Autárquica a cargo do IPB no âmbito da CIM e posso-lhe dizer que já reunimos com ambos, tanto com o IPB como com o Piaget, em relação ao Ensino Superior e não só, também profissional, estamos em sintonia com o IPB e com o Piaget, podemos dizer que já tivemos encontros com ambos, obviamente que esta questão do Ensino Superior eu sei que para os Macedenses que nos ouvem lá em casa é sempre uma questão importante e



obviamente que toda a gente se lembra dos tempos do Piaget e dos tempos do Ensino Superior que nós tínhamos, e obviamente que gostaríamos de voltar a esses tempos. Sabemos que não é fácil, mas estaremos obviamente tanto com o IPB como com o Piaget em sintonia para trazer, seja o Ensino Superior, seja o Ensino Profissional, para podermos trazer mais pessoas que nos deem mais à nossa terra e que queiram até, inclusive, fixar-se. Em relação à questão da agricultura e do apoio, já falamos aqui da criação da Feira da AgriNordeste com uma ambição de a afirmar como um evento de referência Regional mas também dos apoios que estamos a aplicar para apoiar estes agricultores. -----

Em relação à questão da Deputada Paula Martins e do comércio tradicional dizer que realmente é uma situação preocupante, e obviamente que o Executivo tem vindo a trabalhar num conjunto de medidas de apoio ao comércio tradicional e que se encontram devidamente planeadas e serão implementadas de uma forma faseada e no momento oportuno. Neste contexto encontra-se já, posso dizer em curso o Procedimento da Elaboração de um Regulamento Municipal da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentário dirigido a Feirantes e a Vendedores Ambulantes onde a crise também infelizmente se faz sentir de modo acentuado e é só ver como já falamos aqui do declínio das feiras. Neste âmbito iniciou-se um Procedimento Administrativo para prever execuções do Regulamento das Taxas Municipais e isentar os Feirantes inclusive do pagamento das taxas para estas atividades. Apelamos à participação pública, incentivando todos os interessados a manifestarem a sua opinião e a apresentarem sugestões sendo que nesta fase paralelamente está a ser elaborado um Projeto de Regulamento o qual será devidamente anunciado e submetido à discussão pública. Importa ainda clarificar que no âmbito das políticas municipais de apoio à natalidade está prevista a inclusão de uma cláusula que determina que os apoios financeiros atribuídos deverão ser obrigatoriamente utilizados no comércio tradicional do concelho de Macedo de Cavaleiros serve também assim de alguma forma para dinamizar, esta opção constitui uma medida obviamente estratégica que visa potenciar este efeito multiplicador do investimento público, na nossa economia local e ao condicionar a utilização do apoio ao consumo em estabelecimentos de comércio tradicional garante-se que os recursos financeiros atribuídos às famílias permanecem no nosso circuito e na nossa economia local, promovendo assim como eu já disse diretamente a atividade dos pequenos comerciantes e contribuindo também para a sustentabilidade do tecido empresarial do nosso concelho. Trata-se por isso assim de uma medida com o duplo impacto, por um lado apoia diretamente as famílias no momento da natalidade e por outro estimula a nossa economia local reforçando a



Pires
V. M.
mjm

procura do comércio de proximidade e ajudando a preservar postos de trabalho e incentivando ainda a fixação da população no nosso território. Acresce que esta abordagem contribui para a valorização do nosso comércio tradicional como já disse, enquanto elemento estruturante da identidade económica e social do Concelho, promovendo relações de proximidade, confiança e coesão comunitária e proximidade. Deste modo as diferentes medidas municipais não devem ser analisadas de uma forma só isolada, obviamente uma só não tem resultado, mas sim como uma parte de uma estratégia integrada no desenvolvimento local onde o apoio social e o incentivo económico como eu disse, se articulam de uma forma coerente. -----

Em relação ao Deputado Ramiro Valadar e à questão das águas dizer que o fizemos o mais célere que nos foi possível. Obviamente que aquela questão de que foram primeiro ali, às vezes não é a questão de ir primeiro às vezes é a gravidade exatamente do problema a questão com que se consegue fazer mais rápido um ou o outro. Em relação à Educação, se calhar deixava ali para a nossa Vereadora, mas dizer que é sempre uma preocupação para este Executivo, e ainda bem que estivemos lado a lado a remar para o mesmo lado. Em relação à questão da rede viária e penso que ao ler estas palavras vou já falar aqui para vários que solicitaram estas informações. Apesar de ter sido discutida no âmbito da CCDRN já o acesso ao financiamento comunitário para a rede viária municipal, não há nada de concreto neste momento até ao momento sobre a abertura de avisos e perante este contexto a estratégia municipal tem de ser realista, ou seja, procurar financiamento externo sempre que exista um enquadramento adequado mas não condicionar, obviamente a segurança e a circulação das populações à abertura de avisos comunitários, sendo que de uma forma gradual a Câmara Municipal tem de passar a assumir esse custo e renovar a rede viária municipal. Neste momento foi feito um levantamento sobre as estradas em pior estado e com maior tráfego para dentro das possibilidades este Município assumir os custos, sendo que já foram adjudicadas as obras para Corujas, por exemplo, a Entrada Nascente e o Largo de Pinhovelo. Em relação àquela questão da estrada de Paradinha que eu sei que não foi o suficiente, foi na altura o possível, obviamente que não ficará assim e queremos resolver o problema de uma forma melhor, mais estruturante e mais significativa. -----

Em relação ao Deputado Sérgio Lameiras que falou sobre a manutenção, a limpeza e segurança, importa dizer que existe naturalmente uma preocupação permanente deste Município com o espaço público obviamente, mas também importa ser sério, não se corrige em poucas semanas e meses aquilo que foi sendo acumulado ao longo destes



Handwritten signature and initials

últimos anos, quer pela degradação não só dos equipamentos nomeadamente as máquinas avariadas, quer pela insuficiência de meios operacionais, quer pela falta de manutenção preventiva. Quando tomamos posse, tínhamos 103 pedidos de pequenos trabalhos, quer na colocação de paralelos quer na reposição de mecã, reposição de alcatrão, na colocação de freio azado pedidos de máquinas para as Freguesias inclusive, as duas niveladoras do Município já desde março, e não antes porque as condições climáticas não permitiram, que estão no terreno depois de supridas as necessidades de pequenas avarias que tiveram passando por Grijó, Latões, parte da Zona Industrial de Lamas, Corujas e seguirá para as Freguesias de Ala, Murçós e Salselas e obviamente que o objetivo é fazer com que esta passe por todas as que sejam necessárias. Em relação ao D5 que estava previsto ir para a Freguesia do Lombo, e está ali o Sr. Presidente que não me deixa mentir, está avariado e o arranjo estende a mais de 20 mil euros, e o Executivo já diligenciou no sentido do arranjo desta máquina. O trator com destroçador iniciou também a limpeza dos terrenos municipais e da ciclovía, na zona do estádio municipal, indo depois para a estrada de Malta a partir de amanhã. Na ciclovía, na zona sul, verifica-se um problema de acumulação de água na berma, proveniente de uma casa particular que os serviços estão a resolver. Os calceteiros entre março e abril fizeram reparações durante cerca de 10 dias na freguesia do Lombo, em Macedo, em Vilarinho de Agrochão, em Vilar do Monte, em Lamas, Cortiços, Murçós, Carrapatos, Brinço e até à data também em Vale de Prados. Foi posto fresado na estrada da Sobreda, sim, apesar da reparação ser insuficiente, como eu já disse, e temos a noção que não passa de um “penso rápido”, mas queremos, como eu já disse, melhorar a situação. Estamos a trabalhar numa lógica integrada, ou seja, articulando obras municipais, ambiente, limpeza urbana, jardins e serviços operacionais para que a intervenção no espaço público não seja apenas pontual ou reativa, mas progressiva, planeada e bem acompanhada, isso inclui fontes, inclui tanques, mobiliário urbano, zonas verdes, arruamentos e equipamentos municipais, o tanque da Maria da Fonte, por exemplo, tem já a água da rede e a Fonte da Praça da Eiras, já está também operacional. Há um reforço da verba no orçamento na ordem de 40 mil euros para arranjo e manutenção e instalação de mobiliário urbano, que também é necessário. Relativamente aos meios humanos, estamos a avaliar as necessidades reais dos serviços, tendo em conta as limitações legais e orçamentais, obviamente existentes. O objetivo é reforçar a capacidade operacional, mas fazê-lo com responsabilidade, sem promessas fáceis nem propaganda, sendo necessário recrutar, obviamente, mais assistentes operacionais. Quanto à segurança, o Município tem mantido articulação com as forças de segurança, designadamente



Handwritten signature: Pires

depois do roubo dos cabos da rega do canal e do arrombamento da estação náutica e do assalto no armazém municipal, sabendo que a competência direta de patrulhamento é das autoridades policiais, mas, obviamente, cabendo aqui ao Município cooperar, sinalizar problemas e criar melhores condições de utilização do espaço público para todos. Foram instaladas mais câmaras de segurança, nomeadamente no Parque da Cidade e, sobre o Parque da Cidade, a questão é particularmente relevante, o Parque foi inaugurado pelo anterior Executivo com grande encenação pública, mas a verdade é que, como vocês viram, a verdade é que foram deixadas várias anomalias e problemas que hoje exigem uma análise técnica e uma intervenção responsável. O Lago e o Ribeiro não podem ser tratados apenas com soluções cosméticas, é necessário perceber a origem do problema, as responsabilidades existentes, o enquadramento ambiental e, obviamente, a solução técnica adequada à resolução deste problema. O Executivo está a avaliar a situação, quer do Lago, quer do Ribeiro, para definir uma intervenção que seja eficaz e duradoura e despoluir de uma vez por todas este Ribeiro. Não queremos fazer uma intervenção apressada apenas para a fotografia, queremos é realmente resolver o problema de uma forma séria, tecnicamente fundamentada e financeiramente responsável, acima de tudo. Portanto, a resposta é clara, sim, há uma preocupação, há trabalho em curso e haverá, obviamente, intervenção, mas não faremos da gestão municipal um exercício só de aparência. -----

Relativamente à intervenção da Deputada Celina Martins, que falou também da questão do 25 de abril e penso que posso também falar para o Deputado Luís Vaz, em relação à reação, ao discurso, aqui mais para o Deputado Luís, dizer que o discurso do 25 de abril, é por si só um sinal de que abril realmente continua vivo, foi precisamente essa a conquista maior da revolução, a liberdade, e a liberdade de expressão, a liberdade de falar, a liberdade de criticar e de concordar, e também, obviamente, de discordar. Numa democracia não há discursos intocáveis, nem opiniões únicas, há pluralidade, confronto de ideias, e um debate saudável. E isso não enfraquece o regime democrático, aliás, fortalece-o. É assim que a democracia funciona, com vozes diferentes, com perspetivas distintas, e com espaço para todos se exprimirem. E se hoje é possível realmente discordar publicamente, e aqui numa Assembleia, de um discurso evocativo do 25 de abril, então isso significa que o espírito de abril realmente se cumpre, e estamos todos de parabéns. Porque a verdadeira liberdade não está apenas em celebrar, mas também em questionar. E é precisamente nesse direito de dizer e discordar que encontramos o melhor sinal de



P. Ramalho
Ass.
01/11

que a democracia está viva e realmente a funcionar. -----

O Deputado Ivan Ramalho falou na questão da indemnização do Baixo Sabor, e importa, antes de mais, clarificar que estamos perante duas matérias distintas. Embora muitas vezes confundidas no debate público, por um lado, e espero explicar isto de uma forma que seja compreensível, por um lado, as rendas e as compensações devidas pela exploração das barragens, por outro, os impostos associados ao negócio da sua venda. Começando pela questão dos impostos, no âmbito da venda de várias Barragens, incluindo o Baixo Sabor, o Ministério Público concluiu que existem cerca de 335 milhões de euros em impostos em falta, nomeadamente, o IMT e o Imposto de Selo. Mais recentemente, a Autoridade Tributária indicou que pretende avançar com a liquidação destes valores, ainda durante o ano em curso. No entanto, apesar deste avanço, a verdade é que os Municípios continuam sem receber qualquer verba. Os Autarcas da região têm vindo a manifestar, e eu próprio me incluo, a preocupação, não só pela demora, mas também pela falta do calendário concreto para a entrada destes recursos no território, que muita falta nos faziam, e acresce que há ainda processos em curso e complexidade jurídica associada, obviamente, o que significa que mesmo existindo uma expectativa positiva, não há ainda uma execução financeira realmente efetiva. Passando agora à questão das rendas, aqui falamos de uma realidade diferente, trata-se de compensações diretas devidas aos Municípios pela utilização dos seus territórios e recursos naturais. Neste ponto, o essencial já está decidido, existe um entendimento jurídico consolidado, incluindo o parecer da Procuradoria-Geral da República, homologado pelo Governo, que reconhece o direito dos munícipes à atualização de rendas e ao pagamento destes valores em atraso. Qual é o problema? O problema é que, neste caso, não é jurídico, é mesmo a execução. Ou seja, falta concretizar na prática aquilo que já está reconhecido, atualizar os valores, emitir os instrumentos necessários e proceder, aí sim, aos pagamentos que são devidos. Assim, o ponto da situação é claro. Na questão dos impostos, há uma expectativa de cobrança significativa, mas ainda sem entrada efetiva de receitas nos Municípios. Na questão das rendas, o direito está reconhecido, mas continua por concretizar financeiramente. Em ambos os casos, estamos perante processos distintos, diferentes, mas com um denominador comum, os Municípios continuam à espera de recursos que são considerados devidos e fundamentais para o desenvolvimento destes territórios. O Município tem acompanhado, particularmente o Município de Macedo, tem acompanhado estas matérias em articulação com os restantes concelhos envolvidos e continuará a fazê-lo, exigindo rigor, cumprimento da Lei e, sobretudo, os resultados concretos. -----



*Pres.
mj*

Em relação à Deputada Isabel Carvalho, dizer que eu vou tomar nota e enviar aos serviços relativamente ao Parque, quanto à segurança rodoviária, reforçamos a verba orçamental para as passadeiras e as lombas, já a propósito dessa situação e pronto, será essa a sinalética em relação ao parque, já vai ser intervencionada e fica o registo das essas queixas e também das sugestões que deu. Em relação aos Outdoors, vamos tomar providências, se bem que depois das eleições entramos em contacto e depois também a responsabilidade é um bocado dos próprios Partidos. -----

Em relação ao Deputado João Luís, penso que já falei da questão da segurança rodoviária e não serão necessários mais esclarecimentos. Em relação à Feira, já estamos a agilizar um encontro, inclusive, com os Feirantes e a Associação Comercial para entrarmos aqui, na questão da feira do sábado, para analisarmos não só a questão do dia da Feira ao sábado, mas também outras situações que são pertinentes para os Feirantes. -----

Em relação à Deputada Elisabete Choupina quanto à aquisição de serviços, vou-me informar com os serviços e ver se realmente existem ou não esses erros de legalidade. Em relação à outra questão que colocou, se calhar deixaria depois para a Vereadora poder responder. -----

Em relação à Deputada Natália Carrazedo falou dos caminhos rurais e vicinais, eu lembro que uma coisa são estradas municipais, outra coisa são caminhos rurais e vicinais. Eu sei porque fui Presidente Junta, mas obviamente que com a ajuda de todos é mais fácil e é para isso que estamos aqui. Como eu disse, a máquina de rastros do Município tem estado inoperacional devido a avarias significativas, resultantes da falta de manutenção, situação que, infelizmente, e a Natália perguntava como é que encontramos a questão, se verifica também noutras viaturas da frota municipal. É inadmissível a ausência da manutenção preventiva que vinha sendo praticada, tendo em conta os custos elevados que daí decorrem, e eu posso dar um exemplo, se nós não fizemos uma manutenção regrada e todos os anos, se esperarmos mais do que dois ou três anos, obviamente que depois as coisas degradam-se e o custo vai ser pelo menos o dobro. No caso concreto da máquina de rastros, a sua reparação, como eu disse, ascende a um valor superior de 20 mil euros, informa-se que logo que os equipamentos estejam novamente operacionais, serão disponibilizados para a cedência às Freguesias, como já tem estado a ser feito com outras, conforme previsto, nomeadamente para a Freguesia do Lombo, como aliás na última Assembleia ficou prometido. Neste momento estão a ser enviados todos os esforços para acelerar o processo de reparação, de forma a garantir que a sua



*P. rez
Macedo
M*

disponibilidade seja com a maior brevidade possível. Em relação a Natália, não sei se respondi a tudo mas dizer que encontramos um parque de máquinas bastante degradado e, como eu disse, temos que agora correr contra o prejuízo e compor as coisas. -----

Em relação ao Deputado Alfredo Preto que manifestou a sua preocupação com o INEM, eu posso-lhe dizer que já entramos em contacto com o Gabinete da Ministra da Saúde e eu quero ser absolutamente claro e inequívoco aqui nesta Assembleia. O Município de Macedo de Cavaleiros discorda com total veemência de qualquer decisão do Ministério da Saúde que venha a transformar o helicóptero de emergência médica aqui sediado num simples meio de retaguarda, pelo menos pelas declarações que seria essa, a intenção, estamos a falar de um recurso absolutamente vital para a população do Nordeste Transmontano e de todo o Interior Norte. Não é um luxo, é muitas vezes a diferença, como vocês sabem, entre a vida e a morte. Os dados são claros, são objetivos, não deixam margem para dúvidas. Este helicóptero sediado aqui em Macedo de Cavaleiros foi o helicóptero no segundo semestre de 2025 que teve maior atividade e isso demonstra de uma forma clara a sua relevância, operacional e a sua eficácia no terreno. Fizemos, obviamente, questão de passar essa informação à Ministra, acresce a isto um facto que não pode ser ignorado, o Município está a investir como vocês sabem, mais de 2 milhões de euros na Construção de uma Base de Apoio Logística precisamente para reforçar esta capacidade, por isso não faz sentido, no nosso entender, e acho que de todos os lados, nem é aceitável que, enquanto o território investe e se prepara para servir melhor as populações, o Poder Central equacione sequer decisões que fragilizam esta resposta. O interior do país já enfrenta os desafios suficientes, seja à distância, seja à dispersão populacional, como vocês sabem, seja a rede viária e os acessos difíceis e, reduzir a capacidade de resposta em emergência médica seria um retrocesso grave e incompreensível que, mais uma vez digo, que fizemos passar essa informação ao Gabinete da Sr.ª Ministra da Saúde, por isso, exigimos três coisas que acho que são muito simples, nomeadamente a manutenção plena deste helicóptero em Macedo de Cavaleiros, o reforço e não a diminuição dos meios no interior e, obviamente, o respeito pelo investimento público que estão em curso, nomeadamente da BAL. Estamos totalmente disponíveis para colaborar com o Ministério da Saúde e com o INEM, como sempre estivemos, aliás, mas há uma linha que não aceitaremos que seja ultrapassada, que é a da segurança, a da proteção da vida das nossas populações e nessa matéria não cederemos. Aguardamos, por isso, serenamente mais desenvolvimentos e a tomada de posição da Senhora Ministra da Saúde, mas não aceitaremos, como é óbvio,



Handwritten signature and initials.

qualquer decisão que contrarie o interesse Municipal e Regional. -----

Em relação à Deputada Carla Miranda dizer-lhe que a delegação de competências para as Juntas de Freguesia, como já havia sido explicado na Assembleia de Dezembro, não se concretizou por esse processo ter sido mal instruído e submetido, fora do prazo. Ainda foi encetada uma tentativa de reabertura, como eu vos disse na altura, junto da Direção-Geral das Autarquias Locais, a qual não obteve provimento, também em virtude da ausência da Revisão, na altura, do Orçamento do Estado. Acresce-se que no atual contexto Nacional e designadamente face às exigências financeiras decorrentes da situação no Centro do País e o panorama que infelizmente se verificou, não se perspetiva de imediato a disponibilização de verbas para a efetiva transferência destas competências, mas, e eu gosto de dar a palavra, e, obviamente, quando a palavra depende de mim, eu tento não a quebrar. Não obstante, este enquadramento, e com o objetivo de não prejudicar as Juntas de Freguesia, a Câmara deliberou proceder à distribuição de cerca de 200 mil euros pelas Freguesias todas. Reconhecemos que, obviamente, este montante não é suficiente para dar resposta a todas as necessidades, mas representa um primeiro passo no reforço da capacidade de intervenção local com vista à melhoria e desenvolvimento da resposta às populações, obviamente, chamamos-lhe aqui uma espécie de “penso rápido” em relação à questão da delegação das competências que não queremos deixar para trás e, obviamente, que vamos continuar este processo, por isso, para todos os Presidentes de Junta, dentro das más notícias, acabam por ser boas notícias. -----

Em relação ao Deputado Camilo Morais que referiu a deslocação a Évora no âmbito do projeto da AMJ, antes de mais, dou pessoalmente os parabéns ao Dr. Camilo Morais pelo trajeto que teve e pela responsabilidade que teve na criação da Assembleia Municipal Jovem. Eu acho que não há aqui ninguém que não tenha o nome do Dr. Camilo Morais como o responsável da criação desta Assembleia e é de louvar, obviamente, e depois daquilo que vimos no sábado e daqueles discursos a que assistimos (Sessão da Assembleia Municipal Jovem do dia 25 de abril), é de louvar e dou-lhe aqui publicamente os parabéns. Devido à agenda e, nomeadamente, a Câmara não se fez representar, infelizmente, por impossibilidade da agenda tendo ocorrido precisamente no dia 16 de abril a reunião extraordinária do PDM, mas penso que esteve muito bem representada pelos nossos jovens e, obviamente, pelo Dr. Camilo e na presença também da Sra. Presidenta da Assembleia Municipal. -----

Em relação ao Deputado Cláudio Trovisco, não houve nenhuma questão, foi uma opinião que ficou devidamente registada. -----



Em relação ao Deputado Rui Vilarinho dizer que estas questões do diz que disse são bastante complicadas, porque obviamente que cada um dá a sua versão e eu vou dar a minha porque é importante esclarecer que nunca existiu uma decisão formal num financiamento assegurado para esta Academia de Futebol. O Sr. Deputado mencionou 250 mil euros na questão de um possível e futuro novo sintético, mas aqui o que está em causa, e aquilo que veio a público e o que também na reunião de Câmara se falou foi a questão da Academia de Futebol ir para Bragança. Importa esclarecer com total transparência que nunca existiu uma decisão formal, nem qualquer financiamento assegurado para a criação desta Academia, em rigor, tratou-se sempre de um projeto numa fase embrionária, assente numa intenção genérica e dependente em larga medida de um eventual apoio da Federação, o apoio da Associação seria uns 250 mil para um sintético e da Federação seria o tal apoio mais elevado para uma Academia de Futebol e o eventual apoio da Federação Portuguesa de Futebol que nunca chegou a ser realmente confirmado. Neste contexto não é responsável nem prudente alimentar expectativas junto dos sócios e da comunidade em torno de iniciativas que não disponham de uma garantia realmente mínima de viabilidade. O projeto em causa, nunca ultrapassou o plano das negociações informais quanto sei, tendo sido abordado em paralelo, e isto eu vou falar com conhecimento de causa em relação ao Tó Ramos, que nós conhecemos, que é o Presidente da Associação, em conhecimento de causa, nomeadamente foram abordadas em paralelo os diferentes interlocutores, nomeadamente Bragança e Macedo, como foi posteriormente dito, em relação ao projeto que o Sr. Deputado fala, não o encontrei no Município, mas pronto, tendo em causa esta questão, esta possibilidade da tal Academia que o Tó Ramos acabou por me confessar que não seria fácil e pelo que eu vim a saber depois já estaria comprometido, porque realmente quando estive cá o Fernando Gomes, inclusive o Sr. Vice-Presidente se disponibilizou em termos de terrenos para poderem fazer ali, e ele disse-me isso tudo. Disse inclusive que chegou a ir a Mirandela para ver se havia alguma disponibilidade em Mirandela, ou se queriam também, mas não obtive a porta aberta, aqui houve sim a intenção, mas depois não passou disso. A questão aqui, e eu torno a referir a questão da reunião de Câmara, quando os Vereadores da Oposição disseram fomos ultrapassados, nós não fomos ultrapassados, o carro quando eu entrei é que já tinha sido ultrapassado. Aqui a questão para esta Academia é muito simples, são três questões, é uma questão de timing, de trunfo e de palavra, e eu passo a explicar, o timing foi na altura quando estive o Fernando Gomes, que nós não aproveitamos e não chegámos realmente à frente e falámos e nos comprometemos que iríamos fazer. O trunfo, neste caso, seria não só a parte do Estádio e o Sintético,



mas também a Sede, porque foi o que foi dado à Associação de Futebol de Bragança, uma Sede nova e isso influenciou obviamente na questão. O trunfo seria o nosso Call center, que eu também tentei, mas depois já estava, eles já estão na nova Associação, e depois a questão da palavra, dar a palavra, realmente que iríamos para a frente, coisa que demos e não chegámos a ir, só por aí. E eu torno a dizer, eu não fui ultrapassado, eu apanhei foi o carro já depois de ter sido ultrapassado.” -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou à **Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** que concedesse a palavra à **Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo** para responder a algumas questões suscitadas no âmbito dos seus Pelouros. -----

Assim a **Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo** fez a seguinte intervenção: -----

“Começo por agradecer à Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal por me conceder a palavra e se me permitir, também poderia abordar, de forma muito sucinta, a questão levantada pelo Sr. Presidente da Junta de Morais e também da Deputada do CDS Daniela Rebelo. -----

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Morais, Ramiro Valadar é verdade que esta reunião aconteceu, é verdade que estavam presentes os Pais em representação das crianças, o Sr. Presidente da Junta, o Agrupamento e o Município. -----

O primeiro receio que os pais nos apresentaram é que, de facto, temiam que a Escola de Morais fosse encerrar. E, de facto, não era este o assunto, embora seja sempre num sítio onde começam a escassear crianças, seja sempre uma preocupação, mas tentámos tranquilizar os pais, dizendo que o Município tudo fará e o Presidente da Junta corroborou essa ideia para manter a Escola de Morais a funcionar. A Escola de Morais que não serve só Morais, que serve também Bagueixe, Lagoa e Vinhas e, portanto, eu pedia também aos Srs. Presidentes da Junta destas Freguesias que fossem apoiando também aquela escola, porque é serventia de todas estas crianças e, de facto, se elas tiverem em melhores condições, terá mais atratividade. Também os pais referenciaram que, de facto, havia a possibilidade que o Sr. Presidente da Junta aqui alertou de poderem ir para Izeda, uma vez que o trajeto é muito mais curto e uma vez que o percurso que é feito das crianças que vêm de Talhas, de Morais, de Limãos, ainda vão ter e continuam ainda a passar em Castelãos e Vilar do Monte, perfazendo uma média de 40 minutos por cada viagem. E isto é, de facto, uma violência para as crianças que fazem este trajeto, não é igualdade de oportunidades para as crianças que muitas vezes chegam a casa cansadas e sem paciência o tempo para poderem ter primeiro o tempo de qualidade com as famílias e depois fazerem os



seus trabalhos de casa ou algum tempo dedicado ao estudo. E de facto, foi esta a maior preocupação e foi este problema que tentámos resolver. Aquilo que o Município se comprometeu foi a tentar dividir este circuito em dois, fazer um circuito apenas para Lagoa, Morais e Limãos e um segundo circuito para as crianças de Castelãos e Vilar do Monte. A verdade é que só são 11 crianças, mas estas 11 crianças têm, de facto, todo o direito de ter as mesmas oportunidades, de poderem ter tempo para ser crianças e terem tempo para estar com a família. Tenho que, de facto, enaltecer a intervenção também do Sr. Presidente da Junta de Morais, que se mostrou interessado e cooperante em tudo aquilo que foi solicitado e um bocadinho mais além, estando sempre à frente dos interesses das famílias e das crianças. Queria apenas acrescentar, Sr. Presidente da Junta, não me bateram palmas como o Sr. vaticinou e também não era isso que nos movia, com certeza. Também ainda não adquiri o magalhães, foi só mesmo escrito à mão e numa simples folha para lhe responder, mas registo com humor esta nossa picardia e isto também é abril e como não fizemos qualquer registo fotográfico nem vídeo, porque de facto o essencial era tratar do problema das crianças e penso que estará pelo menos bem encaminhado de todas as partes. -----

Relativamente à intervenção da Deputada Daniela Rebelo dar-lhe os parabéns pelo assunto que aqui traz e que está, de facto, na ordem do dia. Os influenciadores digitais, o cyberbullying, os jogos perigosos são uma preocupação transversal às escolas, às famílias, aos municípios. Preocupação totalmente justificada e que de facto exige uma resposta estruturada e contínua. Eu sei, enquanto profissional da área de educação, que o ano passado houve também pela ULS uma médica ou pelo menos uma equipa, que estava a trabalhar nas escolas, no sentido de fazer sessões de esclarecimento com os pais para o tempo excessivo que as suas crianças passam em frente aos meios audiovisuais. É verdade que as famílias vivem a correr, é verdade que cada vez se trabalha mais e é verdade que às vezes estes meios são um suporte para a criança estar um bocadinho entretida e deixar fazer mais qualquer coisa em casa, mas é de facto nocivo o tempo que se passa a mais. É um problema quando passa para o cyberbullying, é um problema que pode impactar a saúde mental dos alunos, é de facto de difícil deteção e mais difícil resolução, embora nós a nível do Agrupamento já tenhamos pelo menos dois professores da AEC's a trabalhar o problema da literacia digital que de alguma forma pode ir de encontro a esta problemática, iremos reforçar esses programas e também queremos em conjunto com o Agrupamento e com a Associação de Pais poder fomentar programas de cidadania online articulando também com algumas parcerias como a CPCJ, e como de facto este



é um problema de todos nós, eu lanço o desafio a todas as bancadas parlamentares para poderem contribuir na construção de um plano municipal de prevenção e combate ao cyberbullying.” -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou à **Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** que concedesse a palavra à **Sr.ª Vereadora Cristina Pires** para responder a algumas questões suscitadas no âmbito dos seus Pelouros. -----

Assim a **Sr.ª Vereadora Cristina Pires** fez a seguinte intervenção: -----

“Senhora Deputada, a decisão de recorrer à aquisição de serviços deve ser analisada no contexto em que foi tomada na altura. No momento estava em causa necessidades urgentes relacionadas com a proteção das crianças, uma área particularmente sensível que não admite falhas nem interrupções. Perante a falta imediata de recursos humanos disponíveis, a alternativa seria deixar crianças sem o acompanhamento necessário, o que representa um risco sério inaceitável. Assim, a aquisição de serviços foi uma medida responsável e necessária para garantir a continuidade e a qualidade de intervenção. A solução teve carácter temporário e excecional. Não é possível resolver em dois meses, foi na altura que tomamos esta decisão, um problema que vem de trás e que era suprido por programas ocupacionais e também aquisição de serviços. O Executivo já assumiu o compromisso de regularizar a situação através da abertura de concursos, assegurando a estabilidade que eu falei na Assembleia anterior. Portanto, no início do ano letivo, o funcionamento dos serviços estarão assegurados com normalidade através de contratos de trabalhos em funções públicas. A crítica da oposição ignora ou desvaloriza o fator mais importante neste processo, que é a proteção das crianças. Entre cumprir formalismos administrativos de forma rígida e garantir uma resposta imediata a situações de risco, a escolha foi e bem, e é o nosso entendimento, proteger quem mais precisa.” -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou à **Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** que concedesse a palavra ao **Sr. Vereador Leonardo Vila Franca** para responder a algumas questões suscitadas no âmbito dos seus Pelouros. -----

Assim o **Sr. Vereador Leonardo Vila Franca** fez a seguinte intervenção: -----

“Sr. Deputado Manuel Mico, em relação ao apoio que nos sugeriu da comparticipação no gasóleo e nos adubos, dizer-lhe que aceitamos a sugestão e iremos analisar, mas neste momento a Divisão de Agricultura tem em suas mãos um apoio aos produtores pecuários e agricultores, no valor de 50 mil euros para a sanidade animal, 30 mil euros



no apoio à compra de árvores nos viveiristas do nosso Concelho, e 65 mil euros para o fomento das atividades pecuárias extensivas. Todas estas despesas, todos estes apoios estão a ser devidamente regulamentados para assim apoiarmos os nossos produtores. Em relação à sua proposta, aceitamo-la com todo agrado e iremos analisá-la.” -----

Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra. -----

LUIS MIGUEL OLIVEIRA PIRES CABRAL (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Nós, enquanto bancada do Partido Socialista, trazemos aqui algumas propostas e o Sr. Presidente falou e muito bem no discurso do 25 de abril que a oposição deveria apresentar soluções e nós trazemos-lhe aqui algumas soluções. O debate está vivo, é bom concordar em discordar. No fundo, todos queremos a mesma coisa, mas às vezes queremos-la de forma diferente. Em primeiro lugar, então, estas propostas vão ser partilhadas convosco no Grupo da Assembleia Municipal, se quiserem seguir. Ora, trazemos aqui algumas ideias, isto não é uma moção, o Executivo se achar por bem agarrar nelas, tudo bem, se não, amigos à mesma. Em primeiro lugar, um incentivo ao associativismo. Incentivar as associações locais a desenvolver pelo menos quatro atividades anuais fora da sua sede ou no local de atividade em recintos desportivos e contos de caça. Este incentivo pode ser concretizado através de verba financeira, logo que devidamente comprovada a sua execução. Incentivar também a criação de Associações em várias áreas, como, por exemplo, a situação dos imigrantes, vejo que há aqui, se calhar, algum desfazamento entre a relação dos imigrantes e a própria Comunidade, e às vezes era bom criar-se aqui uma ponte que se conseguisse estabelecer o diálogo e a conversação. Por exemplo, a mim faz-me alguma espécie que haja, não sei quem será e não vou acusar ninguém, mas que deixem um jardim todo sujo. Fazem ali ajuntamentos e era bom que houvesse alguém que responsabilizasse as pessoas para que soubessem conviver de forma saudável e seríamos todos um pouco mais felizes. -----

Depois falar nos Condomínios de Bairro, como objetivo de dinamizar Bairros Macedenses, para que possam ter uma voz ativa, apontando assim melhorias, fazendo uma espécie de descentralização, aquilo que alguns Deputados vêm aqui falar sobre um ponto A ou ponto B, se tivéssemos uma proximidade com estas Associações seria um pouco mais fácil. Dar um especial enfoque também às Associações Juvenis, temos aqui a Beatriz, que foi recentemente eleita para a Vimont, parabéns para ela. Também utilizar os Serviços Municipais para ajudar os processos



da criação desta Gestão Associativa e portanto, no fundo, ajudarmos a que a Comunidade funcione de uma forma mais agregadora e que sirva mais munícipes. -----

O segundo ponto, dinamizar a Cidade durante os meses do verão, era se calhar desejável que este período se fizesse a cada fim-de-semana, 15 em 15 dias, sempre num bairro diferente, aquela história de se ter um DJ com uma carrinha, eu vou ser um bocadinho mais sucinto e vou deixar a proposta depois e o Executivo depois terá a oportunidade de ler com mais minúcia. Ter então atividades de animação noturna, ou seja, criarmos aqui uma dinâmica que as pessoas possam encontrar-se na cidade, sair, dar aqui também a oportunidade a estes condomínios de bairro de poderem ajudar nesta organização, fazendo barraquinhas, um convívio saudável que eu acho que toda a gente gostaria de entrar. -----

O terceiro é lançarmos uma marca de Território Geomarket Terra de Cavaleiros. Nós já temos Geoparque, temos três Selos Unesco e, Sr. Presidente continuamos a passar ao lado de uma Indústria que é o Turismo por falta de organização, nós temos cá tudo e podemos efetivamente, com vista à promoção do nosso Geofood já, do nosso selo do Geoparque Terra de Cavaleiros, criámos uma marca Geomarket. E o que é isto? Com uma forma de promover o nosso território e os seus três selos Unesco, visando potenciar e dinamizar a economia local. Através de um mercado de produtos endógenos, agrícolas e todos os produtos locais enchidos, etc. Este Geomarket seria uma sinergia entre o setor da hotelaria, da restauração, o setor do comércio local, ajudando assim a criar uma marca no nosso território que ajude a promover em articulação estes produtores locais e os lojistas, em articulação com a Associação Comercial e Industrial do Mercado de Cavaleiros, claro está, para que este projeto pudesse ser implementado, teria que ser criado uma espécie de um Gabinete Técnico, a nosso ver, que possa ajudar a orientar e aplicar um programa de formação integrado que garanta a promoção e a gestão da imagem dos produtos endógenos e das nossas próprias lojas, podendo para o efeito ser feita uma parceria com as agências, porque não locais de publicidade, e a própria Rádio Onda Livre como um canal possível para transmissão e promoção. Com este projeto pretende-se não apenas dinamizar a nossa economia local, mas também ajudar a desenvolver e aplicar uma nova linguagem e dinamismo de modernização, já que o chamado pequeno comércio na sua generalidade, como a Deputada Paula Martins há pouco disse, está cada vez mais a perder clientes e, portanto, não é só para as grandes superfícies, mas também para o mercado online, sobretudo para este. Isto pode ser atenuado, combatido com uma visão modernizadora e com a criação de uma dinâmica que possa mobilizar e atrair



Handwritten signature: Pires

mais gente ao nosso concelho. Acho que o Município tem aqui uma palavra a dizer muito importante, ou seja, podemos articular os já produtos existentes, como nos mercados de produtos da terra, os fins-de-semana gastronómicos, juntando assim estas atividades com os produtos que já têm junto da nossa comunidade regional, portanto, podem ser promovidos numa marca chamada Geomarket e dizer o quê? Se isto seria um mercado a realizar uma vez por mês, preferencialmente num primeiro fim-de-semana de cada mês, o último, isso seria, é da vossa competência decidir, porque são vocês que estão no fundo com “a faca e o queijo na mão”, fazendo junto dos lojistas e proprietários dos espaços comerciais ativos, vazios e devolutos algumas ações de sensibilização para que se pudessem dinamizar e ou modernizar, o comércio local e tradicional através do referido Gabinete de Apoio mencionado. Este Gabinete de Apoio lá está, com as parcerias com as agências de publicidade eu penso que era uma ideia a reter. Promover então as sinergias entre os vários espaços comerciais, produtores, associações do município, a criação de uma marca de referência, como já falei o Geomarket Terras de Cavaleiros existindo já algumas sinergias pontuais com os incentivos à compra dos sorteios de Natal, as montras de Natal esta seria uma ideia dinamizadora que procuraria influenciar aqui um pouco o tecido comercial e os locais onde se pudessem vender. Poderíamos criar aqui um cabaz de produtos locais esta é uma ideia que se calhar também é interessante, fazendo pequenas amostras e colocando-as em locais estratégicos tipo os hotéis, o turismo local, etc. Para quê? Só uma espécie de cestinha de boas-vindas e que as pessoas, ou quem nos visita, pudesse levar a garrafinha de azeite, isto e aquilo e com a referência a uma marca e a um sítio a onde poder comprar aqueles produtos que lhes são ofertados. Dizer o quê? É importante haver essa opção de quem nos visita experimentar o conceito, prove, encomenda aqui e leve ou receba em sua casa. Sr. Presidente, vou-lhe deixar estas propostas que vou entregar à Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal que lhe fará chegar a si é como dizemos da sua inteira responsabilidade ou decisão querer ou não tomar as ideias como boas estas são umas ideias do Grupo Parlamentar do Partido Socialista com o qual queremos contribuir para o bem da nossa terra. No fundo queremos todos a mesma coisa, mas podemos é querê-lo de formas diferentes.” -----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Relativamente ao Edifício do Call Center dizer que eu sempre fui contra aquilo, portanto tenho liberdade para falar. No tempo do Dr. Duarte Moreno ele sabe que eu fui contra aquilo, depois quando o Dr. Benjamin era Presidente manifestei sempre a mesma opinião, portanto a minha intervenção não é contra o atual o



Pres. Mesa.
mjm

Executivo, apenas perguntei qual o destino que pretendem dar aquele Edifício. No que diz respeito às máquinas da Câmara dizer que eu fui Presidente da Junta e as máquinas às vezes iam para as Freguesias e outras vezes não iam e isto foi sempre assim. Mas também me lembro que nós quando o PS tomou o poder havia uma máquina que estava avariada no Porto há dois anos porque não havia dinheiro para pagar o conserto da mesma, não havia e continuou lá e teve que se arranjar. E já agora quero perguntar, o que é feito daquela máquina nova que quando veio fizeram uma grande propaganda e onde é que está já está a trabalhar. -----

RAMIRO BORGES VALADAR (PS) - Fez a seguinte intervenção: "Sr. Presidente parece-me que na minha primeira intervenção não entendeu o que eu disse, porque o que eu disse foi que o problema das águas foram rápidos a resolver e se ainda se lembra até enalteci aqui o trabalho do João Chumbo, mas já entendi que quanto aos paralelos não há hipótese. Em relação à estrada de Paradinha o que eu disse foi que se tivessem feito a intervenção logo no dia 13 ou no dia 15 de Fevereiro, não tinha acontecido o que aconteceu porque aquela estrada já nem alcatrão tem. Outra situação tem a ver com a câmaras de videovigilância na Cidade. Que eu saiba quando este Executivo veio para a Câmara elas já existiam porque o Executivo anterior já as tinha colocado mas, foi feito aqui um discurso por um Deputado Municipal que parece que elas só existem porque o atual Executivo as colocou, o que não é verdade. Outra situação é falar do Parque da Cidade e eu até concordo que pode faltar manutenção, mas no passado eu passei ali muitas vezes para ir a trabalhar, e era só silvas. E quem foi que comprou aqueles terrenos todos para abrir o Parque da Cidade? Quem foi? Em relação às estradas o Sr. Presidente falou, mas também não foi sério porque quando falou aqui da CCDRN e que a Câmara não tem possibilidade para fazer as estradas mas anunciou aqui a estrada de Corujas a das Arcas mas esqueceu-se de dizer aqui que essas estradas já vêm do Executivo anterior, e que vão ser feitas com o dinheiro do empréstimo, que foi o anterior Executivo que contratou e portanto já vem de trás, tal como a da Serra e a de Malta que também já vêm de trás. Temos de ser sérios. Em relação às Feiras questão aqui abordada pelo Sr. Presidente da Junta de Ala, Sr. João Luís, eu discordo só por uma razão: é que este Executivo foi à Feira várias vezes a fazer campanha, e prometeram autocarros para toda a gente para vir à feira, então ponham os autocarros nas aldeias para virem às Feiras porque ainda não o fizeram e é por isso é que sou contra. Em relação à frota, acho que nem devemos falar na frota, porque em 16 anos para trás eram as máquinas e os autocarros todos do tempo de



Alfredo Carlos Preto Fernandes
ajm

Luís Vaz todos. E para finalizar agradeço a quem está em casa e a vocês todos que tragam gente à Feira da Agricultura que tragam gente, certo? Porque a feira faz falta para todos nós.” -----

ALFREDO CARLOS PRETO FERNANDES (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Relativamente ao helicóptero, mais uma vez, a questão é relevante e é relevante por um princípio básico. Nós sabemos todos que o helicóptero esteve em vias de sair de Macedo de Cavaleiros e foi num Executivo do PSD cujo Secretário de Estado era deste concelho, é preciso que nós tenhamos atenção a isto não estamos em condições de vacilar nós temos que todos estar preocupados com a saída do helicóptero de Macedo. Da nossa parte, ou seja da bancada do PS, temos uma preocupação enorme com isso e podem contar connosco para a luta, nós estaremos sempre na luta em relação a essa questão, estamos inteiramente disponíveis para tudo o que for preciso porque o helicóptero não pode sair daqui, porque a população precisa e este é o local certo para o helicóptero se manter. Há depois aqui algumas questões de pormenor: falaram-se dos arranjos que nós deixamos abandonar tudo, que isto ficou tudo uma miséria naturalmente e eu falo de uma questão muito simples a erva que nasceu nas escadas aqui que sobem para o centro cultural, de certeza que não cresceu durante o Executivo passado, ela é desta altura é fruto desta primavera e ela está lá podem descer as escadas e comprovar porque eu subi por ali e ela está lá, por isso não se desculpem com aquilo que os outros fizeram. Vocês têm agora que são Executivo, que cumprir com essas coisas deixem lá o tempo do passado e passem a resolver estas coisas. E há depois aqui também outras questões de pormenor que agora o Partido Socialista vem e apresenta e fala disto e daquilo não. Os deputados do Partido Socialista têm a preocupação agora enquanto oposição de mostrar aquilo que vocês não estão a fazer bem ou que estão a fazer menos bem é para isso que nós cá vimos e é essa a preocupação, os Deputados do Partido Socialista virão aqui as vezes que for preciso chamar a atenção e mostrar a sua preocupação é para isso que nós cá estamos e continuaremos a vir aqui sempre que for preciso alertar para tudo aquilo que entendemos que está menos bem.” -----

CLAÚDIO MIGUEL BENTO TROVISCO (PSD) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “De facto Deputado Miguel Cabral é de louvar aquilo que tu acabaste de fazer aqui, só tenho pena é que não tenhas estado cá nos oito anos anteriores, porque tudo aquilo que tu dissesse podia muito bem ter sido feito, e eu sei que este Executivo agirá da forma que o caracteriza e terá em conta tudo aquilo que aqui foi elencado,



nos superiores interesses do nosso concelho e dos nossos cidadãos. -----

Sr. Presidente da Câmara na publicação do Diário da República dia 20 de abril, foi tornado público que a pedido do Município de Macedo de Cavaleiros foi declarada a utilidade pública da expropriação e autorizada a tomada de posse administrativa das parcelas necessárias à execução do Parque Polivalente de Festas e Exposições Caretos de Podence. De facto, e tendo em conta a importância daquele evento, não só para o concelho de Macedo, como para toda a região transmontana, é essencial garantir que se conseguem reunir todas e quaisquer condições que permitam implementar melhorias constantes, com vista ao desenvolvimento do Entrudo de Podence a todos os níveis aliás, fiz por diversas vezes intervenções nesse sentido, imediatamente após ao Entrudo Chocalheiro. Estou certo que todos partilhamos desta vontade e neste sentido desafio Executivo a não descartar a negociação e o entendimento, de forma a que ninguém saia prejudicado deste processo e os Caretos, habitantes e visitantes de Podence da nossa região possam ver o Entrudo Chocalheiro ainda mais valorizado. Para terminar em Outubro de 2021 numa nota de imprensa emitida pelo Fórum Oceano dando conta da integração de Macedo de Cavaleiros na rede de estações náuticas de Portugal, esta certificação decorreu do desafio lançado aos territórios em Março de 2018 para que tendo por base os seus ativos, estruturassem a sua oferta turística náutica, potenciando a atração turística diversificando as experiências e contribuindo para o prolongamento da estrada. De acordo com o Regulamento para a Certificação, a primeira renovação deverá ocorrer ao fim de 5 anos sendo que no caso do Macedo de Cavaleiros a mesma decorrerá já este ano, assim como o Geoparque Terras de Cavaleiros viu também o seu estatuto sendo validado em setembro de 2022, válido por 4 anos e deverá posteriormente proceder-se à renovação ao encargo da Unesco em final deste ano. Neste sentido, se questionam em que pontos estão estas renovações e se tudo está a correr em conformidade.” -----

ELISABETE DE JESUS MARTINHO FERNANDES CHOUPINA (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Sra. Vereadora Cristina Pires entre fazer novo programa e manter o que já existia que estava de forma legal, eu penso que seria preferível fazer isso, eu não vim aqui criticar, eu vim aqui alertar para uma situação que eu acho no meu entender, que é muito mais prejudicial para estes trabalhadores do que aquela que existia anteriormente. Deveriam mantê-la até o início do próximo ano letivo, porque eu acho que era melhor para as pessoas que lá estão a trabalhar



Certo? Depois queria alertar também para a forma como vocês fizeram esse processo e para o possível fracionamento da despesa e o que tudo isso implica.” -----

RUI ALEXANDRE SERAPICOS VILARINHO (PS) - Fez a seguinte intervenção: “Vou fazer só uns pequenos reparos, dizendo que eu assisti à reunião de Câmara Sr. Presidente, onde se elencou a questão do centro de estágio. Quem falou inicialmente foi o Sr. Vereador Paulo Rogão e não disse mentira nenhuma, ele não culpou ninguém, apenas disse que fomos ultrapassados e o corroboro das palavras dele, porque efetivamente fomos ultrapassados, mas vou-lhe dizer com sinceridade fomos ultrapassados e a culpa de termos sido ultrapassados vou-lhe dizer de quem foi. Foi minha, do Executivo que eu fiz parte, é sua e do Executivo que faz parte, dos nossos antecessores e dos antecessores dos nossos antecessores. E vou dizer porquê. Porque o que esteve aqui em causa foi só a questão do dinheiro porque a nossa Câmara infelizmente não está ao nível da Câmara de Bragança no que concerne a questões económicas e financeiras. O Sr. Presidente sabe quanto é que custava a parte remanescente da Câmara Municipal depois de comprar o terreno e fazer obras para o campo sintético com o dinheiro que eles disponibilizavam? Era mais de um milhão e meio de euros. Aproveito também o momento para corrigir lá uma conversa que houve na reunião de Câmara em que o Sr. Presidente disse que eu queria muito o Centro Estágio e o Sr. Presidente Benjamim não queria o Centro Estágio. Isso não é verdade. Eu queria o Centro Estádio e o Sr. Presidente também queria muito o Centro Estágio O que me disse o Sr. Presidente, e bem porque nas circunstâncias ele faria o mesmo é, Rui, tu já viste o investimento que fizemos em desporto nestes últimos oito anos, e é verdade eu só quero que o Sr. Presidente faça em quatro metade daquilo que nós fizemos em oito temos mais prioridades e é verdade, nós podíamos disponibilizar milhão em euros assim para o desporto, mais para o desporto portanto, as coisas têm que ser razoáveis e equilibradas portanto, é só isso que acontece mas continuo a dizer-lhe que o processo não está fechado, a questão que está aqui em causa não é a Sede, porque nunca se pôs em cima da mesa passar para Macedo. O que está aqui em causa é o Centro Estágio em si, que seria um hotel que albergava os atletas e falou-se também, na hipótese do Call Center, que é uma hipótese viável e mais equipamentos, é uma questão de se conversar e ver se tem interesse podemos por todos ajudar e conseguir isso para o Macedo de Cavaleiros. Quero ainda corrigir um adjetivo que se pronunciou aqui há bocadinho enganou-se, o Deputado Ramiro e o Deputado Manuel Mico tiveram ali um bocado desagradados, temos que ser condescendentes, o Sr. Presidente estava cansado ele disse, apanhámos uma frota



bem degradada, mas com certeza que queria dizer renovada, porque de facto Sr. Presidente vamos para números, só quero que o Sr. Presidente em quatro anos invista metade do que nós investimos em oito só, mais nada.” -----

LUÍS MIGUEL PEREIRA VAZ (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “O que me traz aqui na segunda parte é que tinha efetivamente alguma curiosidade na resposta do Sr. Presidente de Câmara e já sabia que quando o Deputado Miguel Cabral viesse divulgar a proposta do Partido Socialista, que o discurso iria ser o que foi (vocês estiveram lá oito anos, porque é que não fizeram isto, porque é que aquilo) que tem sido este o vosso discurso. Eu acho que quando dizem que nós não temos a noção que perdemos as eleições, o que eu penso é que vocês também não tiveram a noção que as ganharam e que já não são a oposição, porque o Executivo anterior, já foi Executivo, já não pode fazer nada para mudar o que aconteceu e já pagou, já sofreu o “juízo” do povo macedense nas urnas. Como sabem não correu tudo bem é óbvio, e eu até estou numa posição fácil para mim porque eu era das pessoas que nas reuniões internas que temos dentro do Partido se calhar até era das pessoas que mais chamava atenção para muita coisa. E aqui tenho que o fazer na Assembleia Municipal, que é a única reunião que tenho, a não ser que o Presidente Sérgio Borges queira mudar de Partido e venha às reuniões do Partido Socialista. Por isso que muitas destas propostas e aqui faço mea culpa a mim, porque nunca as entreguei por escrito nas reuniões ao anterior Executivo, mas aqui também para nos salvuardarmos temos que as entregar por escrito, porque às vezes perde-se na palavra. É meu entendimento que também já podem deixar de apontar “*vocês apresentaram um orçamento negativo*”, porque nesse seguimento eu agora teria que vir aqui e dizer por que razão é que apresentamos o Orçamento negativo, mas não o vou fazer, mas vamos ficar a saber no próximo ponto que não havia necessidade desta vez. Por isso, acho que mais do que reconhecer que nós perdemos, que é óbvio, reconheçam que vocês ganharam e que realmente quem tem que ter cuidado neste momento, como gere a casa, já vimos, a Deputada Elisabete Choupina já trouxe aqui um assunto e nos próximos pontos, eu vou trazer outros que realmente é preciso ter cuidado com o que estão a fazer e não estou de má-fé, porque se estivesse de má-fé deixava acontecer e apanhava mais à frente na curva. Mas eu acho que o interesse de todos aqui é que realmente a vida vos corra bem e que a próxima vez que mudar, seja para o Partido Socialista seja para outro Partido qualquer, possamos dizer, que realmente nos entregaram a Câmara em condições e vamos continuar para a frente.” -----



*Pres.
Mico*

A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões apresentadas pelos Srs. Deputados: -----

“Em relação ao Deputado Miguel Cabral relativamente à questão das bandas, dizer que já há esse princípio de trazer as atividades para fora de portas e o exemplo disso são exatamente essas duas Bandas Filarmónicas, que no sábado nas Comemorações do dia 25 de abril, nos brindaram com um excelente espetáculo e desde já reitero os parabéns que lhes dei na altura. Iremos fazer um Regulamento com essas indicações incluindo a participação das Associações nas atividades propostas pelo Município mas teremos obviamente todo o gosto em analisar as vossas propostas, e as vossas sugestões e são recebidas de bom grado e merecerão obviamente a nossa melhor atenção e análise, como disse aqui o Deputado Luís Vaz, aproveitando agora as últimas palavras dele, pois efetivamente estamos aqui todos para o mesmo e é bom falar das coisas antes que elas depois aconteçam e não possamos fazer nada para as evitar. -----

Em relação ao Deputado Manuel Mico, eu deixaria esse esclarecimento para o Vereador Leonardo Vila Franca. -----

Em relação ao Ramiro Valadar dizer que ninguém está contra aquele Parque, acho que toda a gente o usa e usufrui dele. Obviamente que as coisas que estão mal tem que se dizer que estão mal, e tem que se fazer tudo por tudo para as colocar bem, ninguém está contra o Parque independentemente, do que terá sido o Parque, o que já foi o que interessa é que temos um Parque da Cidade e se há coisas que não estão bem é preciso mudá-las e estamos aqui como Executivo e com a obrigação, obviamente para as mudar. E não podemos confundir a seriedade com a apropriação política, que é um erro, não negamos que está no empréstimo e quem o tornou possível, quem desbloqueou o processo e quem o está realmente a executar, a responsabilidade política mede-se pela capacidade de concretizar e é isso que este Executivo, obviamente está a fazer e quer continuar a fazer. -----

Em relação às Feiras e a questão dos autocarros dizer que esta é realmente uma ambição deste Executivo, obviamente que não prometia autocarros a toda a gente nem poderia fazer mas como sabem em termos de transporte a questão da CIM e a questão de que está contratualizada com uma Empresa, e eu posso, e não tenho problemas nenhum em admitir que uma das nossas ambições e uma das coisas que eu gostava de ver, não pessoalmente mas também em termos de Executivo seria dotar a frota com mais viaturas de modo a que pudéssemos ser nós a fazer não só



Alf. Trovisco

este transporte escolar. E não está descartada a intenção de fazer como em Bragança o chamado Stub, e que consigamos aqui no nosso concelho, se bem que é bastante extenso, mas que consigamos fazer isso. Confesso que era o meu sonho e cá estarei para tentar pelo menos fazê-lo. -----

Em relação às Feiras era aquilo que estava a dizer, foi essa a promessa e obviamente que temos que dinamizar as Feiras e promove-las fazendo com que as pessoas consigam vir cá e essa seria uma aposta nossa, a questão dos autocarros. -----

Em relação ao Deputado Alfredo Preto dizer-lhe que não se pode querer apagar o passado, quando não convém invocá-lo, apenas quando dá jeito. A coerência exige respeito pela verdade em todos os momentos, seja para reconhecer o que foi feito antes, seja também para assumir o que está a ser feito agora. Em relação à questão particular do INEM, como eu disse e referi, foram apresentadas as nossas reivindicações ao Gabinete da Ministra e estamos como eu disse serenos, ou seja, serenamente a aguardar, mas obviamente apreensivos, porque tudo faremos como foi feito, independentemente do partido que estivesse na altura, tudo será feito para que realmente, e aí posso dizer, acho eu em abono da verdade, que toda a bancada estará, tanto de um lado quanto do outro, lá a lutar contra a ida do helicóptero. Mas como eu disse, estamos serenamente à espera de notícias da Ministra. -----

Em relação ao Deputado Cláudio Trovisco, na questão que referiu, dizer-lhe que os Terrenos de Podence, já toda a gente sabe, se não sabem ficam a saber, que já foi obtida esta Declaração de Utilidade Pública e vamos tentar e o Município está a fazer aquilo que se exige, ou seja, uma gestão responsável e tentar primeiro o diálogo e um acordo, salvaguardando sempre obviamente o interesse público. Esta expropriação continua em cima da mesa, sim e é o último garante se falharem as negociações, mas ao contrário do que aconteceu nos últimos anos em que o processo esteve parado, hoje realmente podemos dizer que há diálogo, há avanços e há uma solução à vista e como se viu aliás no último Carnaval, em que o proprietário deixou colocar a tenda naquele espaço. Negociar não é ceder, é evitar custos desnecessários para o Município e resolver um problema que se arrasta há demasiado tempo. Se conseguirmos chegar a um acordo e pelos valores da avaliação dos peritos e evitar a continuidade do conflito, assim obviamente o tentaremos e faremos, porque a via coerciva, como vocês sabem, e judicial deve ser subsidiária e optar por uma via mais eficiente e menos onerosa, evitando assim os custos judiciais para o Município e para todos nós. Só se falhar realmente este acordo é que continuaremos agora sim com a via judicial, com a garantia obviamente de Declaração da Utilidade Pública e de uma



Pires
mjm

maior poder negocial por parte do Executivo. Em relação à questão que me colocou da Estação Náutica de Albufeira do Azibo, integrada na Rede Nacional, é importante dizê-lo, afirma-se hoje como um ativo estratégico do Concelho, estruturando uma oferta qualificada de turismo de natureza e de atividade náutica, assente na articulação entre as Entidades Públicas, Operadoras Turísticas e o Tecido Económico Local. E é neste enquadramento que se insere a realização, aliás, nos dias 30 e 31 de maio da primeira etapa do Circuito Nacional de Vela em Águas do Interior 2026, que eu aproveito a convidar a todos que terá lugar em Macedo de Cavaleiros na Albufeira do Azibo. Trata-se de uma iniciativa que não surge de uma forma isolada, mas antes como um resultado da capacidade instalada e do trabalho de valorização do nosso território, que tem vindo a ser desenvolvido e permitindo assim posicionar a nossa Albufeira do Azibo como um destino de referência para a prática desportiva nestas águas interiores. A realização desta prova Nacional que mobiliza atletas e equipas técnicas e visitantes, traduz-se num contributo efetivo para a dinamização da nossa economia local, com impacto direto no nosso comércio, na nossa restauração, no alojamento, e ao mesmo tempo reforça também a notoriedade e a atratividade do nosso Concelho à escala Regional, Nacional, e eu até dizia aqui, não dizia Internacional, mas dizia Ibérica, porque vamos ter os nossos “Hermanos” também a participar. Importa, por isso, sublinhar que a aposta na Estação Náutica do Azibo não se esgota nesta dimensão turística, sendo também um instrumento de desenvolvimento económico, como é óbvio, e de coesão territorial, que está tanto na moda, e de afirmação do nosso Concelho, permitindo captar eventos qualificados e gerar valor acrescentado de forma sustentada, e quanto à revalidação desta Estação Náutica, eu podia depois, se calhar, à Vice-Presidente se quiser prestar algum esclarecimento sobre isto. -----

Em relação à Deputada Elisabete Choupina, mais uma vez, deixaria para a Vereadora Cristina dar esse esclarecimento, e também dizer que em relação às questões das câmaras, também será o Vereador Leonardo que procederá a esse esclarecimento. --- E por último, o Deputado Rui Vilarinho só para dizer que não houve projeto, certo? Foram visitar Lamas na altura, e não passou dessa visita. Quem fez o pré-projecto? Ninguém o fez. Nunca foi dada uma garantia, certo? E onde está o envelope financeiro? E quando digo envelope financeiro é porque nunca estive no Plano das Candidaturas, pois o Gabinete das Candidaturas nunca elencou esta Candidatura, ou o envelope financeiro alocado a ela. Não tinha garantia que teríamos esse dinheiro, e repetiu dentro da Federação. Verificam-se aqui muitas incongruências, e a questão de não termos capacidade para a compra dos terrenos logo aí, disse tudo. Não passou de um pré-projecto e a culpa, meu caro aí, tenho que lhe dizer, a culpa não é minha,



Pires
Paul.
m/j

porque quando é, eu assumo. E quando falei na questão da Sede e do Call Center, o que me foi dito pelo nosso amigo Tó Ramos, foi mesmo isso, "...obviamente que quem dá a última palavra é a Federação Portuguesa de Futebol, mas obviamente que a Associação de Futebol Distrital tem um peso aqui nesta questão...", e era nessa parte que tanto o Rui Vilarinho antes e eu agora, podíamos ter algum peso. A questão é que foi-lhes prometido bastante antes a questão da Sede, e era aí que eu dizia que não tinha culpa, porque na vossa altura podiam ter falado, por exemplo, na questão do Call Center, porque de certeza, e foi um dos edifícios que ele próprio mencionou, que se tínhamos avançado com esta proposta, a questão já seria diferente e já teríamos aí outra margem de negociação. E em relação ao que disse o Deputado Rui Vilarinho ainda, na questão da frota, as queixas da frota degradada são os próprios serviços a queixarem-se." -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à **Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo** para responder: -----

"Quero deixar aqui um pequeno esclarecimento apenas acerca das atividades que estão previstas para a Revalidação da Certificação da Estação Náutica. Começo por dizer que a Estação Náutica da Albufeira do Azibo é uma estrutura fundamental para valorizar este território como destino turístico ativo, sustentável e ligado à natureza. Esta Certificação foi feita pela Foro Oceanos e uma Estação Náutica é um destino turístico certificado que agrega atividades náuticas, alojamento, restauração e outros serviços. A Estação Náutica do Azibo não é apenas uma infraestrutura turística, é um verdadeiro motor de desenvolvimento local, dinamiza o turismo sustentável, atraindo visitantes ao interior, cria oportunidades económicas e emprego, promove o estilo de vida saudável através do desporto, valoriza o património natural sem o degradar e projeta o território a nível nacional e internacional. Está diretamente ligado ao Geoparque Terras de Cavaleiros, reforçando a ideia de um território onde a natureza, ciência, turismo e comunidade se complementam. Por tudo isto e pela importância que tem, para além do dossiê que nos é exigido nesta Certificação, estamos a implementar três Eixos que gostaria de vos comunicar. O primeiro Eixo é uma caracterização e georreferenciação das infraestruturas e equipamentos náuticos, uma descrição das infraestruturas e equipamentos que integram a oferta de produtos e serviços da Estação Náutica, a rampa de acesso, um WC adaptado, parque de estacionamento e equipamentos para portadores de necessidades especiais, fazer um levantamento do tipo de comunidades participantes e uma calendarização dos momentos ao longo do



Pires
well
afa

ano. O segundo Eixo será a elaboração de um plano de comunicação das ações previstas e criadas, bem como um novo regulamento, pelo menos em duas línguas, em português e inglês. Finalmente, no terceiro Eixo, pretendemos ter um plano de ação, que são iniciativas e atividades que se possam associar às diferentes ações, uma agenda náutica com ações destinadas à Comunidade Escolar, às ações para a sustentabilidade e ações para a acessibilidade, entre outras.” -----

A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à **Sr.^a Vereadora Cristina Pires** para responder: -----

“Sr.^a Deputada Elisabete Choupina quero esclarecer o que considero essencial no ponto que colocou há pouco. Quando refere que deveríamos manter a alegada legalidade do Executivo anterior, importa dizer que o Executivo anterior também tinha esta prática habitual. Fazer aquisição de serviços. Portanto, o recurso à aquisição de serviços já existia anteriormente. E tal como eu disse, naquele momento concreto, estávamos perante uma necessidade urgente, não havia tempo útil para recorrer a procedimentos como candidaturas ao centro de emprego, abertura de concursos, sem comprometer o funcionamento dos serviços. É importante sublinhar que esta solução é transitória e temporária, tal como eu disse anteriormente. Este Executivo está a trabalhar para regularizar a situação através de procedimentos adequados, assegurando que tudo ficará plenamente estabilizado no futuro. Quanto ao fracionamento da despesa, como é sabido, só existe o fracionamento da despesa quando há uma divisão artificial de encargos com o objetivo de contornar procedimentos legais, nomeadamente no âmbito do Código dos Contratos Públicos. E não foi isso que aconteceu, portanto, o que aconteceu foram necessidades reais e urgentes que exigem respostas imediatas.” -----

A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Vereador Leonardo Vila Franca** para responder: -----

“Em relação à Máquina da CIM, o Deputado Manuel Mico fez aqui uma leve referência, mas a Máquina da CIM neste momento já se encontra a trabalhar. Não foi do nosso agrado não estar a trabalhar antes, estivemos á espera que emitissem à CIM o seguro da máquina porque sem isso nós não trabalhávamos. Neste momento já tem seguro, está a trabalhar e está a proceder à limpeza de aceiros e caminhos rurais, estes em contexto florestal. São portanto caminhos rurais em contexto florestal, porque esta máquina não pode fazer mais nada. Neste momento anda naquela zona florestal das Arcas e Nozelos que estava uma lástima. Os serviços fizeram um



mapeamento, anda naquela zona e será elaborado o mapeamento da próxima zona a executar. Houve um Deputado Municipal que abordou a questão das câmaras de vigilância e sobre isso dizer que é verdade que existem 37 câmaras instaladas pelo Executivo anterior e no dia 25 de março iniciou-se a segunda fase com a instalação, de mais 26 câmaras que estão instaladas, faltando apenas instalar uma, que será a que menos falta faz, que é no Posto da GNR. Entretanto, já foi pedido ao Ministério da Administração Interna a autorização para se proceder às gravações. Está do lado deles, até aí não podemos fazer mais nada. Arrancará mais perto do final do ano a terceira fase com a instalação de mais 9 câmaras. Não vou dizer os locais, como é evidente por uma questão de lógica. Dizer também que já está em andamento o Centro de Monitorização/visualização, onde ficarão os gravadores e toda a maquinaria aliada ao procedimento da gravação das imagens. Gostaria também de aproveitar o momento e endereçar o convite a todos os presentes, bem como a toda a Comunidade, para a participação na AgriNordeste que se irá realizar nos dias 9 e 10 de maio no Parque Municipal de Exposições. Este é um evento de grande relevância para o nosso concelho e para a nossa região, promovendo o setor agrícola, os produtores locais, a inovação e as nossas tradições. Será também uma excelente oportunidade de convívio, partilha, conhecimento e valorização do nosso mundo rural. Convido por isso a todos os membros da Assembleia, bem como toda a população que nos vê lá em casa, a marcar presença e a participarem ativamente neste certame, contribuindo para o seu sucesso.” -----

Antes de passar à ordem do dia a **Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** informou o Plenário que se encontrava presente o munícipe Rui Pacheco, que pretende usar da palavra no período de intervenção do público, mas se ninguém se opuser propunha que lhe pudesse passar a palavra neste momento. Ninguém se opondo foi-lhe então concedida a palavra. -----

O munícipe **RUI PACHECO** fez a seguinte intervenção: “O que me traz aqui é a situação da Zona Industrial e neste caso a Dolivar, que é a empresa onde eu trabalho e estou mandatado para vir aqui falar. -----

Vou fazer só uma pequena apresentação do que é a Dolivar: A Dolivar é uma empresa de excelência focada no setor oleico de azeite e óleos alimentares produção de biodiesel e embalamento distinguida com o Estatuto PME de excelência e destaca-se na sua forte vertente exportadora a presença internacional em 3 continentes. Possui



Pires
Lust
mjm

instalações na Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros e exporta para 39 países. Desde 2021 que existe uma situação e vou passar aqui a relatar porque foi-me passada uma certidão pelo antigo Executivo e isto está-nos a criar muitos constrangimentos por causa da anexação da retificação dos Lotes. Nós no ano passado fizemos a aquisição do Lote 51 uma massa insolvente e nesse Lote estava incluído também o Lote 46, o que significa dois lotes que deviam ser anexados e ainda não foram. Eu vou ler assim muito rápido e sucintamente para vocês terem conhecimento e depois gostaria que o Município depois me desse a resposta a isto porque nós temos que crescer, não conseguimos crescer, estamos asfixiados, queremos criar mais postos de trabalho, queremos construir e não estamos a conseguir. -----

Então é o seguinte, por deliberação da Câmara Municipal e vou resumir isto em setembro de 2021 foi aprovada a Alteração do Plano Pormenor da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros. Depois, no âmbito dessa alteração e continuo a dizer, estou a resumir, fez-se a extinção e o alargamento de vários lotes, do 46, do 47 e do 51, Lotes onde estamos instalados neste momento há mais de um ano em que fizemos um investimento enorme pensando que isto estava tudo legal, porque comprámos isto em leilão, aquilo estava tudo com os muros e viemos a verificar que não.-----

No ano passado tivemos o cuidado com o antigo Executivo de tentar solucionar isto e até hoje ainda não. O que nos foi transmitido é que não obstante a entrada em vigor das alterações regulamentares não foi promovida à data, 30 de julho 2025, foi quando foi passado este documento, o correspondente averbamento junto da Conservatória do Registo Predial de Macedo de Cavaleiros, por não sendo assim em vigor para efeitos de registo prediais a configuração anterior dos mencionados Lotes. Assim, nós querendo construir, não sabemos se estamos a construir na nossa casa ou na casa dos outros é tão simples quanto isso. Mais se certifica que o processo de registo das alterações acima descritos se encontra em análise, ou seja, continua em análise na Conservatória por isso o que me traz aqui e uma vez que a Dolibar adquiriu o Lote, ou a massa em insolvente o que é que o Município poderia fazer para nos ajudar nisto porque como eu estava a dizer, estamos a querer crescer somos uma empresa que não se fecha a si própria, é uma empresa como muitos sabem, que apoia o Desporto: apoia o Grupo de Desportivo Macedense apoia o Clube Atlético apoia as Associações inclusive, no ano passado e no final de 2024 e 2025 apresentámos uma proposta para uma Incubadora de Empresas no Call Center e, já se falou aqui no Edifício do Call Center e eu neste momento não tenho com a Partidária. A Dolibar no ano passado apresentou uma proposta para uma Incubadora de Empresas no Call Center. Inclusive



no ano passado a Dolibar porque como disse, não se fecha a si própria quer ser um impulsionador do desenvolvimento também do Concelho já que exportamos para 39 países e muitas pessoas sabem o que é Dolibar, também apresentámos um projeto para um hostel em Salselas e a mim custa-me saber que se calhar, não sei se a culpa foi nossa esta pasta também não ter sido entregue ao novo Executivo ou se desconhecem. E vou aproveitar este tempo que muitas vezes não vem aqui de muitas coisas que viram faladas, que é do bairrismo, do bairrismo de Macedo Cavaleiros, e o bairrismo tem a ver não só com o futebol, mas também com a parte empresarial, falou-se aqui que se vai gastar meio milhão de euros na Feira de São Pedro eu sempre fui daqueles que defendem que quanto mais se gaste, melhor, mas que o retorno fique no Concelho, e o que eu noto seja na Feira da Caça, seja na feira de São Pedro, que neste caso é o Município que investe é o meu dinheiro, dos meus descontos é o vosso dinheiro, e quando vamos a licitar os bares, as barracas e tudo isto vai ser sempre para os de fora praticamente, e aconteceu isso no ano passado com os de Bragança. E o que eu pedia a este Executivo é que restringissem os concursos, como fizeram há uns anos e os resumam só ao pessoal do Concelho. Relativamente ao que se foi falado aqui da Associação de Bragança também, e eu estou ligado ao futebol e ouço muitos munícipes a falar e eu sou de Macedense, não nasci cá, mas sinto Macedo, como muitos de vocês e desculpem lá o termo mas é uma vergonha o tratamento que a Associação de Bragança dá ao Clube Atlético Macedo Cavaleiros porque quando afeta o Clube Atlético Macedo Cavaleiros deve afetar a todos os macedenses deve afetar também ao executivo a forma como o Conselho de Arbitragem trata os clubes de Macedo, não é só o Macedo o GDM quando estive na Distrital também senti isso na pele e gostaria que o Município tivesse atenção a isso. Para terminar, é muito importante outra coisa, e isto vai para o saudoso Elido Mesquita “morrer no Nordeste Transmontano” e eu digo não, o Helicóptero é nosso, basta!” -----

ORDEM DO DIA -----

PONTO 1- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL REFERENTE À ATIVIDADE MUNICIPAL NO PERÍODO COMPREENDIDO 13 DE FEVEREIRO A 12 DE ABRIL, ELABORADA NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 2 ALÍNEA C) DO ART.º 25.º E DO N.º 4 DO ART.º 35.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013.-----

Abertas as inscrições inscreveram-se do Grupo Parlamentar do CDS os Deputados



Municipais Daniela Rebelo e João Nuno Ferreira, do Grupo Parlamentar do PSD os Deputados Municipais Patrick Machado, Sérgio Lameiras, Miguel Reis e a Assunção Gemelgo. -----

MARIA DA ASSUNÇÃO GEMELGO CORREIA (PSD) – Fez a seguinte intervenção “Antes de iniciar a minha intervenção permita-me Sr.^a Presidente que teça aqui dois pequeninos comentários que, têm a ver com situações ocorridas agora aqui neste espaço. E dizer que não gosto de facto de ver passar um Presidente de Junta e ouvir alguém dizer lá vem ele, nem outra pessoa qualquer é de muito mau tom como também não gosto de ouvir dizer relativamente ao Sr. Presidente lá vem o Magalhães cada um faz a apresentação, diz as palavras que diz conforme entende com as técnicas que quer isto é 25 de abril. -----

Passando há minha intervenção direi o seguinte da leitura da informação escrita do Sr. Presidente e da análise das ações referentes ao período a que a mesma se reporta é tácito concluirmos que a atividade do Executivo Municipal reflete o exercício das suas responsabilidades na condução do destino do concelho como é expectável. Também se conclui claramente sobre a articulação com as Freguesias através de múltiplas reuniões com Presidentes de Junta e Uniões, centradas no debate das suas necessidades no planeamento de eventos e intervenções concretas e no reforço da cooperação institucional promovendo uma governação de proximidade aliás, já aqui foram dados exemplos disto mesmo. Ao nível da representação Institucional o Executivo marcou presença ativa em Entidades Intermunicipais e Regionais, em cerimónias oficiais e em iniciativas de projeção externa do concelho. Importa igualmente destacar o desenvolvimento de protocolos de cooperação nas áreas social da saúde, da educação, da cultura do desenvolvimento rural e da modernização administrativa, bem como o acompanhamento técnico e político dos projetos estratégicos daí decorrentes. A atividade cultural, turística e patrimonial mereceu também particular atenção deste Executivo através do apoio a eventos tradicionais, iniciativas culturais, ações museológicas e promoção do território. No domínio do desporto já que foi amplamente falado do associativismo e da vida comunitária o Executivo manteve uma presença próxima apoiando clubes, associações e iniciativas que promovem a juventude a atividade física e o bem-estar da população. Destacam-se ainda as ações desenvolvidas nas áreas da educação da ação social, e da coesão social, com reuniões regulares com o Agrupamento de Escolas em particular, com Instituições Sociais e Entidades ligadas aos Jovens, Idosos e Grupos mais Vulneráveis, reforçando políticas de inclusão e solidariedade. -----



Em síntese o Executivo Municipal manteve como se esperava e é sua obrigação, uma atividade regular diversificada e transversal assente numa governação de proximidade, numa forte Cooperação Institucional e na valorização das pessoas do Território e das Freguesias promovendo o desenvolvimento social, cultural, económico e territorial do concelho. -----

Posto isto gostaria de centrar a minha intervenção em dois pontos, primeiro passarei a referir-me a duas áreas que me são particularmente caras e que são absolutamente estruturantes para o presente e futuro do nosso concelho e que também já foram aqui referidas. Falo da Educação e da Cultura. Nestes três meses a que se reporta a informação, seis de governação reconhecemos o papel ativo que o Executivo Municipal tem desempenhado nestas áreas. As atas das reuniões de Câmara Municipal e a ação visível no território mostram um acompanhamento regular das questões educativas, seja no funcionamento da rede escolar, transportes escolares, articulação com agrupamento ou mesmo no apoio à educação artística e iniciativas culturais. No campo da Educação vale a pena sublinhar positivamente a assunção pelo Município das suas responsabilidades como parceira fundamental do sistema educativo. Como não poderia deixar de ser, no cumprimento das suas responsabilidades o Executivo direciona a sua atenção às condições de funcionamento das escolas, aos serviços de apoio aos estudantes e à cooperação institucional revelando uma visão de proximidade e compromisso com a comunidade educativa. Mais. Fica claro que a Educação nas nossas Freguesias é uma prioridade inegociável. Na verdade durante o mandato anterior assistimos a uma política de centralização, gritou o encerramento de algumas escolas primárias nas nossas aldeias sob o pretexto da eficiência. No entanto, este Executivo parece seguir o caminho inverso, entendendo que uma escola aberta é sinónimo de uma comunidade viva. De facto, Sr. Presidente, bem-haja por considerar que não há estratégia política de sucesso se a mesma não se alicerçar na educação. Também no campo da Cultura o Executivo afirmou uma política consistente de valorização da identidade local das Associações Culturais e da Educação Artística. O apoio ao Conservatório de Música e nunca fomos contra o conservatório de música apenas quisemos transparência no processo e na forma como ele se instalou, mas este apoio ao conservatório de música agora, enquanto estrutura de formação e referência cultural demonstra bem a compreensão que este Executivo tem de que a cultura é ao mesmo tempo um fator de enriquecimento individual coesão social e desenvolvimento do território. Dito isto, e precisamente porque reconhecemos o trabalho realizado ainda que sejam apenas 6



meses de governação, acreditamos que este é também um momento oportuno para pedir ao Executivo algumas clarificações de modo a compreender melhor as suas orientações políticas para o futuro. Assim, gostaríamos de saber de forma mais clara, quais são as prioridades do Executivo para a Educação nos próximos anos, nomeadamente no que diz respeito à manutenção e melhoria das escolas nas freguesias, e já aqui foi dito qualquer coisa, não sei se quererão acrescentar algo mais, onde elas ainda existem e nesse sentido gostaríamos se possível fosse feito também um balanço sobre o estado atual da nossa rede escolar. Podemos contar com manutenção e quem sabe o reforço das condições das escolas do nosso concelho para o próximo ano letivo? Que papel pretende o Município assumir no reforço da oferta cultural e educativa em particular na educação artística e no apoio contínuo ao Conservatório de Música? E como é que estas políticas são articuladas com uma visão mais ampla do desenvolvimento humano, cultural e social de Macedo de Cavaleiros? A Educação e a Cultura são investimentos a longo prazo, é certo, cujos resultados são construídos com constância, visão estratégica e diálogo institucional. É neste quadro que deixamos estas questões e reconhecimentos sobre o primeiro ponto. O segundo ponto a que me referi no início e que será a segunda parte da minha intervenção parte também da análise da informação escrita do Sr. Presidente, para contrariar a crítica que tem sido feita ao atual Executivo Municipal, segundo a qual a sua ação estaria excessivamente centrada em festas e eventos. Não parece. Porque o meu amigo Miguel até trouxe aqui algumas sugestões de mais festa, mais animação. Antes de mais, importa colocar esta questão com rigor e verdade. Os eventos e festas, que até hoje, ao dia de hoje, se realizaram em Macedo de Cavaleiros, não são novos, nem resultam de uma invenção recente deste Executivo, são na sua maioria iniciativas com tradição no concelho que fazem parte da vida comunitária, cultural e social do nosso território, ou seja, falamos de política de eventos, festas e animação do Concelho. A diferença essencial, parece-me, e que deve ser reconhecida, está no facto de que estes eventos passaram a ser melhor organizados, mais qualificados, com maior impacto e melhor projeção externa. Fizeram-se melhor, talvez com mais profissionalismo, maior capacidade logística, melhor programação e maior envolvimento da comunidade local. Acresce que falar de festas de forma redutora ignora aquilo que elas verdadeiramente representam como momentos de promoção da identidade local, de dinamização económica, de apoio ao comércio, à restauração e ao turismo e também de coesão social, especialmente num Concelho com forte dispersão territorial. Convém igualmente sublinhar que o Executivo não substituiu políticas estruturais por eventos, nem abdicou de outras áreas fundamentais da governação



Handwritten signature and initials: "Luis", "ass.", and "anjm".

local, educação, ação social, cultura, apoio às freguesias e desenvolvimento territorial têm continuado a merecer acompanhamento regular conforme consta das atas e da atividade do Executivo. No que respeita a novidades, é importante esclarecer que o único evento verdadeiramente diferente introduzido neste mandato foi a passagem de ano e, neste ponto, os resultados falam por si, tratou-se de uma iniciativa amplamente participada, com forte adesão da população e visitantes, com impacto positivo na economia local e que foi, de forma generalizada, reconhecida como um sucesso. -----

Sr. Presidente, não confundiu por isso investimento em eventos com ausência de visão política, pelo contrário, porque planeados, estes momentos são instrumentos estratégicos de valorização do território, de atração de pessoas e de reforço do sentimento de pertença. O que vemos neste mandato não é um excesso de festas, mas sim a valorização de iniciativas que sempre existiram, com um novo patamar de qualidade e com resultados concretos para o Concelho. -----

Assim consideramos que é justo defender que o Executivo não fez mais festas, fez melhor aquilo que já se fazia, e que a única aposta nova realizada mostrou-se, de facto, positiva e bem-sucedida. É esta a verdade que importa classificar neste plenário. -----

Sr. Presidente, sendo assim, gostaríamos de lhe colocar a seguinte questão. Pode V.^a Ex.^a clarificar a este plenário de que forma o Executivo encara estes eventos numa perspetiva estratégica mais ampla de promoção do território, de dinamização económica e de reforço da coesão social e como pretende continuar a consolidar este modelo nos próximos anos, mantendo o equilíbrio com as restantes políticas estruturais do Município. Creio que este esclarecimento permitirá reforçar uma leitura justa e informada da ação do Executivo nesta matéria." -----

LUÍS MIGUEL OLIVEIRA PIRES CABRAL (PS) – Começou a sua intervenção dizendo “vou dirigir-me há minha cara colega Assunção Gemelgo, que veio aqui e teve um discurso, todo ele bom, menos essa parte em que se dirige a mim e diz que vim só apresentar festas, porque não foi bem isso. Eu aconselho-a a ler, mas eu não vou rebater esta questão porque eu acho que nós vemos as coisas, muitas vezes não como elas estão, mas como as queremos ver. Não vou rebater, porque de facto estamos a falar da mesma coisa mas de formas diferentes. -----

Relativamente à informação escrita chamou-me a atenção, Sr. Presidente e deixem-me fazer aqui uma ressalva, que eu não tenho nada, mas mesmo absolutamente nada contra a Rádio Onda Livre, até porque trabalhei nesta Rádio quando tinha os meus 15/



Handwritten signature and initials

16 anos, que muito provavelmente há pessoas que já não se lembram mas é verdade. Mas não pude deixar de reparar que a verba que é atribuída à Rádio Onda Livre mais que é duplicada, portanto, a verba que estava inscrita em orçamentos anteriores rondava os 20 mil euros por ano, e o Sr. Presidente nesta informação escrita diz-nos que faz um contrato de dois anos de 45 mil euros por ano, portanto, mais que duplica o valor. Objetivamente queria que nos explicasse quais as razões plausíveis, eu até fui das pessoas que dei pela falta da Onda Livre e fui pedindo que estas reuniões de Assembleia fossem transmitidas e as reuniões mensais de Câmara. Já agora, deixo-lhe uma sugestão final, a tal promoção das tais festas do Geomarket, não sei se está implementada nessa ideia ou se poderá ser viável e possível, nesse tal Gabinete que se calhar o Município poderá pensar em ter para ajudar os nossos lojistas a rebater esta questão, se de facto a Onda Livre não terá aqui uma forma de ajudar algumas dessas Empresas que não tenham grandes quantidades financeiras para poderem fazer a sua promoção de marketing.” -----

PATRICK ALEXANDRE DA SILVA MACHADO (PSD) – Fez a seguinte intervenção
“Eu queria apenas agradecer ao Município todo o apoio prestado para a realização da Feira do Folar de Vilarinho de Agrochão, que assim tornou mais fácil a sua realização e o sucesso que teve. Queria apenas deixar uma chamada de atenção ao Sr. Vereador Leonardo Vila Franca, para que da próxima vez que for convidado para um evento na nossa Freguesia, e que tem alguma impossibilidade de marcar a sua presença que nos faça chegar essa informação.” -----

JOÃO NUNO FERREIRA PIRES (CDS) – Fez a seguinte intervenção “Permitam-me iniciar esta intervenção com base na informação que nos foi apresentada pela Divisão Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural. -----
Entre as várias ações listadas há uma que merece particular atenção. A reunião promovida pela Junta de Freguesia de Lamas e pela Associação de Beneficiários, onde foi apresentado um projeto de regadio. Este ponto é, na opinião do CDS, extremamente relevante porque demonstra algo essencial. Ao nível local, há iniciativa, há vontade e há consciência de que o futuro da nossa agricultura passa pela água. E é precisamente a partir deste exemplo concreto que devemos fazer uma reflexão mais ampla. Quero, por isso, começar por saudar o Executivo Municipal pela realização da Feira AgriNordeste. Chamem-lhe a ideia cauchutada, reciclada, o que quiserem, mas de facto, estas iniciativas têm mérito, valorizam produtos, promovem território e devem ser reconhecidas. Mas há um ponto que não podemos ignorar, a um Executivo



Pres. J. L. M. n/27

Municipal exige-se mais do que eventos. Exige-se estratégia e execução. Agricultura em Macedo Cavaleiros não é um setor qualquer, cerca de 21% da população ativa está ligada à agricultura e cerca de 42% do nosso território é superfície agrícola utilizada. Estamos, portanto, a falar de um dos pilares do Concelho. Perante isto, a pergunta é bastante simples: estamos a responder com a ambição necessária? Existe um documento que diz que não. O próprio Plano Estratégico do Regadio e esse é claro. Há potencial, há crescimento da área de culturas permanentes, mas há um problema estrutural, a falta de água. Com uma precipitação tão irregular, entre 400 e cerca de 1.100 mm anuais, a nossa agricultura continua bastante vulnerável e o mais importante é que o plano não só identifica o problema, identifica também soluções, define áreas, aponta locais e propõe infraestruturas, ou seja, o diagnóstico está feito, o que falta é o passo seguinte, a execução. -----

Senhores Deputados, a AgriNordeste pode ser um momento importante. Mas não podemos ficar apenas pela promoção, quando o nosso problema é estrutural. E há sinais ainda que devemos melhorar, porque iniciativas semelhantes no mesmo dia mostram falta de coordenação. E quando dispersamos esforços, reduzimos o impacto, por isso, deixámos três propostas claras. -----

Primeiro, um plano de execução do regadio, com prioridades e calendários. -----

Segundo, mais coordenação entre município, freguesia e produtores. -----

Em terceiro, uma estratégia agrícola municipal clara e monitorizável. Porque valorizar a agricultura não é apenas promovê-la, é garantir condições para produzir melhor. A AgriNordeste pode ser um excelente ponto de partida, mas agora o desafio é outro, transformar potencial em realidade. Temos os dados, temos o plano, só nos falta agir.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, permitam-me acrescentar uma dimensão essencial. O nosso território empresarial é extremamente fragmentado, temos, em média, empresas com menos de três trabalhadores, isto significa pouca escala, pouca capacidade de investimento e pouca resiliência. Ao mesmo tempo, o Município é um dos maiores empregadores do Concelho. Isto levanta uma questão bastante séria. É sustentável uma economia tão dependente do setor público? É aqui que tudo se liga. Se temos um setor agrícola com potencial mas um tecido empresarial frágil, a conclusão é clara, o Município tem de assumir um papel ativo no desenvolvimento económico, não substituindo o privado, mas criando condições para que ele cresça e isso implica decisões concretas. Desde logo ao nível da contratação pública, sempre que exista capacidade no Concelho, deve ser dada prioridade efetiva às empresas locais, com transparência e respeito por as regras, obviamente. Porque o dinheiro



Handwritten signature and initials

público deve gerar valor no território, mas implica também criar escala empresarial, promover cooperação, ligar produção, transformação e mercado. Porque não basta produzir, é preciso transformar, é preciso vender, é preciso criar valor local, é preciso criar riqueza e isto exige estratégia. Se queremos um Concelho mais forte, temos de olhar para a economia e para a agricultura como um todo. E agir em conformidade. Termina com duas questões concretas: -----

Em que consiste, em detalhe, o projeto de regadio de Lamas? Que nos parece algo interessante. -----

E de que modo este pode ser aplicado noutras Freguesias? Relativamente ao Plano Estratégico de Regadio, que passos concretos estão previstos para a sua execução? Porque o potencial existe. Agora é preciso concretizá-lo. -----

Sr. Presidente, se me permite só mais uma questão. Macedo Cavaleiros é um dos maiores Concelhos do país, com condições naturais muito favoráveis à prática de desportos motorizados. Recordo que durante o período crítico do Rally de Portugal, que agora volta a estar no calendário mundial de Rallies, fomos a base desse Rally, instalou-se aqui durante 3, 4 anos, se bem me recordo. Nos últimos anos, tivemos um papel relevante na Baixa TT Norte de Portugal, com etapas classificativas no nosso território. No entanto, na edição deste ano, o Concelho surge apenas com um papel mais reduzido, essencialmente limitado ao prólogo, enquanto o centro da prova decorre noutros Municípios. A minha questão é simples. Houve alguma alteração à estratégia do Município relativamente ao apoio aos desportos motorizados? Ou estamos apenas perante uma perda de protagonismo de Macedo neste tipo de eventos? Existe intenção de forçar novamente essa presença em futuras edições?" ----

ISABEL MARIA FAUSTINO CARVALHO (PS) – Fez a seguinte intervenção “sobre a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara dizer que apresenta a atividade intensa do Executivo, com múltiplas reuniões, iniciativas e presenças institucionais. Esse esforço de proximidade deve ser reconhecido, mas importa dizer com clareza, este documento é sobretudo uma listagem de atividades, diz-nos onde o Executivo esteve, porém, não nos diz de forma clara o que fez e/ou mudou com isso. Faltam elementos essenciais. Resultados das reuniões realizadas, impacto das decisões tomadas, prioridades estratégicas bem definidas. Ao longo do documento, repetem-se referências a debate de propostas, reuniões, mas sem se perceber que decisões foram efetivamente concretizadas. E isso levanta uma questão simples. Estamos perante governação ou apenas gestão de agenda? -----
Sr. Presidente governar não é apenas estar presente, não é apenas fazer reuniões, é



decidir, é executar e apresentar resultados. E esse lado que se diga que é o mais importante, não está suficientemente refletido. Importa também reconhecer que muitas das dinâmicas atuais resultam de trabalho anterior, o que demonstra continuidade, mas também exige mais clareza sobre o rumo futuro. Por isso, deixo três sugestões para as próximas Assembleias, para que nós, enquanto Deputados Municipais, possamos ficar esclarecidos e podermos também esclarecer com clareza todos os macedenses. Mais avaliação e menos descrição, mais estratégia e menos dispersão, mais resultados e menos presença, porque os macedenses não querem apenas saber onde esteve o Executivo, quantos pendentes resolveram as divisões, quantos atendimentos telefónicos foram realizados, quantos ofícios foram elaborados pelos serviços. Querem saber o que foi feito de concreto, com substância no seu todo e se já mudou alguma coisa, e o que vai mudar. -----

Para finalizar a minha intervenção, gostaria de deixar uma chamada de atenção que nos preocupa seriamente e que deve preocupar toda esta Assembleia e quem nos assiste lá em casa, que tem a ver com a execução orçamental da despesa. -----

Sr. Presidente, estamos no mês de Abril e de acordo com os documentos que nos foram apresentados, nomeadamente a demonstração orçamental da despesa, sobre um total de 5 milhões 279 mil 394 euros e 54 cêntimos (5.279.394,54€) de despesa paga, verificamos que despesas com pessoal 2 milhões 45 mil 225 euros e 25 cêntimos (2.045.225,25€), aquisição de bens e serviços 1 milhão 978 mil 742 euros e 59 cêntimos (1.978.742,59€). Outras despesas correntes 97 mil 369 euros e 8 cêntimos (97.369,08€). Ou seja, cerca de 76% da despesa paga volto a repetir, 76% da despesa paga, está concentrada nestas rubricas e isto não é um detalhe técnico é um sinal político claro. Significa que a esmagadora maioria da despesa está a ser canalizada para despesa corrente, reduzindo drasticamente a margem para investimento e se a isto juntarmos aquilo que já aqui referi, um Executivo muito ativo em termos de presença mas com pouca evidência de resultados concretos então a preocupação adensa-se, porque Sr. Presidente, seguindo este caminho é previsível que esta percentagem venha ainda a aumentar ao longo do ano nomeadamente com: a multiplicação de contratos externos, nomeadamente avenças e contratos de prestações de serviços que o seu Executivo tem contratualizado nas áreas de consultoria, arquitetura, apoio jurídico e outras. E o crescimento do número de colaboradores nos quadros da Autarquia e há aqui um ponto essencial que não pode ser ignorado, a despesa com o pessoal não é conjuntural é permanente, isto significa que estamos a assumir encargos que se vão prolongar no tempo e que vão



condicionar de forma séria a capacidade futura deste Município. O resultado do que acabei de referir é simples: menos margem para investir, menos capacidade para executar projetos e maior rigidez financeira para o futuro. -----

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados aquilo que hoje é uma tendência pode amanhã tornar-se um problema estrutural grave, e por isso deixo um alerta claro, é necessário travar este crescimento da despesa corrente e recentrar a ação do Município naquilo que verdadeiramente faz a diferença, o investimento na Cidade e nas nossas Freguesias para que possam ver os resultados no terreno e o impacto positivo no quotidiano e na vida de todos os macedenses.” -----

MIGUEL AFONSO GOMES REIS (PSD) – Fez a seguinte intervenção “Sr. Presidente o que me traz aqui hoje é relativamente à Requalificação da Estrada de Corujas, uma intervenção muito aguardada pela população e importa referir que estando a obra identificada na informação escrita do Sr. Presidente - procedimento em curso - e a população de Corujas começa a levantar algumas questões, nesse sentido gostaria de ver esclarecido ou que esclarecesse a população de Corujas, qual o nível de investimento da intervenção definida, nomeadamente se estamos perante uma simples repavimentação ou uma requalificação estrutural da via. Também gostaria que esclarecesse qual a solução de pavimentação que vão adotar e que critérios técnicos justificam essa opção, tendo em conta a durabilidade e a adequação à realidade local. Gostaria ainda que esclarecesse se a intervenção contempla uma abordagem integrada à mobilidade de segurança, designadamente através da criação de passeios, zonas de circulação pedonal ou outras soluções que garantam maior proteção aos utilizadores pedonais, para além disso importa perceber se está também prevista a requalificação de infraestruturas associadas nomeadamente, ao nível das redes de energia e comunicações incluído, eventual iluminação das redes aéreas, tendo em vista a valorização do espaço público. E o mais importante e o mais questionado pela população, como tenho debatido todos os dias, é para quando está previsto o início dos trabalhos? A população de Corujas não espera apenas que se faça a obra espera que se faça uma boa obra pensada, estruturada e com qualidade aliás, a experiência de intervenções anteriores na Freguesia, demonstrou um impacto de obras sem uma consulta prévia do Presidente da Junta ou sem o devido planeamento ou sem a devida reposição causando um transtorno brutal na Freguesia e na qualidade das pessoas que lá habitam, por isso mesmo e tendo em conta o investimento público associado é fundamental que esta intervenção seja devidamente planeada e executada com rigor garantindo uma solução duradoura.” -----



Handwritten signature and initials

DANIELA DE ALMEIDA REBELO (CDS) – Fez a seguinte intervenção “Com todo o respeito pelo munícipe que veio aqui intervir Sr.^a Presidente, gostaria de deixar uma sugestão, portanto se a Lei Geral permitir se não poderíamos utilizar o exemplo da Assembleia Jovem e reposicionar o período destinado ao público e assim além de podermos cumprir com algum rigor o Regimento e sabermos ou conseguirmos antever como é que vão decorrer os trabalhos, também poderá incentivar de forma um bocadinho alargada maior participação dos cidadãos, é só uma sugestão. -----
Eu só gostaria de colocar umas pouquinhinhas perguntas sobre a empresa PsicoPro. Quais os beneficiários desta plataforma dedicada ao bem-estar psicológico e organizacional? A informação refere Municípios, Empresas e Instituições e com base neste pressuposto como é que as Empresas também podem beneficiar deste serviço e a que Instituições se destinam?” -----

RUI ALEXANDRE SERAPICOS VILARINHO (PS) – Fez a seguinte intervenção “Sr. Presidente queria felicitá-lo pela sensatez, pela coragem e pela responsabilidade que teve, em estar presente na Feira de Nanterre, não só o Sr. Presidente, como outros membros, e digo isto porque tenho conhecimento de causa. Estive lá algumas vezes e senti que de facto, ali naquela Zona de Paris, provavelmente será a zona do mundo inteiro onde nós portugueses e nós macedenses tínhamos mais imigrantes, maior Comunidade Efetiva. A primeira vez que eu fui lá, falavam-me dos Vereadores que nos antecederam com carinho e não utilizavam os títulos, ou seja, nem Engenheiros nem Doutores era o Barroso, era o Duarte. Mas Sr. Presidente eu não tenho redes sociais mas vi as imagens e fiquei muito contente, muito satisfeito com a sua presença, porque eu sinto que essas pessoas ficam maravilhadas, confortadas com a presença dos representantes das nossas terras, e ao verem a bandeira sentem o calor e conversam o que para eles é muito importante e estamos a falar de centenas de pessoas e garantidamente que o Sr. Presidente sentiu isso lá, porque nós também temos emoções. Mas queria dar-lhe só um conselho, que é quando houver lá os vossos fóruns internos do Partido Social Democrata, provavelmente vai ser abordada essa temática, a não ser que não haja coerência política, porque no ano passado e há dois anos o Sr. Presidente Benjamim foi aqui massacrado com perguntas, como por exemplo, onde é que está o retorno económico e financeiro onde estão os investimentos? Portanto sugiro que explique às pessoas que a Gestão Autárquica não passa só por gestão de dinheiros, também há outros valores que são importantes.



Portanto era só mesmo isso que eu lhe queria dizer e manifestar aqui a minha satisfação e o meu orgulho, porque são macedenses que estão lá representados e pedia-lhe então que dê conselhos aos Srs. Deputados que alguns que estão aqui que são repetentes ficavam muito incomodados, que não havia retorno, nem vai haver, a não ser que ocasionalmente apareça um empresário que queira investir em Macedo. -- E já agora a Sra. Presidente da Assembleia permita-me que eu faça uma abordagem, rápida à temática do período de antes da ordem do dia para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que quando eu disse há pouco que também era culpado, não quis depreciá-lo. E sabe porque é que disse que era culpado? Porque somos todos culpados todos. Porque o Sr. Presidente está nas mesmas condições que está a Sra. Presidente da Câmara de Bragança, Isabel Ferreira e foi ela que conseguiu este contrato.” -----

SÉRGIO RICARDO DIAS LAMEIRAS (PSD) – Fez a seguinte intervenção “quero começar por afirmar algo essencial, a fiscalização da oposição é legítima, necessária e saudável em democracia. Questionar, escutinar e pedir esclarecimentos faz parte do normal funcionamento das Instituições, mas as verdades criam algum incómodo, como já foi hoje aqui demonstrado, mas fiscalizar não é governar e aquilo a que temos assistido reunião após reunião de câmara é precisamente a tentativa de governar sem mandato popular. Os Srs. Vereadores da oposição continuam a falar como se ainda tivessem Pelouros, como se ainda exercessem funções Executivas, como se lhes competisse definir prioridades e impor decisões. Mas não compete. Convém recordar uma verdade simples e incontornável. Quem governa este Município é o atual Executivo legitimado democraticamente pelo voto dos cidadãos. O papel da oposição é fiscalizar, propor e criticar. Não é tentar dirigir a Câmara à distância, querendo impor o que se faz, como se faz, quando se faz e em que moldes se faz. Não é dar ordens disfarçadas de sugestões. Mais revelador ainda é ver quem hoje se apresenta como campeão da transparência, são os mesmos que quando estiveram no poder pouco toleravam o contraditório, pouco espaço davam à fiscalização e pouco praticavam o diálogo institucional. Quanto à humildade política, menos ainda. Descobriram o valor do descortino, apenas depois de perderem o poder. Importa também recordar o legado que deixaram. Falamos de decisões erradas de processos judiciais perdidos de condenações e de milhares de euros pagos pelos munícipes devido a erros políticos e má gestão. Falamos de prejuízos reais para o concelho. Temos, até exemplos recentes como a decisão do Tribunal Administrativo de Mirandela que poderá representar novas indemnizações voltadas para o Município. Isto não é retórica política, isto são factos. Mas há ainda outro traço desse passado que não pode ser



ignorado. Durante oito anos assistimos a um verdadeiro Executivo do zig-zag, marcado por entradas e saídas sucessivas, renúncias, suspensões de mandato, regressos oportunistas e substituições constantes. Vereadores que abandonavam funções e regressavam mais tarde quando lhes convinha, outros que trocavam o compromisso assumido com os eleitores por cargos mais vantajosos, por conveniência pessoal, benefício financeiro ou estatuto político, nunca demonstraram verdadeira preocupação em cumprir até ao fim o mandato para o qual foram democraticamente eleitos, nunca colocaram em primeiro lugar a estabilidade governativa que o Concelho exigia. E agora ouvimos dizer em todas as reuniões de Câmara que já tinham todos os projetos preparados, que já tinham todas as ideias pensadas. Se tinham porque não as avançaram? Se tinham porque não executaram? Se tinham porque preferiram sair? A resposta é simples porque governar exige trabalho, responsabilidade e compromisso e isso faltou demasiadas vezes. Perante isto importa recentrar o debate quem governa hoje é este Executivo, um Executivo legitimado pelo voto popular, um Executivo que trabalha com responsabilidade, competência e com o apoio técnico e jurídico qualificado necessário para garantir legalidade e boa gestão. Um Executivo que não precisa de tutelas improvisadas nem de lições de quem deixou problemas por resolver e contas por pagar. Para terminar deixo uma evidência que todos os munícipes já perceberam. Hoje sem poder, sem pelouros e sem responsabilidades de decidir, a oposição fala mais, intervém mais e exige mais, do que alguma vez fez quando governava, na oposição descobriram a voz no poder faltou-lhes competência. Talvez por isso o lugar onde hoje estão seja o mais adequado na oposição podem falar muito, mas felizmente para este Município já não podem decidir mal e o melhor serviço que podem prestar a esta terra é continuarem exatamente onde estão longe das decisões e longe do poder por muitos e longos anos.” -----

LUÍS MIGUEL PEREIRA VAZ (PS) – No uso da palavra referiu “depois desta intervenção calha bem porque o que vinha aqui trazer era quase um trabalho de assessoria ao Executivo Municipal, no seguimento do que vinha de trás. E já que têm um apoio jurídico tão bom, pelo que disse o Deputado Sérgio Lameiras, começo por falar das avenças e prestações de serviço que constam da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara. Desde logo começo pelo Dr. Marcelo Delgado dizendo que muita falta vos está a fazer, porque dentro do que se vê, eu para preparar esta Assembleia abri o portal base e “cada tiro cada melro”. O que falou aqui a Deputada Elisabete Choupina acerca das publicações dos concursos estarem com o Decreto-Lei



Regional da Madeira, dizer que basicamente aquilo foi inserir, mas inseriram o Diploma errado. Estas duas avenças que já estão na Base a da Dr.^a Raquel e do Dr. Marcelo, também estão pelo mesmo Decreto e por aí adiante, se quiserem depois não vou estar aqui a falar publicamente acho que não vale a pena falo depois com vocês. Depois dar-lhe um alerta que esta parte já mais complicada, que no dia da tomada de posse o Sr. Presidente da Câmara deu uma entrevista à Rádio, em que dizia "...na minha lista éramos 10, só fomos eleitos 4, mas os outros 6 todos serão integrados na câmara...". Esta situação não tem mal nenhum se através de um concurso público, mas a terceira avença é de um elemento da lista que você admitiu publicamente que queria integrar na Câmara, é por ajuste direto para serviços de arquitetura, ou seja também será um falso recibo verde porque terá horário terá que estar na câmara, digo eu não sei os contornos porque ainda nem sequer não está no portal base. Isto é um aviso porque diz na informação escrita que o contrato ainda não está assinado. Sr. Presidente não assine não vale a pena estar a arriscar uma coisa que possivelmente, agora com o serviço do Dr. Marcelo que virá dar assistência na primeira reunião, mostra-lhe só o Base da Câmara para não voltar a cometer os mesmos erros. E estamos aqui, enquanto oposição a ser proactivos porque eu, pessoalmente, não quero e acho que ninguém quer aqui ganhar na Secretaria, apenas estamos a fazer o aviso mais uma vez, e se o Sr. Presidente da Câmara quiser mudar de Partido e termos mais reuniões será muito bem-vindo no Partido Socialista. Termina dizendo que acho importante deixar este alerta porque aqui é o sítio onde como Deputado Municipal e fiscalizador que é a minha função, tenho que o dar." -----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) – Fez a seguinte intervenção "Sr. Presidente quero perguntar-lhe relativamente à expropriação dos terrenos, se já foi feita alguma reunião com o dono do terreno de Podence. Quero também chamar a atenção sobre isto: há bocado disse aqui que agora era uma questão em que ia haver diálogo. Mas o anterior Executivo também teve diálogo, aliás quando o Presidente da Câmara era o Dr. Duarte Moreno, utilizou estes terrenos também o fez de boa-fé e nunca pensou que isto chegasse a este ponto. Mas agora eu quero perguntar quem é que pediu, se foi já este Executivo ou se foi anterior, a utilidade pública dos terrenos? -----
Na informação escrita eu não vi se já teve alguma reunião com o Eixo Atlântico e queria perguntar-lhe se já teve e se efetivamente há a possibilidade de os jogos que eles fazem serem realizados em Macedo. Depois dizer que não consegui ver e queria perguntar se o Sr. Presidente ou alguém do Executivo esteve na tomada de posse do Presidente da República, porque esteve presente muita gente do distrito de Bragança



mas de Macedo eu não vi ninguém. Relativamente à intervenção política do meu colega Deputado do PSD na próxima Assembleia eu vou fazer uma intervenção política também já que a Sr.^a Presidente da Assembleia deixa que isso se possa fazer.” -----

A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados Municipais e disse: -----

“Em relação à Deputada Assunção Gemelgo relativamente à questão da Educação vou deixar para depois a Sr.^a Vereadora que está com o Pelouro responder. Sobre o retorno económico para a Cidade que mencionou e também da questão da Feira de São Pedro e desse retorno para a nossa Cidade, dizer que os eventos como o BôNatal e a Feira da Caça e agora esta AgriNordeste ou a Feira de São Pedro, têm um impacto como é óbvio económico, social e cultural para a nossa Cidade de Macedo de Cavaleiros e desde logo não só porque geram um efeito direto na economia local, ao atrair visitantes que consomem no nosso comércio tradicional, e há pouco queixavam-se da questão do nosso comércio tradicional, questionando, que medidas tínhamos tomado para o dinamizar e promover na restauração e no alojamento dinamizando a atividade dos nossos empresários e dos pequenos negócios da região. Para além deste impacto económico imediato estes eventos contribuem para a promoção e para a afirmação do nosso território reforçando a notoriedade de Macedo de Cavaleiros a nível Regional e Nacional e aqui sim, incluo, mesmo o Internacional. A Feira da Caça por exemplo valoriza os recursos endógenos ligados ao mundo rural e cinegético, enquanto que o BôNatal, criou uma imagem apelativa e acolhedora para a nossa cidade durante uma época particularmente importante para o nosso comércio local. Há ainda um retorno social significativo que não podemos fugir, estes eventos promovem o convívio entre a nossa população, reforçam aquele sentimento de identidade e pertença e contribuem para melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes. Funcionam também como um fator de atração para os visitantes e potenciais novos residentes, tentando ajudar a combater esta desertificação do nosso Interior nomeadamente do nosso concelho da nossa Cidade. Por fim, importa também sublinhar que o retorno destes eventos não se mede apenas em termos financeiros diretos mas também no seu impacto a médio e longo prazo, nomeadamente na valorização da imagem do nosso concelho e na criação de oportunidades e na capacidade de afirmarmos Macedo de Cavaleiros como um território dinâmico e capaz



de organizar iniciativas de referência. -----

A questão em particular e no que diz respeito à Feira de São Pedro, há anos que se discute o modelo da organização e o financiamento da mesma, e muita gente põe em causa os custos do evento e falaram aqui num custo de meio milhão euros mas não chegamos a isso. Mas quando vão a Bragança, Mirandela, Vila Flor, Carrazeda ou mesmo Vinhais, às Festas da Cidade ou outras Feiras ver muitas vezes os seus artistas de referência, nunca é posta em causa aquilo em que em Macedo discordam, ou seja, seja a Feira de São Pedro, sejam as Festas da Cidade ou outra designação qualquer há que tomar uma posição. Ou se entende que este tipo de eventos representam um investimento estratégico na dinamização económica e na promoção do nosso território realmente, e nesse caso deve ser encarado com uma naturalidade e ambição, também em Macedo de Cavaleiros, ou pelo contrário, se considera, que não se deve haver este tipo de aposta, este tipo de investimento, assumindo-se essa opção de uma forma transparente. O que não é sustentável é manter aqui um discurso contraditório em que se valoriza o que é feito nos concelhos vizinhos, mas depois se desvaloriza ou critica quando o mesmo é realizado no próprio Concelho, ou se tenta fazer com uma certa ambição. Temos que ser coerentes, tem de haver mais coerência. Ainda quando no ano passado foram gastos mais de 573 mil euros com a Feira de São Pedro e ninguém da bancada socialista, que eu me lembre, o pôs em causa. -----

Em relação ao Deputado Miguel Cabral e a questão da Rádio Onda Livre, eu posso dizer que com aquele valor que referiu, o que este Executivo pretende é simples. É garantir a continuidade desta transmissão das reuniões públicas e também da Assembleia Municipal e assegurar também o cumprimento rigoroso, obviamente da Lei e proteger o Município de qualquer risco de ilegalidade. Promover um procedimento transparente e aberto e se no âmbito de um concurso público alguma outra entidade tivesse apresentado uma proposta mais vantajosa nos termos definidos e cumprir todos os requisitos legais, seria essa Entidade a adjudicatária como determina a Lei, nem mais nem menos. Obviamente que, eu vou puxar a brasa à nossa sardinha, obviamente que faria todo o gosto que fosse a Onda Livre e o que não faremos aqui é colocar o Município numa situação de risco para satisfazer as pressões políticas ou para alimentar narrativas infundadas de falta de transparência e afins. Há bocado em relação ao valor você disse que duplicou, não duplicou foram só mais 5 mil, mas pronto seja o que for, a questão é que tentamos fazer as coisas com a legalidade suficiente e ainda bem. Deixem-me só salientar e dar os parabéns à Rádio Onda Livre, e dizer que ainda bem que foi a Onda Livre que ganhou esse concurso e que está aqui



para nos fazer levar a nossa voz neste caso nesta Assembleia Municipal. -----

Em relação ao Deputado Patrick Machado aproveito para agradecer obviamente esses elogios e esses agradecimentos, mas também dizer que estamos aqui exatamente para isso não só para a Freguesia de Vilarinho de Agrochão, como também para as outras Juntas de Freguesia que também promovem o seu território, promovem as suas feiras e obviamente dentro daquilo que nós podemos e estamos dispostos a fazer cá estaremos para apoiar. -----

Em relação ao Deputado João Pires, eu deixaria a parte da agricultura ali com o Sr. Vereador Leonardo Vila Franca mas dizer-lhe que realmente disse tudo, os desafios são mesmo esses e agradecemos todo o seu discurso no que respeita à agricultura. E eu sobre a questão da Baja e da aposta nesta modalidade no automobilismo e não só, nós Municípios, e neste caso, Macedo de Cavaleiros já tem um historial de apoio a estes eventos, não só porque realmente traz um retorno a nível da restauração e não só, pois em termos de investimento para mim não é um custo, porque depois vamos ter esse retorno na restauração, na hotelaria e nas pessoas que nos visitam e também na promoção do nosso território para depois fazer com que essas pessoas vejam essa promoção. Em relação à Baja TT particularmente do Norte de Portugal decorre ao longo destes 3 dias de prova, com transmissões e conteúdos mediáticos diários o que garante uma presença contínua do concelho nos meios de comunicação, e destaca-se ainda a transmissão em direto do nosso prólogo em Macedo de Cavaleiros com cerca de 30 a 45 minutos em canal aberto a nível nacional no canal VMais da TVI, algo inédito neste campeonato, com mais de 120 equipas em prova. O evento assegura uma forte mobilização de pessoas e grande visibilidade, posicionando claramente o nosso Concelho e a nossa Cidade no mapa dos grandes Eventos Desportivos e reforçando assim a sua notoriedade. Como eu estava a dizer, obviamente que isto é um investimento e terá esse retorno, para todos nós, não só imediato na questão da hotelaria, da restauração, mas depois também quem promove e quem vê, porque vão haver imagens também do nosso território nomeadamente, e eu posso dar aqui o exemplo das Praias do Azibo, e possam vir visitar o nosso território. -----

Em relação à questão da Deputada Isabel Carvalho dizer que agradeço obviamente todas as sugestões, de facto foi um erro seguir o modelo de informação escrita dos anos anteriores, é um facto que temos de aumentar a taxa de execução, isso é verdade, e os serviços têm de facto alertado para tal, mas têm sido feitos sem empolamentos da receita, e isto é importante dizê-lo, têm sido feitos sem empolamentos da receita. Em relação ao apoio das Freguesias aqui tocou-me um



bocadinho, porque falou do apoio que temos para as Freguesias, ou melhor, da falta de apoio que temos para as Freguesias, salientar que, e acho que estão aqui os Presidentes de Junta e a maior parte deles são novos, e ainda bem, é bom ver “sangue novo”, mas aqueles que estão para trás, eu não me lembro que as Freguesias tenham sido tantas consideradas num Orçamento e numa Revisão de Contas, como foram com o atual Executivo. Em relação à questão das avenças, será depois respondido pela Vereadora responsável pelo Recursos Humanos. -----

Em relação ao Deputado Miguel Reis como sabe já foi adjudicada a primeira fase e em breve será realizada uma reunião conjunta com a Divisão de Obras para agendar este início da obra e definir exatamente em que contornos, nomeadamente aquela parte dos passeios, definir exatamente os contornos em que vai ser executada esta obra, mas já foi adjudicada e brevemente teremos essa reunião para agendar, o que é uma boa notícia, para todos os cidadãos de Corujas. -----

Em relação à Deputada Daniela Rebelo deixaria também a resposta para a Sr.^a Vereadora. -----

Em relação ao Deputado Rui Vilarinho e permitam-me que faça aqui uma confidência de Nanterre, eu sei que o Rui de certeza também sentiu isso, e eu em conversações com as gentes da nossa terra que estão em Nanterre, testemunhei aquela garra e aquela força que eles têm, e eu confessei se nós em Macedo de Cavaleiros tivéssemos metade daquela garra e daquela força que eles lá têm, de certeza que teríamos outra mentalidade e andaríamos com mais força. Em relação à deslocação da comitiva do Município à Feira de Nanterre, convém informar que foi organizada pela ARCOP e teve como principal objetivo promover o Concelho, valorizando os seus produtos locais e as tradições e a nossa cultura. A presença Institucional foi acompanhada por representantes ligados à agricultura, gastronomia e associações culturais, nomeadamente os Caretos de Podence e a Confraria do Javali, neste caso, assegurando uma representação fiel da identidade macedense e esta participação permitiu dar visibilidade aos produtos endógenos, reforçar os nossos laços com a Comunidade Portuguesa Imigrante e criar novas oportunidades da promoção turística e económica do nosso Território. Dizer ainda que Eventos desta natureza, parece-me a mim são plataformas privilegiadas para afirmar realmente o nosso território, além-fronteiras, captar o interesse e investimento e fortalecer uma ligação entre o Concelho e as suas Comunidades no Estrangeiro e serem acarinhadas porque eles gostam e merecem. A deslocação insere-se assim numa estratégia de valorização e internacionalização do nosso Concelho promovendo aquilo que de melhor se produz e vive no Território de Macedo de Cavaleiros. Falta dizer que a participação do



Município na Feira de Nanterre contou este ano com uma Comitativa mais alargada do que as Edições anteriores, com a presença de três Caretos e de dois membros da Confraria do Javali, o que naturalmente implicou um acréscimo de custos. Importa, no entanto, esclarecer que este reforço não foi arbitrário, mas sim estratégico deste Executivo. A presença permitiu uma abordagem mais completa e coordenada e eficaz na divulgação do nosso concelho, esta diversidade garantiu não só maior capacidade de representação institucional, como também uma promoção mais rica e autêntica dos nossos produtos endógenos como já disse, das nossas tradições e da nossa identidade cultural. Num contexto de crescente competitividade entre os territórios, investir na nossa promoção externa penso e pensamos nós Executivo, é fundamental para atrair os visitantes valorizar os produtos locais e criar oportunidades económicas para o nosso comércio tradicional. Assim, o aumento dos custos deve ser entendido como um investimento como eu disse, no posicionamento do Concelho além-fronteiras, com um retorno esperado a médio e longo prazo. A participação foi amplamente reconhecida como um sucesso como o Deputado afirmou nas redes sociais as fotos que se podem ver como um sucesso, reforçando a notoriedade do Concelho junto da comunidade emigrante e dos novos públicos, o que valida a estratégia que foi adotada. Só dizer que este retorno será, como eu já disse daqui para a frente, e só reforçar aqui a questão até podem colocar, e então, e porquê foi a Confraria, e porquê, obviamente que o objetivo daqui para a frente será rodar estas participações e para o ano contamos estar com outra entidade cultural que nos represente bem o nosso território além-fronteiras.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à **Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo** para responder às questões colocadas e disse: “começo por dizer que se tivermos em conta a sugestão da Sr.ª Deputada Isabel Carvalho, se formos responder agora pormenorizadamente a todas as questões que bem disse, que não consegue ver na informação escrita, se calhar teremos aqui ainda mais “pano para mangas”, como se costuma dizer. É uma ideia, de facto pormenorizarmos tudo aquilo que fazemos, com quem reunimos o que de lá trazemos, as respostas que temos, quem foi às reuniões, o que é que foi tratado, eu temo que depois cria um problema aqui ao Plenário, ficam poucas perguntas para vocês fazerem, mas pouparmos trabalho fica escrito, é um facto. -----

Sobre as questões que aqui me trazem, que o Sr. Presidente me indicou para desenvolver, vou falar sobre a Educação e também um bocadinho sobre a Cultura.



Este Executivo assume a Educação como uma opção estratégica importante, pretendemos de facto incrementar o melhoramento das condições físicas, mas sobretudo também dar igualdade de oportunidades a todos, garantindo que a formação dos nossos alunos e a sua preparação se reflita em cidadãos qualificados e bem preparados. De facto, há muito que fazer na Educação, já muito foi feito pelos Executivos que nos antecederam, nem tudo é possível fazer, nem tudo está só nas nossas mãos, como o Executivo anterior bem sabe, e do qual eu também fiz parte enquanto Vereadora sem Pelouro, e sei bem que não chega a vontade de fazer, às vezes não há mesmo condições para se fazer e as dificuldades que foram sentidas no passado são também algumas dificuldades que estão a ser sentidas no presente, embora a nossa intenção seja de tentar fazer mais. E o fazer mais passa por aquilo que eu já há bocado disse, encurtar os circuitos de transporte para as escolas, como referi na Escola de Morais, mas também na Zona Norte, na Zona da Serra, porque se as crianças da Zona de Morais e de Lagoa demoram 40 minutos para chegar a Macedo, Lamalonga, Vilarinho da Agrochão, demoram cerca de uma hora. E na Carta Educativa, e volto a referir o Executivo, que terminou a Carta Educativa, e bem, no último ano de mandato, vem referida à possibilidade de se poder reativar uma Escola que seja centralizada e que possa apoiar estas crianças desta zona, para que não tenham que gastar diariamente duas horas nos transportes. Nós sabemos como é o nosso inverno, sabemos como são algumas das nossas estradas e de facto, num transporte público, as crianças saem de noite de casa e regressam já de noite também. Não será possível este ano reativar a Escola, até porque também, uma das reuniões que efetuámos, e que se calhar não está detalhada, mas que eu vou detalhar, prende-se com o levantamento do número de crianças que poderão frequentar essa Escola, e mesmo o número de crianças que existem nestas aldeias, com idade Pré-Escolar, que depois possam passar para o Primeiro Ciclo. -----

Sobre os transportes, dizer ainda que também tivemos uma reunião com a transportadora que faz alguns dos transportes escolares, a Empresa Santos, que se disponibilizou e comprometeu a mudar a frota e a colocar Transportes mais modernos, mais seguros e com melhor qualidade, já neste início do ano letivo. -----

Sobre as refeições, também reunimos várias vezes com a Eurest, e esta semana, saiu na Onda Livre uma notícia que a Associação de Pais tem a possibilidade de experimentar as refeições. É verdade e é um plano que está a ser elaborado e implementado pelo Município, pelo Agrupamento e pela Associação de Pais. E não é verdade que esses dias são anunciados, os dias são surpresa, os refeitórios não sabem quando os pais vão lá experimentar as refeições. Há algum feedback acerca da



alimentação que nós vamos perguntando aos pais e também aos alunos. Curioso, os alunos dão um feedback mais negativo e os pais dão um feedback mais positivo. E isto é compreensível porque os adultos têm um bocadinho mais a noção do que poderá ou deverá ser uma alimentação saudável, já as crianças optam mais por comidas com mais fritos, há alguns deles que até sugerem o incremento do sal na comida e, portanto, se calhar este feedback mais negativo não tem a ver com a qualidade, tem a ver com os gostos também das crianças. No entanto, temos estado em conversações com a empresa, com a sua CEO, no sentido de tentar melhorar ainda mais aquilo que são as ementas e que têm vindo, de facto, a aceitar as sugestões da Chefe de Divisão. Quando percebemos que um determinado prato não tem grande aceitação escolar e, a maior parte das vezes, as crianças não aceitam bem e, quando assim é, temos sugerido alternativas que têm sido respeitadas. -----

Sobre os Equipamentos Escolares e, uma vez mais no seguimento daquilo que este Executivo tinha Candidatado, acerca da remodelação e da construção de um novo Edifício, devo dizer que de facto, o novo Edifício Escolar é uma realidade e estará brevemente a iniciar a sua construção. Atrasou um tempo porque não veio à Assembleia e o Tribunal de Contas pediu mais dados sobre ela. Está tratado e vai ser iniciada a obra muito em breve. Presentemente está a fazer-se já uma intervenção no exterior que é uma Requalificação dos Espaços Interiores que dizem respeito aos Campos de Jogos e à Cobertura dos Espaços Exteriores entre os Blocos. Também porque houve uma revisão da OP5 com a introdução do Eixo 5.3 Habitação a Custos Controlados e foi retirada a Reabilitação da Antiga Residência de Estudantes, em seu lugar inscrevemos a Requalificação deste Centro Cultural que chove cá dentro em diversos sítios, inclusive aqui no meio do palco e vamos Requalificar a Escola do Polo 1 que carece de intervenção urgente quer seja no telhado, no piso das salas, na climatização, nos acabamentos exteriores e no próprio teto da biblioteca que durante este inverno desabou em parte, (sorte que não estavam lá crianças). Portanto, também aqui queremos ver uma melhoria implementada e tudo faremos para que se consiga. -----

No âmbito do Programa Escola a Tempo Inteiro temos as atividades de apoio à família para o pré-escolar, temos as atividades de componente de apoio à família para o primeiro ciclo como já havia também e temos as AEC's. E sobre as AEC's eu gostaria de dizer o seguinte, a importância das AEC's, das atividades de enriquecimento curricular no Agrupamento de escolas de Macedo vai muito além do ocupar os tempos dos alunos. Para nós, trata-se de um verdadeiro investimento na formação integral das



crianças. As AEC's permitem complementar o currículo formal com áreas fundamentais como a expressão artística, a atividade física, o inglês, a educação ambiental ou outras. Estas experiências ajudam a desenvolver competências como a criatividade, o trabalho em equipa, a autonomia e o pensamento crítico. Num território como Macedo de Cavaleiros, estas atividades assumem ainda maior relevância, promovendo a igualdade de oportunidades e garantindo que todas as crianças têm acesso a experiências educativas diversificadas. É neste contexto que o Executivo está a ponderar reformular o modelo de organização das Atividades de Enriquecimento Curricular e a proposta passará pela criação de ateliês temáticos como a expressão plástica, o teatro, o desporto em várias vertentes, a música, a literacia digital, permitindo que as crianças possam escolher de acordo com os seus centros de interesse. Esta abordagem pretende aumentar a motivação, o envolvimento e o sucesso das aprendizagens. Naturalmente, esta mudança implica desafios e responsabilidade, e exige a criação de espaços adequados, bem como o reforço de recursos logísticos e humanos, que garantam qualidade e segurança, por isso, este processo será desenvolvido em estreita articulação com o Conselho Pedagógico do Agrupamento e com a Associação de Pais, assegurando uma resposta equilibrada, participada e ajustada às necessidades da Comunidade Educativa. -----

Para além disso, as AEC's continuam a desempenhar um papel fundamental na ligação entre a Escola e o Território. Muitas vezes também através de atividades relacionadas com o património local, com o património natural, com o património cultural, com as atividades desenvolvidas em parceria com o Geoparque Terras de Cavaleiros. -----

Em suma, as atividades são uma ferramenta essencial para contribuir para uma formação adequada dos alunos, uma formação mais completa, mais preparada e mais consciente, no contexto do agrupamento de escolas de Macedo, representam um pilar estratégico para a qualidade educativa que nós queremos ajudar a implementar. Acerca da Biblioteca Municipal, dizer também que houve um incremento de atividades e de serviços e que estes estão disponibilizados no Site da Câmara, uma atualização que foi feita há poucas semanas e que podem ir consultar e ver os serviços que estão disponíveis neste sector. -----

Sobre as Bolsas a atribuir aos alunos inscritos na Universidade, gostaria de dizer o seguinte: com base no Regulamento Municipal Macedo Educar, a atribuição de Bolsas de Estudos a Estudantes matriculados no Ensino Superior, registou 72 jovens e está neste momento a decorrer o prazo para recurso para apresentação de documentos em falta. Este tempo será de 10 dias para que possam apresentar os documentos em



Handwritten signature: J. se [illegible]

falta. São 70 mil euros para distribuir pelos jovens Universitários, consoante o escalão a que pertencem. Ao dia de hoje temos 26 candidatos admitidos com toda a documentação entregue. Verificamos que até ao terceiro escalão entrarão todos os jovens com Bolsa porque o limite das Bolsas atribuídas é de 3.500 euros sendo que o Município dá a diferença entre a Bolsa que o Universitário já traz do Estabelecimento de Ensino que frequenta. Assim, se todos os 72 jovens entregarem os documentos, poderão ficar de fora alguns que pertencem ao quarto escalão por se esgotar o dinheiro previsto em orçamento. Ainda não há dados definitivos mas pode acontecer o que nos levará a equacionar o reforço da verba para o ano letivo seguinte. -----

Sobre a Bolsa, acrescentar também que de facto não precisam ser só propostas escritas, as propostas orais também têm validade e nós também as aceitamos e também as implementamos e uma delas é a proposta que a Sra. Vereadora Susana Viana apresentou numa reunião de Câmara, em que sugeria que passássemos também a integrar os Mestrados nas Bolsas. Face à proposta, face à validade da proposta, face àquilo que é o entendimento deste Executivo, entendemos de facto aumentar de 70 para 80 mil euros para o ano para as Bolsas no formato em que estão a acontecer agora e abrir uma rubrica de Bolsas para os alunos inscritos em Mestrado que até aqui, ainda não tinham sido considerados por nenhum Executivo. Será assim a intenção de reforçar/acrescentar e colocar 110 mil euros disponíveis para estas Bolsas e volto a referir, uma proposta da Sra. Vereadora do Partido Socialista que não precisou de entregar papel nenhum para ser considerada e ser vertida naquilo que são as nossas intenções. -----

Sobre a Cultura, muito há a dizer, eu de facto poderia elencar todas as atividades, mas penso que pelas vossas caras, não será de todo do vosso interesse que eu continue mas, gostava só de chamar a atenção para algumas coisas, alguns projetos que têm vindo a ser implementados, nomeadamente a Cultura na Comunidade. Eu não sei se dos presentes algum de vocês teve a oportunidade de assistir ao Concerto dos Batucada com a Banda 25 de Março de Lamas e com o Coro da Universidade Sénior, que aconteceu aqui neste espaço e que retrata bem a qualidade dos nossos artistas e a vontade do Executivo em trazê-los para junto da Comunidade. Evidentemente que tudo o que são artistas a nível Nacional, pudéssemos nós também trazê-los internacionais, mas não teremos essa capacidade, são muito bem-vindos, mas a nossa prioridade e o nosso gosto será de facto trazer os nossos artistas para a ribalta, dar-lhes palco e que toda a gente possa de facto perceber que em Macedo de Cavaleiros também há valor. Uma das coisas que nós estamos a tentar implementar e



a fazer um levantamento, é ver da possibilidade de inscrever também na Rota do Saber, que é outro projeto cultural a possibilidade de colocar também artesãos quer de Murçós, quer das Arcas, quer de Podence, a Sofia Pombares já lá está, mas haver a possibilidade de se inscreverem mais e dar mais notoriedade aos nossos artistas e aconselho-vos também a assistir a um próximo evento cultural neste sentido da Comunidade próxima das pessoas e com uma artista de Macedo, Sofia Trovisco e será de facto um espetáculo a não perder. Portanto, penso que não consigo resumir mais e se fosse falar de todas as atividades que estão referentes ao Geoparque e aquilo que demonstra junto do Agrupamento e as atividades que faz bem como culturalmente iria tirar-vos a hora do jantar.” -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal voltou à palavra para responder ao Sr. Deputado Luís Vaz e disse: “Na questão da campanha eu não disse que eu queria integrar toda a lista. O que eu disse na altura foi que aqueles 10, não eram só para fazer número, eram para dar apoio realmente efetivo ao Município. -----
Em relação ao Deputado Manuel Mico sobre a questão dos terrenos de Podence informar que já está agendada a reunião com o proprietário e obviamente tentaremos mesmo assim resolver as coisas pelo diálogo, pese embora o facto de termos agora mais um trunfo da parte judicial, para o caso de não conseguirmos chegar ao diálogo. Em relação à questão se estive presente a tomada de posse do nosso Presidente da Republica que é Presidente de todos, dizer que infelizmente eu não pude estar presente por falta de agenda em representação do nosso Município mas estarei amanhã na OviBeja e dar-lhe-ei os parabéns por este novo cargo, que é um cargo que o deve orgulhar e nos deve orgulhar a nós também em termos de representação maior que é o nosso Presidente da República.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à **Sr.ª Vereadora Cristina Pires** para responder às questões colocadas e disse: “Sr. Deputado Luís não posso deixar de responder às afirmações feitas pelo Sr. Deputado relativamente às avenças celebradas. Antes de mais importa defender aquilo que é inegociável, o respeito pelo trabalho dos nossos funcionários. Colocar em causa de forma leviana e irónica a competência dos trabalhadores deste Município, não é apenas injusto, é profundamente desrespeitoso, porque quem todos os dias garante o funcionamento dos serviços são os nossos funcionários. -----

As avenças que foram contratadas não resultam de caprichos nem da falta da capacidade interna, resultam sim de necessidades concretas, identificadas com rigor em áreas especializadas, onde o reforço técnico externo, se justifica como acontece



em inúmeros Municípios por esse País fora. A sugestão irónica, de que mais valia chamar o avençado na área jurídica o Dr. Marcelo, porque não estamos a fazer as coisas bem-feitas, revela mais sobre quem fez esta observação, sobre o deputado Luís do que propriamente sobre o trabalho do Executivo. Ficou-lhe muito mal Sr. Deputado. -----

E agora, já que estou aqui a falar sobre as avenças, e porque as avenças têm sido um tema abordado pela oposição e suscitou algumas dúvidas, até porque está nas redes sociais, quero esclarecer o seguinte: em primeiro lugar existe uma avença que transita do Executivo anterior, e o atual Executivo de facto assumiu esse compromisso transitório, sendo que a respetiva avença cessará no final do mês de junho. Importa ainda referir que o Executivo anterior mantinha uma outra avença, na área jurídica, a qual não foi atempadamente cessada e em consequência dessa situação, o atual Executivo viu-se obrigado a assumir o pagamento correspondente a dois meses, sem que daí resultasse qualquer benefício para o Município. Trata-se de uma situação decorrente da falta de diligência na sua cessação, cujos encargos foram assumidos pelo atual Executivo. -----

Relativamente às decisões do atual Executivo foram contratualizadas apenas duas avenças e uma aquisição de serviços, todas com duração de um ano, devidamente fundamentadas e orientadas para as necessidades concretas do Município. -----

A avença na área da arquitetura resulta de uma situação excecional na Divisão do Urbanismo, decorrente da saída de uma técnica que cessou funções para assumir um Cargo Dirigente noutro Município. Esta ausência criou uma lacuna que não podia comprometer o funcionamento dos serviços nem prejudicar os munícipes. Por sua vez, a avença na área jurídica revela-se essencial para assegurar um exercício eficaz, regular e juridicamente seguro das Competências Municipais. O crescente grau de complexidade administrativa e o aumento significativo de processos pré-contenciosos e contenciosos exigem acompanhamento altamente especializado. Trata-se de funções que, pela sua natureza, não podem ser assegurados com recursos humanos atualmente disponíveis. Importa também esclarecer que esta opção não coloca em causa de forma alguma a competência, o profissionalismo ou a dedicação dos trabalhadores do Município, pelo contrário, reconhece plenamente o seu valor. O que está em causa é uma limitação objetiva de meios, face às exigências atuais, particularmente em áreas altamente especializadas. Acresce ainda uma aquisição de serviços na área jurídica com âmbito específico, a implementação de instrumentos obrigatórios no Quadro do Regime Geral de Prevenção e Corrupção, esta inclui a



gestão de riscos de corrupção em frações conexas, a definição de estratégias de transparência, a elaboração de códigos de conduta e a criação de canais de denúncia, bem como a elaboração da norma do controlo interno, que está desatualizada. Trata-se de exigências legais, recentes e complexas, que requerem competências técnicas especializadas. Portanto esclareço, e que fique bem claro, que este Executivo contratou apenas duas avenças e uma aquisição de serviços, todas devidamente justificadas e orientadas para o interesse público. -----

Senhores Deputados, a gestão dos Recursos Humanos deste Executivo assenta na responsabilidade, na legalidade e na transparência. Não confundimos nem ocultamos. Esclarecemos e continuaremos a fazê-lo sempre que necessário.” -----

A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Vereador Leonardo Vila Franca** para responder às questões colocadas e disse: “Em relação à pergunta que o Deputado João Nuno fez relativamente à reunião com o Presidente da Junta de Lamas, dizer que o Presidente da Junta de Lamas apresentou um projeto ambicioso sim, mas se calhar passível de uma Candidatura, visto que é um volume ainda considerável para o projeto. Informar que a Associação de Regantes também estava na reunião e na Divisão de Agricultura mostraram-se disponíveis para ajudar em tudo e apoiar todo o desenvolvimento do projeto, portanto nessa parte vamos avançando. -----

Em relação à sobreposição de Feiras que referiu, dizer que só depois de marcarmos as datas da Agrinordeste é que entrou o pedido do Sr. Presidente Junta de Freguesia de Grijó para fazer a Feira do Cebolo em Grijó. O Sr. Presidente foi contactado, nós tínhamos muita coisa já em andamento, já não havia a mínima hipótese de mudar e ele decidiu manter a Feira. Claro que o Município, de bom grado, o vai apoiar em toda a logística que assim necessitar. -----

Em relação à estratégia, a Divisão de Agricultura está atenta às necessidades dos nossos agricultores e acompanhará todos os desafios e apoiará em todos os desafios dos nossos agricultores, quer na água, quer noutros problemas que possam surgir e que eles possam expor. Estamos à disposição, a estratégia vai-se fazendo.” -----

LUÍS MIGUEL PEREIRA VAZ (PS) – Que disse “respondendo à Sra. Vereadora e ao Sr. Presidente começou por dizer: Sr. Presidente já afirmou, e realmente eu mandei a notícia da rádio com a transcrição e se forem ao Site da rádio está o áudio e isto levamos à intervenção da Sra. Vereadora Cristina Pires, e sobre a mesma dizer-lhe que de leviandade não me pode acusar, de sarcasmo, sim porque eu sou assim. Agora e



repito de leviandade, não me pode acusar porque eu últimos 3 ou 4 dias, tenho estado a preparar esta Assembleia e portanto confirmei tudo, andei a ver a Lei e no fim fiz a parte do que afirmei sobre o Chatgtp, ou seja, fui primeiro ver as Leis e tenho aqui tudo documentado. Eu disse em relação ao Dr. Marcelo e também está documentado, porque é que ele viria, porque basta ir ao portal BASE e ver quais são os ajustes diretos que ele tem em Murça e em Alijó, em que aqui são serviços de formação, não está específico em que áreas é que ele trabalha, mas é procedimento administrativo, contratação pública, urbanismo, contratação pública, urbanismo, ou seja, se vocês o chamaram, será de acordo com o currículo dele, e o currículo dele o que nos diz é que ele dá formação e apoio nestas áreas. Por isso, o que eu disse, de facto de modo sarcástico, ele vem ajudar-vos a resolver problemas que vocês têm nestas áreas. ----- Em relação à outra avença, fui também um pouco sarcástico, admito-o que essa pessoa que tem uma avençada da parte jurídica devia-vos ter avisado das coisas que eu vos estou a avisar, ou seja, basicamente, é como falámos da outra vez, é o meu parecer que devia ter sido dado por outra pessoa, só isso. Mas reitero, leviandade, não, sarcasmo pode ser, leviandade, não, que deu muito trabalho esta preparação, como já referi.” -----

2 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025: APRECIACÃO NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA L), N.º 2 DO ART.º 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

----- A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal de 10.04.2026, que se transcreve. -----

“PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO 2025: DELIBERAÇÃO -----

----- Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 07.04.2026, que se transcreve: -----

“Considerando que: -----

1. Nos termos do artigo 33.º n.º1 alínea i) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à assembleia Municipal os documentos de prestação de contas; -----
2. De acordo com o artigo 76.º n.º 1 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais são apreciadas pelos órgãos deliberativos, reunidos em sessão ordinária durante o mês de abril do



Handwritten signature and initials

ano seguinte àquele a que respeitam, após respetiva elaboração pelo órgão executivo;

3. Os documentos de prestação de contas que sejam obrigadas, nos termos da lei, à adoção do regime completo de contabilidade, são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal de contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, nos termos previstos no artigo 77.º do referido diploma legal; -----

4. O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, estabelece o regime contabilístico aplicável às entidades públicas; -----

5. Os documentos de prestação de contas refletem de forma verdadeira e apropriada a situação económica, financeira e patrimonial do Município no exercício de 2025; -----

6. Se encontram reunidas as condições para a sua apreciação e aprovação; -----

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

i) Aprovar os documentos de prestação de contas relativos ao exercício económico do ano de 2025; -----

ii) Submeter os mesmos à apreciação e votação da Assembleia Municipal; -----

iii) Remeter a prestação de contas ao Tribunal de Contas, nos termos legais.” -----

----- O documento de Prestação de Contas dá-se como transcrito, ficando uma cópia na pasta correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. -----

----- **O Sr. Vereador Paulo Rogão** antes de iniciar a sua intervenção relativamente ao documento em apreciação solicitou esclarecimentos acerca do quadro da página 100, ponto 18.1.7 que identifica “*Estado e outros entes públicos*” – saldos devedores e saldos credores e também do quadro 18.1.8 “*outras contas a receber*”. -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu que tendo em conta que este é um documento técnico pode o Sr. Vereador apresentar estas questões por escrito para depois lhe ser respondido. -----

----- **O Sr. Vereador Paulo Rogão** de seguida fez a seguinte apreciação ao documento de Prestação de Contas do ano de 2025: -----

Sr. Presidente, Srs. Vereadores. -----

Desde que não se “maquilhem” as contas, costumo dizer que este documento financeiro é o mais fácil de elaborar, pois não é mais do que aquilo que se fez/executou no ano económico em apreciação e que o sistema informático “deita cá para fora”. -----

Na verdade, esta Prestação de Contas não é do executivo em funções. O Executivo que saiu de funções nada interveio neste documento, cuja responsabilidade pela sua elaboração e apresentação aos órgãos municipais é de V. Exas. -----



A Prestação de Contas do ano de 2025 apresenta um conjunto de indicadores que permitem avaliar, com objetividade, a situação financeira do Município e a forma como foram geridos os recursos públicos ao longo do exercício. -----

A análise dos dados evidencia claramente uma gestão globalmente equilibrada, com resultados positivos em várias dimensões, mas também com aspetos que exigem atenção e melhoria contínua. --Vamos ser factuais. **Começo por ler um excerto da Introdução, página 6, deste documento em apreciação:** "(...) *Importa sublinhar que, ao longo do mandato, e em particular no ano de 2025, o Executivo Municipal manteve uma estratégia clara de investimento em áreas estruturantes, promovendo o crescimento económico, a coesão social e a valorização do território. Simultaneamente, foi prosseguida uma política de rigor financeiro, assente na racionalização da despesa e na otimização dos recursos disponíveis, assegurando a sustentabilidade das finanças municipais. Os resultados agora apresentados são expressão de um trabalho contínuo, desenvolvido com sentido de responsabilidade, proximidade e dedicação ao serviço público, reafirmando o compromisso do Município de Macedo de Cavaleiros com um futuro mais próspero, equilibrado e inclusivo para todos.*" (sic) -----

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, maior elogio ao Executivo anterior não podia ser feito e vai em contradição com o que tem sido dito por V. Exas. desde a tomada de posse. - Vamos a factos. -----

1. Execução orçamental -----

A taxa de execução da receita atingiu 84,15% e a da despesa situou-se em 81,37%, valores que traduzem um desempenho estável. Todavia, a despesa de capital, essencial para o investimento municipal, registou uma execução de 70,19%, refletindo a não concretização de fundos comunitários contratados e o empréstimo a longo prazo não executado. Este ponto merece especial atenção no ano de 2026, uma vez que esses investimentos transitaram para o ano seguinte e são estratégicos para o desenvolvimento do concelho. -----

O **saldo de gerência** de **921.432,90€**, a que acresce os créditos que julgo referirem-se os mapas acima referidas, mas que não me foram esclarecidos nesta reunião, confirma a existência de recursos disponíveis para a normal atividade do município. ---

2. Evolução da receita e da despesa -----

A receita corrente e a receita de capital aumentaram face a 2024, demonstrando capacidade de captação de fundos e dinamismo financeiro. Do lado da despesa, verifica-se igualmente um aumento da despesa corrente, enquanto a despesa de



capital diminuiu, o que reforça a necessidade de reequilibrar o esforço entre funcionamento e investimento, a ultrapassar com a execução de fundos comunitários já aprovados e outros a contratualizar por este Executivo. -----

A despesa com pessoal, no valor de **8.546.808€**, mantém-se como a principal rubrica da despesa corrente. Sendo já um valor considerável, preocupa-nos a previsão para este ano que, daqui a um ano, na V/ Prestação de Contas estaremos aqui para apreciar. -----

3. Análise económico-financeira -----

Passo a ler um excerto do que é dito na página 43: "(...) O exercício de 2025 pauta-se por um reforço substancial do volume de subsídios a receber (Ativo Corrente) e correspondentes proveitos a reconhecer futuramente (Diferimentos no Passivo Não Corrente e Passivo Corrente), indicando uma forte dinâmica de captação de fundos. A autarquia conseguiu libertar meios financeiros, aumentar a sua liquidez imediata (+23,67% em depósitos) e redução das suas responsabilidades financeiras diretas (Financiamentos obtidos) e do Passivo exigível de curto prazo." (sic) -----

Na página 44 e 45, acrescenta-se: (...) "Ao nível de rendimentos (capacidade de captação de receitas da autarquia) registou uma evolução bastante positiva, demonstrando dinamismo na angariação de fundos. As Transferências e Subsídios Correntes Obtidos constituíram a principal fonte de financiamento da atividade corrente do Município, representando 66,00% do total dos rendimentos e fixando-se nos 15.460.917,66 euros, o que traduz um expressivo aumento de 12,37% em relação ao ano transato. Adicionalmente, os Impostos, Contribuições e Taxas mantiveram-se como a segunda fonte de receita mais relevante, totalizando 3.989.293,97 euros e refletindo um crescimento moderado de 2,99%. As Vendas (582.746,44 euros) e as Prestações de Serviços (806.756,19 euros) também assinalaram crescimentos de 3,24% e 5,99%, respetivamente, denotando uma melhoria na arrecadação direta gerada pelos serviços prestados à comunidade." "(...) Por seu turno, a estrutura de gastos acompanhou o aumento generalizado da atividade, fruto do normal contexto macroeconómico e das respostas dadas às necessidades municipais. Os Gastos com o Pessoal corresponderam à rubrica de maior peso na estrutura de custos (cerca de 34,72%), ascendendo a 8.729.367,51 euros. Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram um acréscimo significativo de 23,62%, passando para 7.440.515,84 euros, refletindo o maior volume de adjudicações e o normal funcionamento da atividade autárquica em 2025. O Município continuou ainda a apoiar ativamente as instituições locais, atribuindo 2.793.148,08 euros na rubrica de Transferências e Subsídios Concedidos, um valor 11,14% superior ao registado em 2024. Apesar da



Ass.UEL. nfm

evolução positiva dos rendimentos, o aumento transversal dos gastos operacionais, aliado ao forte peso dos gastos de depreciação e amortização (que aumentaram para 4.023.128,05 euros), penalizou a performance da autarquia. Ao nível dos custos de financiamento, destaca-se uma redução drástica dos Juros e Gastos Similares Suportados, que caíram 38,91%, fixando-se em apenas 316.600,46 euros, o que reflete os esforços de otimização da gestão do passivo." (sic) -----

Em suma, o Município apresenta um ativo global de 71,9 milhões de euros e um passivo de 22,5 milhões, mantendo uma estrutura financeira robusta. Destaco três aspetos: -----

1-Liquidez e tesouraria -----

Na página 55 é dito: "(...) No que respeita à LIQUIDEZ GERAL, que mede a capacidade de o município solver a totalidade das suas dívidas de curto, com a totalidade dos seus ativos de curto prazo, verificou-se uma evolução positiva de 0,75 em 2023 para 1,61 em 2024 e, finalmente, para 1,69 em 2025. Este desempenho, fixando-se confortavelmente acima de 1, o que demonstra que o Ativo Corrente é agora mais do que suficiente para cobrir a totalidade das responsabilidades da autarquia de curto prazo. Esta realidade reflete a estratégia deliberada de investimento do município, suportada por um Ativo Corrente que cresceu substancialmente." (sic) ---

O Município reforçou a sua liquidez imediata, com um aumento de 23,67% nos depósitos, e reduziu responsabilidades financeiras de curto prazo. A liquidez geral, que passou de 0,75 em 2023 para 1,69 em 2025, confirma uma capacidade confortável para cumprir compromissos. -----

2-Captação de fundos -----

O aumento dos subsídios a receber e dos diferimentos demonstra uma forte dinâmica de candidatura e aprovação de financiamentos externos, que importa agora transformar em execução efetiva. -----

3-Autonomia e solvabilidade -----

Na página 54 é dito que: "(...) Com base nos dados apurados da atividade financeira do Município de Macedo de Cavaleiros entre 2023 e 2025, observa-se uma gestão de tesouraria de excelência que corrobora a forte liquidez da autarquia. Um dos aspetos mais marcantes é a evolução do tempo médio de pagamento aos fornecedores, que sofreu uma redução drástica. Em 2023, o município demorava cerca de 34,9 dias a pagar, valor que desceu para 15,7 dias em 2024 e tem uma projeção de apenas 12,5 dias para 2025." (sic) -----



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

A mesma página continua expressando: "(...) ciclo de tesouraria muito favorável, apresentando valores consistentemente negativos. O indicador passou de -26,2 dias em 2023 para -4,5 dias projetados em 2025. Estes valores negativos são um excelente sinal financeiro, pois significam que o município não precisa de avançar fundos próprios para financiar a sua atividade diária, na prática, consegue cobrar as suas receitas antes de ter de liquidar as faturas aos fornecedores. A aparente diminuição da folga deste ciclo (de -26 para -4,5 dias) deve-se unicamente ao facto de a Autarquia ter decidido acelerar significativamente o pagamento das suas dívidas." (sic) -----

Apesar de se manterem em níveis seguros, ambos os indicadores registam uma ligeira redução: -----

- Autonomia financeira: de 73% (2023) para 69% (2025) -----

- Solvabilidade: de 2,67 (2023) para 2,19 (2025) -----

Mesmo com esta descida, o Município continua a deter mais do dobro dos ativos necessários para cobrir os seus passivos, mantendo uma posição estruturalmente confortável. -----

4. Rendimentos e gastos -----

Verifica-se uma evolução coerente com a atividade municipal. Vejamos. -----

Os rendimentos cresceram de forma significativa: -----

- Transferências e subsídios correntes: +12,37% -----

- Impostos, contribuições e taxas: +2,99% -----

- Vendas e prestações de serviços: crescimentos entre 3% e 6% -----

Do lado dos gastos, verifica-se: -----

- Gastos com pessoal: 8,7 milhões (34,72% do total) -----

- FSE: aumento de 23,62% -----

- Transferências e subsídios concedidos: +11,14% -----

- Depreciações e amortizações: 4 milhões -----

- Juros: redução de 38,91% -----

A evolução dos gastos acompanha o aumento da atividade municipal e o contexto económico, mantendo-se dentro de parâmetros de normalidade. -----

5. Tesouraria -----

O Município apresenta indicadores de tesouraria muito positivos: -----

- Tempo médio de pagamento: redução para 12,5 dias em 2025 -----

- Ciclo de tesouraria: valores negativos, situando-se em 4,5 dias, o que significa que o município cobra antes de pagar -----

Estes resultados evidenciam uma gestão eficiente e responsável dos fluxos financeiros. -----



6. Dívida municipal -----

A dívida total global cifra-se em 7,58 milhões de euros, com a dívida de empréstimos a atingir 7,8 milhões, dos quais 6 milhões correspondem à dívida da água — um compromisso de longo prazo que continua a condicionar a estrutura financeira. -----

A dívida a fornecedores é reduzida (305 mil euros), refletindo a boa capacidade de pagamento. -----

-A capacidade de endividamento disponível aumentou significativamente, situando-se agora até 8,1 milhões de euros, quando em 2024 era de 3.618.846,90 euros, o que permite ao Município planear novos investimentos. -----

Conclusão -----

A Prestação de Contas de 2025 demonstra uma gestão financeira globalmente equilibrada, com:-----

- Liquidez reforçada -----
- Tesouraria eficiente -----
- Dívida controlada -----
- Capacidade de captação de fundos -----
- Estrutura financeira sólida -----

Simultaneamente, evidencia áreas que devem continuar a ser acompanhadas: -----

- Aumento da despesa corrente, designadamente pessoal e aquisição de bens e serviços -----
- Execução insuficiente da despesa de capital, sobretudo no que respeita a fundos comunitários -----

Uma nota final para dois aspetos: -----

1. Recursos humanos: a 31-12-2025, a câmara municipal dispunha de 355 trabalhadores com vínculo permanente no quadro, tendo entrado 39 e saído 26, ou seja, no ano de 2025 contrataram-se 13 novos trabalhadores. -----

2. Litigância em tribunal: no ano de 2025 encontram-se a decorrer nos tribunais 8 processos judiciais, sendo que o de maior valor peticionado se refere a uma eventual dívida perante as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, no valor de 228.616,70€, a que acrescerá juros. A provisão feita foi de 229.000€ que entendo ser adequada para a globalidade da pendência judicial. -----

Concluindo. O Município mantém uma posição financeira estável e com larga margem de atuação, mas deve continuar a reforçar a capacidade de execução e a orientar os recursos para investimentos estruturantes que promovam o desenvolvimento do concelho que, estamos em crer, este executivo irá dar continuidade, pois é isso que



[Handwritten signature]

todos os Macedenses anseiam e querem.” -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** relativamente ao Documento de Prestação de Contas disse o seguinte: “A prestação de contas de 2025, como disse o Sr. Vereador e bem, reflete na sua maioria a gestão do Executivo anterior sendo que o atual Executivo apenas é responsável pela fase final do exercício só damos, obviamente, a situação financeira da Câmara mas lembramos também que nessa lógica o dinheiro público não tem paternidade política nem partidária pertence, muito bem, ao Município e aos munícipes e deve ser utilizado sempre em prol dos macedenses. Obviamente que vamos votar a favor.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos apresentados, a Prestação de Contas, relativa ao exercício do ano de 2025 e, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, alínea I) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, remetê-la à apreciação da Assembleia Municipal.-----

Os Vereadores do Partido Socialista fizeram a seguinte declaração de voto: “Na análise da Prestação de Contas do Município referente ao exercício de 2025 importa reconhecer o conjunto de indicadores que evidenciam uma gestão financeira globalmente equilibrada, com resultados positivos em áreas essenciais da atividade municipal. Os dados demonstram: -----

- Uma execução orçamental estável, com taxas de execução da receita e da despesa acima dos 80%. -----
- Um reforço significativo da liquidez, traduzido no aumento dos depósitos e na melhoria expressiva dos rácios de tesouraria. -----
- Uma redução do passivo exigível de curto prazo e uma gestão responsável das responsabilidades financeiras. -----
- Uma capacidade de captação de fundos externos que se reflete no aumento dos subsídios a receber e dos diferimentos registados. -----
- Uma gestão de pagamentos eficiente, com o tempo médio de pagamento a fornecedores a atingir valores muito favoráveis. -----
- Uma dívida global controlada, mantendo-se dentro de limites prudenciais e com margem de endividamento disponível para futuros investimentos. -----

Apesar de se registarem áreas que exigem acompanhamento — nomeadamente a execução da despesa de capital e o aumento de despesa corrente — o Município mantém uma posição financeira sólida, com capacidade para cumprir os seus compromissos e para planear o desenvolvimento futuro. -----

Face ao exposto e considerando que a Prestação de Contas de 2025 reflete uma gestão responsável, transparente e alinhada com os princípios de equilíbrio financeiro,



sustentabilidade e desenvolvimento do concelho, aliás a exemplo de todo o mandato autárquico da gestão socialista tal como é referido na introdução a este documento, votamos favoravelmente a proposta de Prestação de Contas do ano de 2025.” “-----

Abertas as inscrições, pretendeu usar da palavra: -----

ISABEL MARIA FAUSTINO CARVALHO (PS) – Para fazer a seguinte intervenção:

“Neste ponto discutimos hoje um documento central para a vida democrática do nosso Concelho. O Relatório e Contas de 2025 do Município de Macedo de Cavaleiros. Permitam-me que comece por uma nota de responsabilidade Institucional, este é um documento importante, bem estruturado do ponto de vista técnico, e que cumpre os requisitos legais e contabilísticos. Isso deve ser reconhecido. Parabéns aos serviços que o elaboraram. Tal como deve ser reconhecido e sublinho, que a maior parte dos resultados aqui apresentados são o culminar de um ciclo iniciado no mandato anterior. A Prestação de Contas não são deste executivo, mas do Executivo anterior, todavia, a sua elaboração é da responsabilidade do Executivo em funções e importa ainda referir que o Executivo cessante do Partido Socialista não teve qualquer intervenção na sua elaboração. A análise feita ao documento demonstra claramente uma gestão no seu todo, equilibrada com alguns aspetos ainda a melhorar. -----

Quanto então aos factos, passo a citar um excerto da página 6, que faz parte da introdução do mesmo: “...*Importa sublinhar que ao longo do mandato e em particular no ano de 2025, o Executivo Municipal manteve uma estratégia clara de investimento em áreas estruturantes promovendo o crescimento económico, a coesão social e a valorização do Território. Simultaneamente foi prosseguida uma política de rigor financeiro, assente na racionalização da despesa e na otimização dos recursos disponíveis, assegurando a sustentabilidade das Finanças Municipais. Os resultados agora apresentados são a expressão de um trabalho contínuo, desenvolvido com sentido de responsabilidade, proximidade e dedicação ao serviço público, reafirmando o compromisso do Município de Macedo de Cavaleiros com um futuro mais próspero, equilibrado e inclusivo para todos...*” Fim de citação. -----

Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Srs. Deputados, o Executivo do Partido Socialista congratula-se primeiramente pelo vosso reconhecimento, pois reflete bem que o caminho que estava a ser feito é o caminho certo. Importa ainda referir que maior elogio ao Executivo anterior não podia ter sido feito, que contradiz claramente o que o Executivo tem vindo a dizer desde a tomada de posse. No entanto, como se costuma



dizer, “contra factos não há argumentos”, e as contas que aqui hoje são apresentadas e votadas, dizem-nos isso mesmo. -----

Passando agora à análise do documento propriamente dito: a execução da receita fixou-se em 84,15% e da despesa em 81,37%, o que evidencia um nível de desempenho globalmente estável. Porém, a Despesa de Capital fundamental para o Investimento Municipal ficou pelos 70,19%. E o que é que isto quer dizer? Não mais que a não concretização de projetos financiados por Fundos Comunitários e a não utilização de um empréstimo de longo prazo, que foi contratualizado e visado pelo Tribunal de Contas em 2025, e que prevê essencialmente investimentos básicos como saneamento, reestruturação de condutas de água, arruamentos e estradas na cidade, mas maioritariamente nas nossas aldeias. Trata-se de uma situação que deve merecer especial atenção por este Executivo em 2026, uma vez que estes investimentos transitaram para este ano e assumem uma enorme importância estratégica para o desenvolvimento do Concelho. -----

Quanto ao Saldo de Gerência, no montante de 921.432,90€ que dá uma margem confortável que transitou então para este ano, (e para quem não sabe o que é o saldo de gerência, é o montante que resulta entre recebimentos e pagamentos), ou seja, em 2025 ficou dinheiro disponível de quase um milhão de euros, o que dá ao novo Executivo uma boa folga financeira para 2026. -----

Passando agora para a evolução da Receita: a receita corrente e a receita de capital aumentaram face a 2024, demonstrando capacidade de captação de fundos e dinamismo financeiro. À semelhança do verificado na receita, observa-se também o aumento da despesa corrente, enquanto a despesa de capital registou uma diminuição. Esta situação evidencia a necessidade de reequilibrar o esforço entre despesas de funcionamento e investimento, objetivo que poderá ser alcançado através da Execução dos Fundos Comunitários já aprovados e da Contratação de novos Financiamentos por este Executivo. -----

A despesa com pessoal, num montante de 8.546.808 euros, continua a representar a principal rubrica da despesa corrente. Trata-se já de um valor significativo que suscita preocupação, sobretudo tendo em conta a criação de novos Cargos de Chefia e a entrada de novos Colaboradores, fatores que vão contribuir para o aumento expressivo desta despesa. Assim, antevê-se que na Prestação de Contas deste ano, a apresentar em 2027, este montante venha a registar um crescimento ainda mais acentuado, devendo merecer já da parte do Executivo uma atenção cautelosa e redobrada. -----

Numa análise Económico-Financeira, e para que todos tenham conhecimento, é



necessário que se saiba o que consta no documento, do qual passo a ler um novo excerto, e o mesmo consta na página 43. *“...O exercício de 2025 pauta-se por um reforço substancial do volume de subsídios a receber - ativo corrente, e correspondentes proveitos a reconhecer futuramente, deferimentos no passivo não-corrente e passivo-corrente, indicando uma forte dinâmica de captação de fundos. A Autarquia conseguiu libertar meios financeiros, aumentar a sua liquidez imediata, ou seja, mais 23.67% em depósitos, e redução das suas responsabilidades financeiras diretas, financiamentos obtidos do passivo exigível de curto prazo...”*. Fim de citação. Na página 44 e 45, complementam dizendo *“...ao nível de rendimentos, capacidade de captação de receitas da Autarquia registou uma evolução bastante positiva, demonstrando dinamismo na angariação de Fundos. As transferências e subsídios correntes obtidos constituíram a principal fonte de financiamento da atividade corrente do Município, representando 66% do total dos rendimentos, e fixando-se nos 15.460.017,66 euros o que traduz um expressivo aumento de 12.37% em relação ao ano transato. Adicionalmente, os Impostos, Contribuições e Taxas mantiveram-se como a segunda fonte de receita mais relevante, totalizando 3.989.293,97 euros e refletindo um crescimento moderado de 2,99%. As vendas, 582.746,44 euros e as prestações de serviço 806.756,17 euros também assinalaram crescimento de 3.24% e 5.29%, respetivamente, denotando uma melhoria na arrecadação direta gerada pelos serviços prestados à Comunidade...”* Fim de citação. -----

Isto significa que o Município possui bens, direitos e disponibilidades - ativo, significativamente superiores às suas obrigações e dívidas - passivo. Apresenta uma elevada autonomia financeira, uma vez que a maior parte dos seus recursos é financiada por capitais próprios, revela uma boa capacidade de solvabilidade, estando bem posicionada para cumprir os seus compromissos e suportar novos investimentos se necessário. -----

Em suma, estes indicadores demonstram uma situação financeira estável, equilibrada e com margem de segurança. E aqui, permitam-me que leia mais um excerto na página 54: *“...com base nos dados apurados da Atividade Financeira do Município de Macedo de Cavaleiros, entre 2023 e 2025, observa-se uma Gestão de Tesouraria de excelência, que corrobora a forte liquidez da Autarquia. Um dos aspetos mais marcantes é a evolução do tempo médio de pagamentos aos fornecedores, que sofreu uma redução drástica. Em 2023, o Município demorava cerca de 34,9 dias a pagar, valor que desceu para 15,7 dias em 2024 e tem uma projeção de apenas 12,5 dias para 2025...”* Fim de citação. -----



Aqui, só gostava de relembrar que uma das heranças herdadas pelo anterior Executivo, relativamente ao exercício de 2016, o prazo médio de pagamento aos fornecedores era de 320 dias. O que é que isto quer dizer? Nenhum fornecedor recebia A menos de um ano, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, que qualquer um pode consultar. Há uma outra questão que não podemos ignorar. Este relatório apresenta muitos números, muitas atividades, muitos indicadores de execução, mas pouca avaliação de impacto. Sabemos quantas refeições foram servidas, quantos apoios foram atribuídos, quantas iniciativas foram realizadas. Mas não sabemos com clareza qual foi o impacto real na qualidade de vida das pessoas, na fixação da população, no desenvolvimento económico do concelho. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que aqui está em causa não é apenas o balanço de 2025. É o futuro de Macedo de Cavaleiros e de todos os macedenses, portanto, continuem no caminho certo, pois só assim ficaremos a todos a ganhar. Face a tudo o que anteriormente foi exposto, o meu sentido de voto relativamente à prestação de contas do exercício 2025 será favorável.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder e disse: “Agradeço as suas palavras mas dizer-lhe Sr.ª Deputada que quando os números são positivos, não temos qualquer problema em reconhecê-los, ao contrário de quem durante anos teve dificuldade em admitir o que correu bem em mandatos anteriores. -----

Agora, não vale a pena, penso eu, transformar uma Prestação de Contas numa peça de Marketing. O dinheiro é do povo, dos macedenses, não é de nenhum Executivo, nem do anterior, nem inclusive do atual. E convém não cairmos na tentação de uma “operação de cosmética”, e insistir na narrativa não muda a realidade por si só do Concelho. Se fosse assim tão simples, bastava reescrever relatórios e resolvíamos todos os problemas de que padecemos, mas não entramos neste jogo, não fazemos política com base em ilusões nem em redações convenientes. Fazemos com base nos factos, todos eles, não apenas dos que nos dão jeito. -----

Dito isto, se há resultados positivos, registam-se, muitos parabéns por isso, mas o mais importante não é o aplauso ao passado, é a responsabilidade no presente e no futuro. Tiveram oportunidade de resolver a situação da dívida não cabimentada, das faturas fantasmas e nunca o fizeram. E factos também são factos. E estes também não devem ser esquecidos. Importa esclarecer com rigor a questão da chamada “folga financeira”, que a oposição tenta apresentar como um sinal de abundância, mas não é. Uma coisa é o saldo disponível em conta num determinado momento, outra, bem



diferente, é a real capacidade financeira do Município. A chamada folga financeira não se mede pelo dinheiro que está no banco, mas sim pelo dinheiro que está efetivamente livre de compromissos. E a verdade é que uma parte significativa desses valores já tem destino definido: obras adjudicadas, contratos em execução, candidaturas financiadas que exigem uma contrapartida municipal ou responsabilidades assumidas que ainda não se traduziram em saída de caixa, ou seja, o dinheiro pode estar na conta, mas não está realmente disponível. Criar a ideia de que existe uma almofada financeira ampla pronta a ser utilizada é ignorar ou esconder as suas obrigações. É confundir a liquidez momentânea com saúde financeira estrutural. E mais, uma gestão responsável não se limita a acumular saldos, exige capacidade de cumprir compromissos, reduzir passivos, planear investimento sustentável e garantir que não se empurram encargos para o futuro. Se a folga financeira fosse assim tão significativa como querem fazer querer, já teriam resolvido as situações que continuam pendentes há anos e realmente não foram. E isso diz muito mais sobre a realidade das Contas do que qualquer número isolado apresentado fora de contexto. O que defendemos é simples, transparência total sobre o que existe, mas também sobre o que já está comprometido, porque só assim se pode avaliar com verdade a real margem de atuação do Município.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, apreciar e votar favoravelmente o documento de Prestação de Contas referente ao ano de 2025. -----

3 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS: CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal de 10.04.2026, que se transcreve. -----

“CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS: CONHECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL. -----

-----O documento da Certificação Legal das Contas dá-se como transcrito, ficando uma cópia na pasta correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



----- Abertas as inscrições, pretendeu usar da palavra: -----

ISABEL MARIA FAUSTINO CARVALHO (PS) – Fez a seguinte intervenção
“Relativamente à Certificação Legal das Contas de 2025, importa fazer uma leitura séria e sobretudo responsável deste Documento. Desde logo é importante esclarecer: este não é um documento político, é um documento técnico, independente, elaborado por Revisores Oficiais de Contas, e por isso mesmo deve ser lido com atenção redobrada. E aquilo que ele nos diz não é tão positivo quanto o Executivo quer fazer passar. -----

Meus senhores, a Certificação apresenta uma opinião com Reservas e isto não é um detalhe técnico mas sim, um sinal de alerta. Uma opinião com Reservas significa que existem limitações, dúvidas ou falhas relevantes na informação financeira apresentada. Há uma que eu não vou falar porque foi colocada na reunião de Câmara e ficaram de responder por escrito ao Sr. Vereador Dr. Paulo Rogão, mas vou falar da outra. -----

E então desde logo, os Auditores referem dificuldades no acesso a informação relativa a Entidades Participadas, como a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana e a Empresa Resíduos do Nordeste. Isto impede uma avaliação rigorosa de parte dos investimentos financeiros do Município, ou seja, há áreas onde não existe informação suficiente para garantir total transparência. E aqui continua a exigir-se que sejamos sérios. O que acabei de referir aconteceu exatamente da mesma forma nos exercícios anteriores, porém, e se a memória não me falha, o Executivo do Partido Socialista, principalmente o ex-presidente da Câmara, Dr. Benjamin Rodrigues, foi alvo de duras críticas. E então fui recuperar uma delas à Ata de 2024 que passo a citar. “...*Já estamos cansados ano após ano de ouvirmos sempre a mesma conversa que até faz lembrar a conversa de uma Ministra das Finanças que dizia quem paga manda. E custa a crer que ano, após ano, haja uma Entidade dependente, onde o Município de Macedo de Cavaleiros tem 26% de participação social e que simplesmente não cumpre o que a Lei determina, acho que esta situação tem que ser resolvida de uma vez por todas...*”. Fim de citação. -----

Quem proferiu esta citação foi o ex-deputado Professor José Madalena, pessoa por quem tenho uma grande estima e consideração. Mas enquanto representante do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, na sessão ordinária n.º 2 de 29 de abril 2024, foi o que veio cá dizer. -----

Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Deputados, percebem agora a dificuldade pela qual os Serviços passavam e passam bem como os Executivos para que essa informação



nos chegue? Mas há mais. É referido que a Entidade ainda não concluiu a implementação da Contabilidade de Gestão conforme previsto na NCP 27 (Contabilidade de Gestão), o que limita a capacidade de análise de custos e eficiência. Sr. Presidente, tudo isto aponta para um problema central. A informação financeira pode estar formalmente correta mas não está completa nem plenamente validada, porque a Certificação Legal das Contas não é apenas um carimbo técnico, é um instrumento de confiança, e quando essa confiança surge com Reservas há perguntas que têm que ser feitas. -----

Sras. e Srs. Deputados, a oposição não ignora o facto de os Auditores concluírem que globalmente as Contas podem ser aprovadas daí também o meu sentido de voto no ponto anterior, mas também não pode ignorar os alertas que são deixados. E esses alertas dizem-nos claramente que ainda há caminho a fazer. Ao nível da transparência, ao nível do controlo financeiro e ao nível da qualidade da informação, por isso deixamos uma mensagem clara. Não basta cumprir formalmente, é preciso garantir confiança plena. Não basta apenas apresentar Contas, é preciso que sejam totalmente fiáveis. Não basta dizer que está tudo bem quando os próprios Auditores dizem que há reservas. Porque aquilo que está em causa não é apenas a legalidade das Contas, é a credibilidade da Gestão Pública.” -----

----- **A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder e disse “Em relação a este ponto dizer que realmente, apresentam no documento quatro Reservas e eu vou passar a esclarecer o ponto de vista destas Reservas. Realmente em relação à Reserva 1 e 2, a questão das participadas, ou seja, da Empresa Resíduos do Nordeste e da AMTQT. A mesma questão exatamente antiga de outros anos, não fui eu que a coloquei na altura, que é a não entrega, neste caso, atempadamente da Prestação de Contas destas Entidades. A Reserva 3 é de imparidades em cerca de 60 mil euros é o mesmo valor de imparidades indicada na Prestação de Contas de 2024. Durante o ano de 2025 houve efetivamente uma falha no controle dos montantes das imparidades e obviamente que este Executivo terá o reparo em atenção e processará à regularização do processo de controle das imparidades para evitar este tipo de reservas na futura Prestação de Contas de 2026. A última reserva, reserva 4: Transferências e subsídios não reembolsáveis. Esta reserva resulta de uma divergência entre a interpretação por parte do Auditor e dos Serviços Municipais na NCP1, e diz respeito às transferências e subsídios não reembolsáveis no valor de cerca de 10 milhões de euros, o Auditor



Handwritten signature and initials.

entende que os 6 milhões deviam estar inscritos no ativo não corrente e que o diferencial de cerca de 4 milhões no ativo corrente. Por sua vez, os Serviços de Contabilidade entendem e inscreveram os subsídios a receber no ativo corrente, seguindo a estrutura das Rúbricas das Contas de Balanço da DGAL, elencando os recebimentos efetivos de cerca de 4 milhões em deferimento, em passivo, corrente e não corrente, sendo que no ativo não dá para desagregar como no passivo porque a NCP1 não prevê essa linha e não o prevendo, não dá para desagregar." E estão aqui explicadas aqui as 4 reservas, grosso modo, é isto que está em causa, mas de referenciar que estas reservas também já vêm atrás." -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

4 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2026 – 2.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA – PROPOSTA – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1, DO ART.º 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. -----

----- **A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal de 10.04.2026, que se transcreve. -----

“ DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2026 – 2.ª MODIFICAÇÃO MODIFICATIVA - PROPOSTA: DELIBERAÇÃO -----

----- Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 07.04.2026, que se transcreve: -----

“A presente modificação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano resulta da necessidade de ajustar os instrumentos previsionais às reais necessidades do concelho, tendo por base a execução financeira verificada e as prioridades definidas pelo Executivo. -----

Esta alteração permite reforçar áreas de maior proximidade às populações, apoiar as freguesias e dinamizar a economia local, assegurando simultaneamente o equilíbrio financeiro, uma vez que é maioritariamente suportada pelo saldo de gerência, sem recurso a novo endividamento. -Destaca-se, entre outras medidas, o reforço do apoio às freguesias através de contratos interadministrativos, a implementação de respostas de âmbito social, o apoio ao setor agrícola e o investimento em áreas como a segurança rodoviária, o espaço público e o desenvolvimento económico, conforme nota justificativa e mapas descritivos da modificação em anexo. -----

Trata-se de uma alteração que procura introduzir, de forma gradual e responsável, ajustamentos às prioridades de intervenção municipal, garantindo a continuidade dos



Handwritten signature and initials.

compromissos assumidos e promovendo uma maior equidade territorial. -----

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

1. Aprovar a presente modificação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano;-----

2. Submeter a mesma à Assembleia Municipal para os devidos efeitos legais.” ----

----- Os Documentos Previsionais e a Nota Justificativa dão-se como transcritos, ficando uma cópia na pasta correspondente a esta reunião, estando os mesmos devidamente rubricados por todos os membros do Executivo. -----

----- **O Sr. Vereador Paulo Rogão** começou por dizer “ na proposta de justificação desta Modificação destaca-se as seguintes iniciativas: -----

i) Atribuição de apoio financeiro às Freguesias no montante de 212.424,63, tratando-se de uma solução transitória / como vai ser distribuído? -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu “Os critérios de atribuição de apoio às freguesias e partimos de um referencial de 15% que serve como ponto de equilíbrio técnico. No entanto, se aplicássemos esse valor de forma direta e linear o resultado seria manifestamente injusto. As Freguesias maiores acabariam por receber valores mais elevados enquanto que as Freguesias mais pequenas ficariam com montantes muito reduzidos. E isso do ponto de vista político e mesmo da coesão territorial pensamos que não é de modo aceitável. Foi precisamente por isso que introduzimos os fatores de correção ao modelo que permitem ajustar o resultado final garantindo dois limites fundamentais. Um mínimo de apoio que assegure que nenhuma Freguesia recebe menos de 5 mil euros e um máximo que evita concentrações excessivas, ou seja, fixando um teto nos 12 mil euros. Na prática isto significa que evitamos que as Freguesias mais pequenas fiquem subfinanciadas e evitamos também que as maiores absorvam uma fatia desproporcionada de recursos. É um modelo equilibrado, pensamos nós, nem cego à realidade, nem insensível à justiça territorial e é importante dizer isto com clareza, não estamos a tratar todos por igual estamos a tratar de uma forma justa. Obviamente que isto foi uma solução transitória, da delegação de competências.” -----

----- **O Sr. Vereador Paulo Rogão** continuou dizendo: -----

ii) Apoio à natalidade = 40.000€ / como vai ser distribuído -----

iii) Apoio às culturas permanentes = 15.000€ / que culturas e como vai ser distribuído?

iv) Apoio à pecuária extensiva = 60.000€ / o que é? Como vai ser distribuído? -----

v) Apoio à Associação Comercial = 50.000€ / qual a finalidade? -----



vi) Candidatura do Azibo = 736.592,02€ + parte de PPI (46.790,52€) / em que se traduz este investimento e obra? -----

vii) Pólo arqueológico = 100.000€ - 2026/620.000€ - 2027/100.000€ - 2028 / em que se traduz este investimento e obra? Por três anos? -----

viii) A freguesia de Carrapatas solicitou a anulação de uma ação prevista no PPI, criando-se uma outra com o mesmo valor. Verifica-se que não foi dado cumprimento. Há algum motivo em especial? -----

ix) Com esta modificação ainda existem duas freguesias que não têm qualquer apoio financeiro para investimentos, a freguesia de Vale Benfeito e a União de Freguesias de Bornes e Burga. Qual o motivo?" -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** relativamente aos apoios informou que ainda não estão Regulamentados e que no caso de serem aprovados virão a uma próxima reunião de câmara. -----

Relativamente ao apoio às culturas permanentes o **Sr. Vereador Leonardo Vila Franca** informou "As culturas permanentes na nossa região são consideradas as nossas, ou seja as típicas do nosso território, as endógenas, como é o caso da oliveira e a ideia é ter o cebolo e apoiar os agricultores, na plantação participando, mediante a apresentação de faturas, numa percentagem de 10% da fatura de árvores compradas em viveiristas do concelho, fazendo desta forma "circular" a economia local, contribuindo também para diminuir o abandono em termos de culturas agrícolas. Quanto ao apoio à pecuária extensiva, tem em vista apoiar também o motor da preservação do espaço rural, quer as ovelhas, quer as cabras, que controlam muito a vegetação rasteira." -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu às restantes questões suscitadas pelo **Sr. Vereador Paulo Rogão** relativamente ao apoio à Associação Comercial, à Candidatura do Azibo, e ao Pólo arqueológico, bem como à questão da Junta de Freguesia de Carrapatas. Quanto à suposta falta de apoio à Freguesia de Vale Benfeito e à União de Freguesias de Bornes e Burga, foi certamente um lapso, pois todas as Freguesias serão contempladas. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Proposta referente à 2.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2026 e submetê-la a aprovação da próxima Assembleia Municipal. -----

----- Votação: quatro (4) votos a favor (Sérgio Borges, Clementina Gemelgo, Cristina Pires e Leonardo Vila Franca) e três (3) abstenções (Paulo Rogão, Susana Viana e Joana Silva) -----



Os Vereadores do Partido Socialista fizeram a seguinte declaração de voto: “Com o reforço líquido de 1.627.537,01€ que esta modificação injeta no orçamento em vigor verifica-se: -----

1. A solução transitória de apoio às freguesias merece todo o nosso apoio, todavia queremos conhecer a proposta de distribuição dessa verba por freguesia; -----

2. Afetam diretamente a freguesias o valor de 316.997€ para investimentos específicos. Há duas freguesias que este orçamento ainda não contemplou com qualquer verba, a Freguesia Vale Benfeito e a União de Freguesias de Bornes e Burga, o que não aceitamos esta discriminação. Do montante global de 1.627.537,01€ afetam, apenas, 529.421,63€, sendo nosso entendimento que podia ser uma proposta mais generosa para as freguesias; -----

3. Os apoios previstos para a agricultura merecem o nosso apoio, todavia queremos conhecer a proposta de distribuição desses apoios; -----

4. Congratulamo-nos com a inscrição e intenção de executar os investimentos aprovados pelo executivo anterior relativamente ao Azibo e Pólo Arqueológico; -----

5. Quanto ao apoio à natalidade, este pode ser útil como complemento, mas não resolve o problema central, como seja, a criar atratividade que levem as pessoas a permanecer ou regressar ao interior. Sem emprego, serviços públicos fortes, mobilidade e qualidade de vida, nenhum incentivo financeiro será suficiente para inverter décadas de despovoamento. -----

6. A proposta é omissa quanto à criação de emprego, apoio aos jovens e deficitária quanto ao investimento na zona industrial, áreas bandeira da vossa candidatura. -----

Reconhecemos a existência de algumas medidas que vão ao encontro de preocupações e necessidades do nosso concelho. Contudo, persistem lacunas significativas em áreas que consideramos estruturantes para o desenvolvimento estratégico do território e que são bandeira de ambos os manifestos eleitorais. A proposta não integra iniciativas suficientemente robustas para a captação de investimento, a fixação e atração de população, nem para o reforço das políticas dirigidas à juventude. A ausência de respostas consistentes nestes domínios limita o alcance e a eficácia global do documento. Face ao exposto e apesar dos aspetos positivos que reconhecemos, entendemos que a proposta permanece aquém das necessidades e prioridades que deveriam orientar a atuação municipal pelo que o nosso sentido de voto é a abstenção.” “-----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para dizer



“Apresentamos hoje a 2.^a Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2026, uma proposta que não é apenas um exercício técnico de revisão orçamental, mas sobretudo um sinal político claro, o início de um novo ciclo de alinhamento entre as prioridades do Município e as reais necessidades do nosso Território. Senhoras e senhores Deputados, esta proposta marca uma mudança de enfoque. Estamos a reorientar o investimento para aquilo que verdadeiramente impacta a vida das pessoas, a proximidade, a coesão territorial e o apoio direto às populações. Desde logo ao nível do apoio às Freguesias: Inscrevemos mais de 212 mil euros para contratos Interadministrativos, reforçando a capacidade de intervenção das juntas de freguesia. Sabemos que são o primeiro nível de resposta aos problemas concretos das populações. Esta medida, ainda que transitória, face ao processo de delegação de competências, já aqui referenciado, mal instruído pelo anterior executivo, permite já hoje dar mais meios, mais autonomia e mais eficácia à ação local. E importa sublinhar, que nenhuma freguesia fica de fora. Há aqui uma preocupação clara com a equidade territorial. Em breve, todos os Presidentes Junta serão contactados para informação e posterior assinatura destes contratos, que prevê uma média de 13% do Fundo de Equilíbrio Financeiro, o FEF, de cada Freguesia. Apenas do FEF, sem o adicional, ainda não é o valor que pretendíamos proporcionar, mas é o possível neste momento. No Plano Social, damos passos concretos, prevemos o programa de apoio à natalidade com verba inscrita no montante de 40 mil euros, como resposta a um dos maiores desafios do nosso Conselho, o envelhecimento e a perda da população. Esta medida não é apenas social, é também económica, pois incentiva, como já foi dito aqui, incentiva o consumo no comércio local, partindo da pretensão que o apoio que é prestado seja obrigatoriamente gasto no nosso comércio local e no Regulamento a elaborar. Ao mesmo tempo, avançamos com a teleassistência aos idosos isolados do Concelho, passando do planeamento à execução. Trata-se de garantir mais segurança, mais acompanhamento e mais dignidade à população idosa, especialmente àquela que vive em situação de maior isolamento. ----- Simultaneamente, ainda iniciamos o Procedimento Regulamentar para o Táxi Social, enquanto resposta direta a problemas reais do nosso Território. O Concelho apresenta, como já disse, envelhecimento acentuado, dispersão geográfica e isolamento social. O serviço do Táxi responde a necessidades concretas, não é uma medida abstrata, visa a promoção do acesso à saúde, facilita a deslocação para consultas, para tratamentos e para exames e reduz desigualdades no acesso ao Serviço Nacional de Saúde e tem impacto direto na qualidade de vida dos mais vulneráveis do nosso Concelho. No modelo de complementaridade com o SNS, o



Regulamento vai prever explicitamente a não sobreposição com o transporte de doentes não urgentes, garantir a ausência de duplo financiamento sem conflitos Institucionais com a ULS ou o SNS e ainda promove a economia local com os transportes a serem assegurados pelas empresas de transportes locais, vulgo Táxis. Relativamente à economia local e ao sector primário, assumimos uma aposta clara como já verificamos aqui, já dissemos aqui, mantemos o apoio à sanidade animal, simplificando o processo e apoiando diretamente os produtores com a pretensão de que o pagamento seja feito diretamente à OPP, ou seja, a Organização de Produtores Pecuários. -----

Prevemos ainda a criação de um novo programa de incentivo à plantação de culturas permanentes, como é o nosso castanheiro, a nossa oliveira ou a amendoeira, com intenção de comparticipação de 10% de árvores plantadas com um teto máximo a estabelecer por agricultor. No que diz respeito à pecuária extensiva, reconhecendo o papel estratégico destas atividades económicas na preservação da paisagem e na prevenção de incêndios, prevemos a criação de um apoio por cabeça e em breve iniciaremos também o Procedimento para Regularizar este apoio. -----

E, já foi aqui tão badalada e tão falada, criamos a Feira AgriNordeste com uma ambição de a afirmar como um evento de referência regional, capaz de dinamizar o setor agrícola e projetar o Concelho para o exterior. -----

Aproveito, já que falamos tanto aqui da agricultura e ainda ninguém o fez, aproveito para dar os parabéns à nova Direção da nossa Cooperativa Agrícola, que seja um mandato proactivo em bem dos nossos agricultores e do nosso Concelho. E também, nas infraestruturas e no quotidiano das populações há intervenções relevantes que é importante falar. Aposta-se na segurança rodoviária já aqui mencionada, com a marcação de estradas e passadeiras, investimentos muitas vezes pouco visíveis mas com impacto direto na qualidade de vida da nossa população. -----

Reforça-se ainda a manutenção da frota municipal, também já referenciada, garantindo melhores condições de resposta dos serviços. E no domínio do Desenvolvimento Económico destacamos o reforço da verba para Reversões dos Lotes na Zona Industrial, criar espaços e ter condições para novas empresas e apoiar as existentes é, no nosso ver, essencial para gerar emprego e fixar população. Este investimento é complementado pela melhoria do espaço público tornando o Concelho mais atrativo para viver, investir e visitar reforçando a verba do mobiliário público e urbano. -----

E quanto aos Fundos Comunitários seguimos uma linha de prudência e



Pres. 01/11

responsabilidade. Avançamos com o Polo Arqueológico Intermunicipal, um projeto estruturante para a valorização do património e para a afirmação cultural e turística de todo o nosso território. No caso da Albufeira do Azibo, optamos por uma execução faseada garantindo que, mesmo perante constrangimentos, por exemplo a não propriedade dos terrenos da Bolsa Verde do estacionamento, não se perder este financiamento e nem se bloquear o desenvolvimento. -----

Senhoras e Senhores Deputados, esta proposta não ignora a realidade. Sabemos que não é ainda o orçamento ideal, está condicionado por compromissos anteriores e por limitações estruturais mas é claramente um orçamento possível e, mais importante, um orçamento que inicia um caminho. Um caminho de maior proximidade às Freguesias, às pessoas e de maior equidade na distribuição de recursos de maior foco em resultados realmente concretos. Esta modificação já reflete a marca deste atual Executivo, uma gestão mais próxima, mais estratégica e mais orientada para o futuro. É um passo firme mas também prudente. Um passo que será aprofundado nos próximos exercícios orçamentais com o objetivo de construir um modelo de gestão cada vez mais eficiente, transparente e alinhado com aquilo que as populações esperam realmente de nós. Por tudo isto, entendemos que esta proposta reúne as condições políticas, financeiras e estratégicas para merecer a aprovação desta Assembleia.” -----

Abertas as inscrições usaram da palavra. -----

LÚIS MIGUEL OLIVEIRA PIRES CABRAL (PS) – Que fez a seguinte intervenção: “Queria fazer uma retificação, pois há pouco disse que tinham duplicado o valor do subsídio atribuído à Rádio Onda Livre e não é verdade e não quero com o que disse ganhar aqui inimigos, nem estou contra a Onda Livre, quero que isto fique claro, mas é efetivamente um aumento de 5 mil euros em relação ao ano passado. -----

Depois dizer-lhe Sr. Presidente que falei aqui duas vezes em 500 mil euros para a Feira de São Pedro. De facto não são 500 mil euros para a Feira de São Pedro, são 450 mil euros para a Feira de São Pedro mais 50 mil euros para a Associação Comercial e Industrial. -----

Relativamente a este ponto eu vinha aqui perguntar e vou parafrasear a nossa cara Presidente da Assembleia que realmente para as nossas freguesias vamos ter muito “poucoquinho”. Mas é melhor que nada. É melhor este valor que eu já sei que vai distribuir à volta 230 mil euros disso, pelas Freguesias e queria que esclarecesse aqui os nossos Presidentes de Junta, deste tal critério pois parece-me que há um teto máximo de 12 mil euros e um mínimo de 5 mil euros porque há aqui Juntas de



Freguesia que não veem valores contemplados e portanto eu penso que todos os Presidentes de Junta estarão interessados em que isto fique explícito como é que o Sr. Presidente e o seu Executivo estão a pensar distribuir esta tal verba, nomeadamente com que critério é que o vão fazer.” -----

RAMIRO BORGES VALADAR (PS) – Que disse “ Sr. Presidente só aqui duas situações que quero esclarecer a primeira à Sra. Deputada Assunção Gemelgo dizendo que eu quando falei não disse lá vem o Magalhães. Eu disse ao Sr. Presidente para não responder com o Magalhães. E que isto fique bem claro. ----- Sr. Presidente mais um esclarecimento: ainda há pouco falou ali para o nosso amigo Rui Vilarinho que na situação da Academia, não tinha ficado nenhum projeto nenhum desenho que não tinha ficado nada, que não se podiam agarrar a nada para fazer a obra, certo? Mas se tivessem alguma coisa de apoio se calhar a obra podia avançar e era mais fácil. Mas o anterior Executivo deixou um projeto, deixou uma Candidatura, deixou um financiamento e deixou a obra em concurso da Casa da Ceifa e Malha em Morais e vocês acabaram com ela reparem bem. Esta é a diferença da vossa gestão e como eu gosto de ser coerente com aquilo que digo, tenho a verba atribuída há minha Freguesia seja pouco ou muito, o meu voto será favorável.” -----

ISABEL MARIA FAUSTINO CARVALHO (PS) – Que fez a seguinte intervenção: “Relativamente ao documento de Revisão Orçamental importa fazer uma leitura clara e objetiva porque estamos a falar de decisões que têm impacto direto na gestão financeira do Município. Desde logo o que este documento nos mostra ao longo das várias páginas é uma sucessão de Alterações Orçamentais quer na receita, quer na despesa bem como ajustamentos ao Plano Plurianual de Investimentos. ----- Quando vemos, por exemplo nas primeiras páginas Alterações sucessivas às previsões de receita e ajustamentos significativos nas dotações, percebemos que é uma constante necessidade de correção ao longo do ano. ----- Sras. e Srs. Deputados rever um Orçamento é normal, o que não é normal é estar a fazê-lo constantemente. No lado da despesa a leitura é ainda mais preocupante, como se pode observar nas tabelas de Alterações da despesa, há um reforço significativo em várias rubricas de aquisição de bens e serviços bem como em serviços especializados e consultoria, ou seja mais uma vez vemos crescer a despesa corrente e isso acontece em paralelo com ajustamentos no investimento muitos deles por via de anulações e reprogramações. O que isto significa na prática é simples projetos são



adiados verbas são redistribuídas e o investimento vai sendo empurrado no tempo. ----
Sr. Presidente outro ponto que merece destaque é a constante Alteração do Plano Plurianual de Investimentos. Ao longo das várias páginas finais, verificamos entradas, saídas, reprogramações de projetos, o que demonstra falta de estabilidade na definição das prioridades. E isto levanta uma questão política fundamental, pergunto ao Sr. Presidente: existe ou não uma estratégia clara de investimento para o Concelho? E se sim, qual é? Porque aquilo que vemos é um Plano que vai sendo ajustado ao longo do tempo em vez de ser executado de forma consistente. -----
Sr. Presidente a oposição não ignora que a Gestão Municipal exige flexibilidade mas flexibilidade não pode ser sinónimo de improviso. Então estamos perante um problema de fundo, falta de planeamento estratégico e financeiro e isso tem consequências: menor previsibilidade, menor capacidade de execução e menor confiança na gestão. Por isso quero deixar aqui uma mensagem clara, é preciso mais rigor no planeamento mais estabilidade nas opções de investimento e mais uma vez reforçar o quão necessário é o controlo da despesa corrente porque governar não é andar sempre a corrigir é definir bem e executar melhor.” -----

MIGUEL ANGELO CASEIRO (PS) – Fez a seguinte intervenção “dizer que eu vou votar a favor desta Modificação pois como disse na última Assembleia eu pedi expressei-me da forma errada houve duas situações que eu vi com o Sr. Presidente e que ele não teve a palavra dele e cumpriu, assim, vou eu manter a minha e cumprir também, e espero que assim seja até ao fim do mandato para todas as Freguesias e vamos entender-nos todos muito bem.” -----

MICKAEL MARTINS SILVA (PSD) – Que fez a seguinte intervenção: “como é óbvio eu vou votar a favor porque do empréstimo do anterior Executivo a Freguesia das Arcas, recebeu zero. E tenho uma pergunta para lhe fazer mas tentar esclarecer alguma confusão que há aqui. O anterior Executivo e bem, e dou-lhe todo o mérito, no anterior mandato requalificou a estrada que liga o Cruzamento de Podence até ao Alto de Ferreira e aí parou. Mas por falta de dinheiro não era, porque tal como tem vindo a pregar havia dinheiro para tudo e mais alguma coisa, ou seja tinham uma Tesouraria incrível por isso falta de dinheiro não foi e por pelo facto de a Junta das Arcas ser de outra cor política também não, porque a Junta era Socialista. Portanto a minha pergunta é muito simples. O Sr. Presidente sabe o estado em que se encontra a estrada de Nozelos, como sabe também que moram lá cerca de 10 ou 15 pessoas mas merecem o mesmo respeito e quero saber se há um plano para requalificar a



[Handwritten signature] 7/7

estrada, ou seja fazer a continuação, a estrada do Alto de Ferreira até nos Nozelos.” --

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões suscitadas pelos Srs. Deputados Municipais. -----

E em relação a este ponto o Deputado Miguel Cabral quando fala no apoio às Freguesias e nos critérios na atribuição como eu já disse aqui que partimos como já referi, há pouco de um referencial de 15% que serve como ponto de equilíbrio técnico no entanto, se aplicássemos esse valor de uma forma direta e linear o resultado seria manifestamente injusto ou seja, as Freguesias maiores acabariam por receber valores mais elevados, enquanto que as Freguesias mais pequenas ficariam com um montante muito reduzido, e isso do ponto de vista político e da coesão territorial no nosso entender não é aceitável e, foi precisamente por isso que introduzimos aqui fatores de correção ao modelo que permitem ajustar, o resultado final garantindo dois limites fundamentais. O mínimo de apoio que assegura que nenhuma Freguesia receba menos de 5 mil euros e o máximo que evita concentrações excessivas fixando um teto nos 12 mil euros. Na prática isto significa o quê? Significa que evitamos que as Freguesias mais pequenas fiquem subfinanciadas e evitamos também que as maiores absorvam uma fatia desproporcionada, por assim dizer, de recursos. É um modelo equilibrado, nem cego à realidade, nem insensível à justiça territorial e aí é importante dizer e com clareza, não estamos a tratar todos por igual mas estamos a tratar todos de uma forma justa. -----

Em relação à questão quando disse que duas Freguesias não teriam sido contempladas, não devia estar a falar desta parte, devia estar a falar na questão das obras e daquilo que foi pedido. As freguesias de Bornes e Vale Benfeito não dispõem nesta fase de um financiamento previsto na atual Revisão do Orçamento e só simplesmente nesta questão do apoio, mas sim, são contempladas no entanto importa sublinhar que esta situação não é definitiva estando já prospetivada a sua inclusão numa Revisão Orçamental posterior, previsivelmente no mês de junho. -----

Relativamente a Vale Benfeito, particularmente o pedido apresentado pelo Sr. Presidente da Junta, centra-se prioritariamente na execução de obras de saneamento. Esta intervenção reveste-se de particular complexidade, como vocês devem saber, uma vez que abrange também uma estrada nacional e onde é necessário previamente resolver um conjunto de questões relacionadas com as infraestruturas de Portugal uma Entidade competente na matéria e só após esta devida articulação e resolução



destes constrangimentos, será possível avançar para esta intervenção pretendida. ----

No que diz respeito à Freguesia de Bornes, tive já a oportunidade de reunir, aliás reuni com estes dois Presidentes da Junta logo depois da reunião de Câmara, onde foi apresentada esta Revisão e tive já a oportunidade de reunir com o respetivo Sr. Presidente da Junta, em que foram devidamente esclarecidos os motivos que conduziram à situação atual, e não tenho problemas nenhum em dizer assumindo aqui perante todos que foi um lapso no processo de inclusão orçamental e fiz questão de o dizer a ele, aliás não fazia sentido nenhum em 30 Freguesias deixar de fora estas duas. Foi igualmente assumido o compromisso de que este tipo de ocorrência não se repetirá garantindo mais uma vez o rigor e a atenção em futuras Revisões. Reitera-se assim o compromisso de assegurar que ambas as Freguesias venham a ser contempladas na próxima Revisão Orçamental como já disse, de forma a dar resposta às necessidades identificadas e às legítimas expectativas das populações. -----

Em relação ao Deputado Ramiro Valadar como já tive oportunidade de lhe dizer, não se perspetiva para já a Construção do Pavilhão para a construção da Casa da Malha e da Ceifa de Morais tanto que não está inscrita verba no orçamento para tal, como bem referiu, e lamento dizer com esta frontalidade mas não andamos aqui a enganar ninguém e assumimos essas decisões que tomamos. Falta é dizer que está um procedimento em curso de 678 mil euros contemplados para a Remodelação da Rede de Água na Freguesia toda de Morais e isso para nós, é mas questão política, mas de política de prioridade. E continuo a dizer e repito e sublinho que para já não se perspetiva a construção do Pavilhão mas não quer dizer que não seja ainda uma realidade. -----

Em relação à Deputada Isabel Carvalho dizer que referiu a questão de várias alterações mas só vamos na segunda e aproveito para dizer que só no ano passado foram feitas 20 Alterações. Obviamente que aprendemos com os erros e desde já agradeço a sua lição, a sua aula e eu não estou a ser depreciativo mesmo que sou leigo na matéria por isso agradeço desde já a sua intervenção e as suas explicações. Em relação ao Deputado Miguel Caseiro dizer que eu já tive a oportunidade de dizer aqui quando, que eu sou um homem de palavra e obviamente que quando a palavra depende só de nós fazemos por cumpri-la. Quando não depende só de nós e estamos dependentes de outros resultados obviamente não é assim tão fácil mas neste caso foi e fico contente e aquilo que sublinhou de ser assim até o final do mandato também espero ser assim não só com o Presidente do Lombo mas com todos os Presidentes de Junta aqui presentes, uma vez que sou Presidente de todos os Presidentes de Junta e com muito gosto. -----



Em relação ao Deputado Mickael Silva dizer-lhe que eu tive o mesmo quando fui Presidente de Junta e estive desse lado, e portanto sei o que “dói”, e posso-lhe dizer que essa estrada, e não só essa, mas de todas as que estão em mau estado já foi efetuado um levantamento e está no plano podermos intervencioná-la.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, na sua redação atual, com 35 (trinta e cinco) votos a favor, três (3) votos contra e 13 abstenções, aprovar a 2.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2026. –

5 - DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, SA – DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO (ARTIGO 26.º, N.º 3 DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO E ARTIGO 17.º, N.º 1 DOS ESTATUTOS DA RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, SA -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 26.03.2026, que se transcreve. -----

“ **DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.: DELIBERAÇÃO -----**

Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 23.03.2026, que se transcreve: -----

“ 1. Que o Município de Macedo de Cavaleiros integra o capital social da **Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.**, empresa do setor empresarial local; -----

2. Que a Assembleia Geral da **Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.**, em reunião realizada no dia 04 de dezembro de 2025, deliberou, por unanimidade, sob proposta do respetivo Conselho de Administração, aprovar a designação como Fiscal Único de «Fernando Peixinho & José Lima, S.R.O.C., Lda., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 92, com domicílio profissional na Rua do Loreto, n.º 120 – Sobreloja, 5300-189 Bragança, pessoa coletiva n.º 502 525 410, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Águeda sob o n.º 1526/19910325, com o capital social de € 5.000,00 (cinco mil euros), representada por Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC n.º 1047»; -----

3. Que nos termos do disposto no artigo 26.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante designar o



Fiscal Único da empresa local, sob proposta do órgão executivo; -----

4. O disposto no n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da **Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.**, que determina que “ A fiscalização da empresa é exercida por um revisor ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas, designado pelos órgãos deliberativos dos municípios que a integram, diretamente ou através da associação, sob proposta do Conselho de Administração”; -----

Propõe-se que a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros delibere: -----

1. Aprovar a designação como Fiscal Único da **Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.** da entidade «Fernando Peixinho & José Lima, S.R.O.C., Lda.», nos termos acima identificados; 2. Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos de designação, nos termos do disposto no artigo 26.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o proposto pelo Conselho de Administração em deliberação tomada a 04 de dezembro de 2025, devendo remeter-se este assunto a apreciação e deliberação da Assembleia Municipal.” -----

Abertas as inscrições, usou da palavra. -----

ISABEL MAREIA FAUSTINO CARVALHO (PS) – Fez a seguinte intervenção “Senhor Presidente, isto é uma pergunta diretamente para si. E como existem várias dúvidas na nossa Bancada Parlamentar, e não sei se existe também na vossa, mas se não existe também ficam mais esclarecidos. -----

Eu gostava de ver esclarecido o seguinte: Uma vez que de acordo com a certidão que nos enviaram a designação do Fiscal Único da Resíduos do Nordeste foi à Assembleia Geral da mesma onde por unanimidade foi aprovada a designação do respetivo Fiscal Único a 4 de dezembro de 2025 e vem agora a 28 de abril a Assembleia Municipal para a Deliberação? E então agora se votássemos todos contra, como é que ficava?---

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu “ Sr.ª Deputada Isabel, só dizer-lhe que realmente só pode ser erro porque é dar conhecimento à Assembleia. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----



6 - COMPOSIÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS – APROVAÇÃO NOS TERMOS LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, QUE ADAPTA, À ADMINISTRAÇÃO LOCAL, A LEI N.º 2/2004, DE 15 DE JANEIRO, QUE APROVA O ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal de 10.04.2026, que se transcreve. -----

“ ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA – PROPOSTA: DELIBERAÇÃO -----

Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 07.04.2026, que se transcreve: -

“ Assunto: - Abertura de Procedimentos de Recrutamento para Cargos de Direção Intermédia: -----

- 1.º Grau – Departamento Municipal de Coordenação Estratégica; -----
- 2.º Grau – Divisão Municipal de Ação Social; -----
- 2.º Grau – Divisão Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural; -----
- 2.º Grau – Divisão Municipal de Água e Saneamento; -----
- 2.º Grau – Divisão Municipal de Ambiente e Serviços Urbanos; -----
- 2.º Grau – Divisão Municipal de Cultura e Turismo; -----
- 2.º Grau – Divisão Municipal de Desporto, Juventude, Saúde e Bem-estar; -----
- 2.º Grau – Divisão Municipal de Educação; -----
- 2.º Grau – Divisão Municipal de Obras Municipais; -----
- 3.º Grau – Unidade de Logística e Transportes. -----

I – Exposição de Motivos -----

Na sequência das deliberações oportunamente tomadas pelo órgão executivo municipal, em sede de reunião ordinária realizada no dia 17.12.2025, e pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária do dia 29.12.2025, foi aprovado e publicado na 2ª Série do Diário da República do dia 09.01.2026, Aviso n.º 600/2026/2, o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, Estrutura, Competências e Organograma do Município, através do qual se encontra definida a respetiva estrutura orgânica interna. -----

A estrutura orgânica em vigor integra uma unidade orgânica nuclear, Departamento Municipal – direção intermédia de 1.º grau, e unidades orgânicas flexíveis, Divisões Municipais – direção intermédia de 2.º grau e Unidades – direção intermédia de 3.º grau, entre as quais se incluem as seguintes: -----

a) Departamento Municipal de Coordenação Estratégica – direção intermédia de 1.º



Ass. Ant. mjm

- grau; -----
- b) Divisão Municipal de Ação Social – direção intermédia de 2.º grau; -----
- c) Divisão Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural – direção intermédia de 2.º grau;-----
- d) Divisão Municipal de Água e Saneamento – direção intermédia de 2.º grau; -----
- e) Divisão Municipal de Ambiente e Serviços Urbanos – direção intermédia de 2.º grau;
- f) Divisão Municipal de Cultura e Turismo – direção intermédia de 2.º grau; -----
- g) Divisão Municipal de Desporto, Juventude, Saúde e Bem-estar – direção intermédia de 2.º grau; -----
- h) Divisão Municipal de Educação – direção intermédia de 2.º grau; -----
- i) Divisão Municipal de Obras Municipais – direção intermédia de 2.º grau; -----
- j) Unidade de Logística e Transportes – direção intermédia de 3.º grau; -----

Nos termos do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, Estrutura, Competências e Organograma do Município, as unidades orgânicas acima identificadas prosseguem atribuições e competências próprias, de natureza técnica, administrativa e operacional, cuja coordenação, direção e acompanhamento exigem o regular exercício de funções dirigentes, em ordem a assegurar o adequado funcionamento dos serviços e a prossecução do interesse público municipal. -----

Os cargos dirigentes em apreço encontram-se atualmente assegurados em regime de substituição, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, conjugado com o artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, aplicável à administração local. -----

Sucede, porém, que o regime de substituição reveste natureza transitória, tendo a duração máxima legalmente prevista no n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual. -Nestes termos, e verificando-se a necessidade de assegurar a estabilidade da direção intermédia das unidades orgânicas identificadas, bem como a continuidade, regularidade e eficiência do funcionamento dos respetivos serviços, impõe-se promover a abertura dos correspondentes procedimentos de recrutamento com vista ao provimento dos referidos cargos. -----

Tal procedimento encontra enquadramento legal nas disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, aplicável à administração local por força da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, ambas nas suas redações atuais, mostrando-se o respetivo provimento devidamente justificado por razões de manifesto interesse público e de boa administração. -----

II – Da Proposta -----

Em face do exposto, e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da



*Pres
Aust
m/n*

Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, aplicável à administração local por força da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, ambas nas suas redações atuais, proponho que o órgão executivo municipal delibere: -----

Autorizar a abertura dos procedimentos de recrutamento tendentes ao provimento dos cargos de direção intermédia, constantes do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, Estrutura, Competências e Organograma do Município e previstos no respetivo mapa de pessoal, nos seguintes termos: -----

Procedimento A – Cargo de direção intermédia de 1.º grau, Departamento Municipal de Coordenação Estratégica; -----

Procedimento B – Cargo de direção intermédia de 2.º grau, Divisão Municipal de Ação Social; -----

Procedimento C – Cargo de direção intermédia de 2.º grau, Divisão Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural; -----

Procedimento D – Cargo de direção intermédia de 2.º grau, Divisão Municipal de Água e Saneamento; -----

Procedimento E – Cargo de direção intermédia de 2.º grau, Divisão Municipal de Ambiente e Serviços Urbanos; -----

Procedimento F – Cargo de direção intermédia de 2.º grau, Divisão Municipal de Cultura e Turismo; -----

Procedimento G – Cargo de direção intermédia de 2.º grau, Divisão Municipal de Desporto, Juventude, Saúde e Bem-estar; -----

Procedimento H – Cargo de direção intermédia de 2.º grau, Divisão Municipal de Educação; -----

Procedimento I – Cargo de direção intermédia de 2.º grau, Divisão Municipal de Obras Municipais; -----

Procedimento J – Cargo de direção intermédia de 3.º grau, Unidade de Logística e Transportes;-----Caso a proposta venha a merecer a concordância do órgão executivo municipal, submeter o presente assunto ao órgão deliberativo municipal, para efeitos de designação do júri de cada um dos procedimentos de recrutamento acima identificados, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, com a seguinte composição: ----

Procedimento A – Departamento Municipal de Coordenação Estratégica -----

Presidente: -----

- Marcelo Caetano Martins Delgado – Diretor de Departamento, Departamento de Coordenação Geral da Câmara Municipal de Murça -----



Perceção
cnjm

- Vogais efetivos: -----

- Manuel Augusto da Silva Barreira – Diretor de Departamento, Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Boticas -----

- Rui Alexandre Mendes Duarte – Diretor de Departamento, Departamento de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Viseu -----

Vogais suplentes: -----

- Luís Manuel Chaves Barroso Batista – Diretor de Departamento, Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Valpaços -----

- João Carlos Afonso Durão Branco – Diretor de Departamento, Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Valpaços -----

Procedimento B – Divisão Municipal de Ação Social -----

-Presidente: -----

- Filipe Nuno Coelho Jorge – Diretor de Departamento, Departamento de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Alterações Climáticas da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----

Vogais efetivos: -----

- Sónia Cristina Morgado Faustino – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa e Financeira e de Contratação da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----

- Tiago Miguel Dionísio Ala – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Flor -----

Vogais suplentes: -----

- Elisabete Mota Gomes Silva – Chefe de Divisão, Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Mirandela -----

- Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado – Chefe de Divisão, Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo da Câmara Municipal de Mogadouro -----

Procedimento C – Divisão Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural -----

- Presidente: -----

- Filipe Nuno Coelho Jorge – Diretor de Departamento, Departamento de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Alterações Climáticas da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----

Vogais efetivos: -----

- Sónia Cristina Morgado Faustino – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa e Financeira e de Contratação da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----



- Tiago Miguel Dionísio Ala – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Flor -----

Vogais suplentes: -----

- Elisabete Mota Gomes Silva – Chefe de Divisão, Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Mirandela -----

- Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado – Chefe de Divisão, Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo da Câmara Municipal de Mogadouro -----

Procedimento D – Divisão Municipal de Água e Saneamento -----

Presidente: -----

- Filipe Nuno Coelho Jorge – Diretor de Departamento, Departamento de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Alterações Climáticas da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----

Vogais efetivos: -----

- Sónia Cristina Morgado Faustino – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa e Financeira e de Contratação da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----

- Tiago Miguel Dionísio Ala – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Flor -----

Vogais suplentes: -----

- Elisabete Mota Gomes Silva – Chefe de Divisão, Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Mirandela -----

- Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado – Chefe de Divisão, Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo da Câmara Municipal de Mogadouro -----

Procedimento E – Divisão Municipal de Ambiente e Serviços Urbanos -----

Presidente: -----

- Filipe Nuno Coelho Jorge – Diretor de Departamento, Departamento de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Alterações Climáticas da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----

Vogais efetivos: -----

- Sónia Cristina Morgado Faustino – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa e Financeira e de Contratação da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----

- Tiago Miguel Dionísio Ala – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Flor -----

Vogais suplentes: -----

- Elisabete Mota Gomes Silva – Chefe de Divisão, Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Mirandela -----



*P. res
Luff.
m/j*

- Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado – Chefe de Divisão, Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo da Câmara Municipal de Mogadouro -----

Procedimento F – Divisão Municipal de Cultura e Turismo -----

Presidente: -----

- Filipe Nuno Coelho Jorge – Diretor de Departamento, Departamento de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Alterações Climáticas da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----

Vogais efetivos: -----

- Sónia Cristina Morgado Faustino – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa e Financeira e de Contratação da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----

- Tiago Miguel Dionísio Ala – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Flor -----

Vogais suplentes: -----

- Elisabete Mota Gomes Silva – Chefe de Divisão, Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Mirandela -----

- Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado – Chefe de Divisão, Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo da Câmara Municipal de Mogadouro -----

Procedimento G – Divisão Municipal de Desporto, Juventude, Saúde e Bem-estar -----

Presidente: -----

- Filipe Nuno Coelho Jorge – Diretor de Departamento, Departamento de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Alterações Climáticas da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----

Vogais efetivos: -----

- Sónia Cristina Morgado Faustino – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa e Financeira e de Contratação da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----

- Tiago Miguel Dionísio Ala – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Flor -----

Vogais suplentes: -----

- Elisabete Mota Gomes Silva – Chefe de Divisão, Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Mirandela -----

- Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado – Chefe de Divisão, Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo da Câmara Municipal de Mogadouro -----

-Procedimento H – Divisão Municipal de Educação -----

Presidente: -----

- Filipe Nuno Coelho Jorge – Diretor de Departamento, Departamento de Obras,



Dis. J. M. M.

Serviços Urbanos, Ambiente e Alterações Climáticas da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----

Vogais efetivos: -----

- Sónia Cristina Morgado Faustino – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa e Financeira e de Contratação da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----

- Tiago Miguel Dionísio Ala – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Flor -----

Vogais suplentes: -----

- Elisabete Mota Gomes Silva – Chefe de Divisão, Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Mirandela -----

- Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado – Chefe de Divisão, Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo da Câmara Municipal de Mogadouro -----

Procedimento I – Divisão Municipal de Obras Municipais -----

Presidente: -----

- Filipe Nuno Coelho Jorge – Diretor de Departamento, Departamento de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Alterações Climáticas da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----

Vogais efetivos: -----

- Sónia Cristina Morgado Faustino – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa e Financeira e de Contratação da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----

- Tiago Miguel Dionísio Ala – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Flor -----

Vogais suplentes: -----

- Elisabete Mota Gomes Silva – Chefe de Divisão, Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Mirandela -----

- Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado – Chefe de Divisão, Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo da Câmara Municipal de Mogadouro -----

Procedimento J – Unidade de Logística e Transportes -----

Presidente: -----

- Filipe Nuno Coelho Jorge – Diretor de Departamento, Departamento de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Alterações Climáticas da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----

Vogais efetivos: -----

- Sónia Cristina Morgado Faustino – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa e Financeira e de Contratação da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo -----



- Tiago Miguel Dionísio Ala – Chefe de Divisão, Divisão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Flor -----

Vogais suplentes: -----

- Elisabete Mota Gomes Silva – Chefe de Divisão, Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Mirandela -----

- Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado – Chefe de Divisão, Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo da Câmara Municipal de Mogadouro -----

Determinar que, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, as designações em regime de substituição atualmente em vigor se mantenham eficazes até à conclusão dos procedimentos de recrutamento e à designação dos novos titulares dos cargos dirigentes, por forma a salvaguardar a continuidade do serviço público e o normal funcionamento das respetivas unidades orgânicas.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a proposta de Composição do Júri de Recrutamento para Cargos de Direção Intermédia, nos termos propostos e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal.” -----

Abertas as inscrições ninguém pretendeu da palavra. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, designar o júri de recrutamento para cargos de direção intermédia, do Município de Macedo de Cavaleiros, os elementos indicados na proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

Eram dezanove horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pela excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.

Manoel Luís da Silva
João Manoel Ferreira
Hugo da Rosa Fortunato

